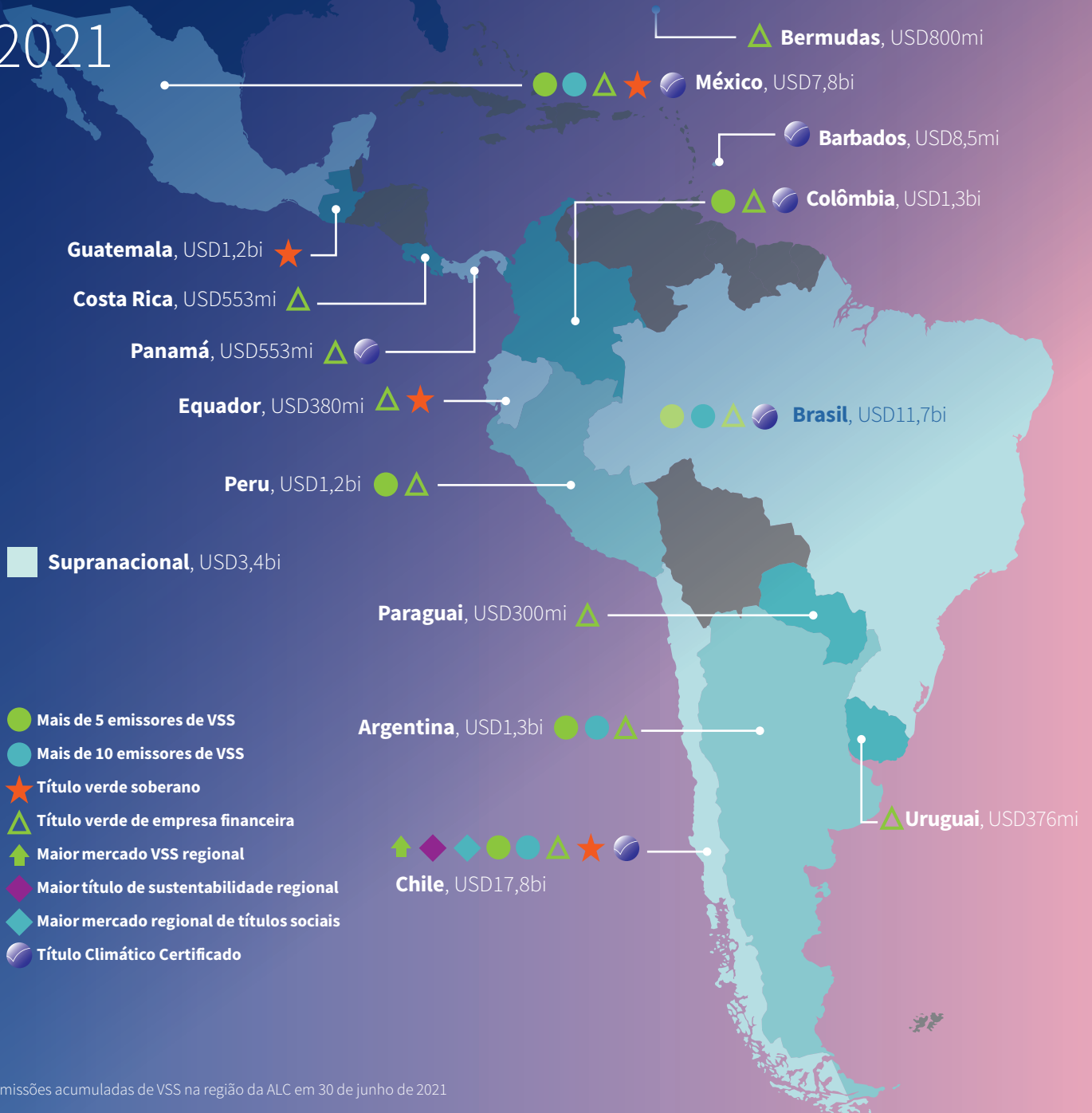


ANÁLISE DE MERCADO AMÉRICA LATINA & CARIBE

2021



Emissões acumuladas de VSS na região da ALC em 30 de junho de 2021

Climate Bonds INITIATIVE

BID
Banco Interamericano
de Desarrollo

GB-TAP Green Bond Technical
Assistance Program

IN PARTNERSHIP WITH

IFC International
Finance Corporation
WORLD BANK GROUP
Creating Markets, Creating Opportunities

Elaborado pela Climate Bonds Initiative

Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento
e da International Finance Corporation

Introdução

Sobre este relatório

Esta é a segunda publicação da nossa série “Análise do Mercado” para a região da América Latina e do Caribe (ALC). O relatório descreve o formato e o porte dos títulos de dívida rotulados como Verdes, Sociais e de Sustentabilidade (VSS) emitidos por entidades sediadas na ALC até o final de junho de 2021 (1S21). A análise do mercado é complementada por uma visão geral dos principais acontecimentos em políticas públicas e das oportunidades de crescimento para as finanças sustentáveis na ALC.

Sobre a Climate Bonds Initiative

A Climate Bonds Initiative (Climate Bonds) é uma organização internacional sem fins lucrativos focada nos investidores, cujo objetivo é mobilizar o mercado de títulos de dívida de USD 100 trilhões em prol de soluções para as mudanças climáticas. Promovemos o investimento nos projetos e ativos que são necessários para uma rápida transição para uma economia de baixo carbono e climaticamente resiliente. Nossa missão é ajudar a reduzir o custo de capital para projetos climáticos e de infraestrutura de grande escala e apoiar governos que estejam em busca de um maior acesso aos mercados de capitais a fim de atingir seus objetivos climáticos e de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), além de outros objetivos de sustentabilidade.

Compreendendo os títulos verdes

Títulos e empréstimos verdes

Títulos e empréstimos verdes são instrumentos de dívida utilizados para financiar projetos, ativos e atividades que promovam a mitigação adaptativa às mudanças climáticas. Podem ser emitidos por governos federais, estaduais ou municipais, bancos ou empresas. Títulos verdes podem assumir qualquer formato de dívida como, por exemplo, colocação privada, securitização, “covered bond” e sukuk. As melhores práticas globais determinam que os títulos e empréstimos sejam emitidos segundo os Princípios para Títulos Verdes (Green Bond Principles, ou GBP), os Princípios para Empréstimos Verdes (Green Loan Principles, ou GLP), a Taxonomia da Climate Bonds e o Climate Bonds Standard, além de várias outras diretrizes específicas dos diferentes países. O mais importante é que os recursos procedentes da emissão sejam alocados somente para o financiamento de ativos, projetos e/ou atividades verdes.

Definições do “verde”

Ainda não existe um conjunto de definições globais e uniformes para projetos elegíveis a financiamento através de títulos e empréstimos verdes, mas a Climate Bonds Initiative utiliza sua própria Taxonomia, que inclui oito categorias para destinação de recursos: Energia, Edificações, Transporte, Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos, Uso do solo, Indústria e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A Taxonomia é baseada no Climate Bonds Standard, que reúne Critérios Setoriais formulados com o auxílio de especialistas da comunidade científica internacional e de profissionais do mercado. Os emissores podem solicitar a certificação de seus instrumentos de dívida verde segundo o Climate Bonds Standard através da contratação de um Verificador Aprovado independente. O Verificador faz uma avaliação independente de que o uso dos recursos cumpre o objetivo de limitar o aquecimento global a 2 graus Celsius.

Conteúdo

Metodologia e escopo 3

Principais marcos em políticas para as finanças sustentáveis na ALC 4

Visão geral do mercado de finanças sustentáveis na ALC 5

Temas aprofundados 6

Em foco: Finanças de transição 14

Em foco: Suporte e oportunidades para o desenvolvimento do mercado 16

Agricultura 16

Transporte 17

Adaptação e resiliência 18

Elaboração de taxonomias 18

Suporte para o desenvolvimento do mercado 19

Visão geral por país 21

Conclusões e perspectivas 30

Anexo 31

Notas 32

Metodologia e escopo

Para refletir as condições extraordinárias de mercado causadas pela pandemia da Covid-19 em 2020, e dado que a cobertura do banco de dados da Climate Bonds cresceu, este relatório inclui uma avaliação do mercado mais amplo de finanças sustentáveis, e não somente o de títulos verdes na ALC, até o final do 1S21. Esta análise inclui todos os anos até hoje, ou seja, dados acumulados desde o nascimento deste mercado em 2016.

Este relatório cobre três temas mais abrangentes de dívida, baseados nas atividades, nos projetos e ativos financiados: Verdes, Sociais e de Sustentabilidade (VSS). Estes dados e a análise subsequente se baseiam predominantemente nos Bancos de Dados de Títulos Verdes, Sociais e de Sustentabilidade da Climate Bonds.

Em nosso trabalho e neste relatório, o mercado de dívida sustentável é definido como o conjunto de instrumentos de dívida que (a) possuem um rótulo e (b) têm o formato de títulos ou empréstimos rotulados que possuem alocação definida de recursos (use of proceeds, ou UoP) e que financiam diretamente projetos/ativos sustentáveis.

Verdes

Todas as transações com algum tipo de rótulo verde foram filtradas para inclusão no banco de dados correspondente. A análise e filtragem é baseada em um conjunto de requisitos processuais estipulados na Metodologia do Banco de Dados de Títulos Verdes da Climate Bonds e resumidas nos seguintes critérios abrangentes:

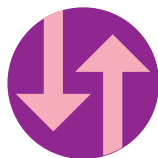


- As transações devem possuir algum tipo de rótulo verde; e
- Deve ser possível verificar (com base em divulgação pública) que todos os recursos líquidos provenientes da emissão cumprem as definições 'verdes' da Climate Bonds, com base na Taxonomia Climate Bonds.

Somente os títulos com 100% de recursos alocados para ativos e projetos verdes alinhados com a Taxonomia Climate Bonds são incluídos em nossos números e no nosso Banco de Dados de Títulos Verdes. Se não houver informações suficientes sobre as alocações, o título pode ser excluído.

Sociais e de Sustentabilidade

Utilizando pontos de referência já existentes no mercado e extensa pesquisa, a inclusão de títulos sociais e de sustentabilidade mostra, de forma ampla, quais setores e subsetores podem ser financiados com títulos rotulados nestes temas. No entanto, ainda não foi criada uma "taxonomia social" abrangente ou um sistema equivalente de classificação e filtragem para instrumentos de dívida que buscam alcançar resultados sociais positivos mas há trabalhos neste



sentido acontecendo na União Europeia e em outros lugares. Portanto, os usos de recursos de títulos sociais e de sustentabilidade não foram analisados e filtrados com base em seu desempenho.

Orientações já existentes no mercado para estes dois rótulos incluem os Princípios para Títulos Sociais (SBP) e as Diretrizes para Títulos e Sustentabilidade (SBG), da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA). No entanto, estes títulos são classificados de acordo com seus respectivos rótulos e categorizados como segue:

Social

O rótulo é exclusivamente relacionado a projetos sociais como, por exemplo, Habitação, Gênero, Mulheres, Saúde, Educação, etc. As categorias são definidas pelos SBP.

Sustentabilidade

O rótulo descreve uma combinação de projetos verdes e sociais como, por exemplo, Sustentável, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), investimento socialmente responsável (ISR), ambiental, social e de governança (ASG), etc. As categorias de projetos verdes nestes instrumentos são analisadas e filtradas segundo a Metodologia do Banco de Dados de Títulos Verdes da Climate Bonds.

Definições de países e valores

Neste relatório, 'país' significa o país da entidade emissora; em nosso banco de dados global e nos dados estatísticos de títulos verdes, 'país' reflete o país do risco, que pode ser diferente se a controladora da entidade emissora for de outro país. Por exemplo, a AES Corporation emitiu três títulos verdes em abril de 2019, outubro de 2019 e fevereiro de 2020, totalizando USD 708 mi; neste relatório, os títulos estão classificados como 'Brasil', 'Chile' e 'Argentina', mas, no banco de dados, estão como 'EUA'. Somente as entidades sediadas na ALC são incluídas nesta análise, exceto quando especificado de outra forma. A menos que seja declarado de forma explícita, a análise se refere ao valor emitido e não ao número de títulos ou emissores.

Transações analisadas separadamente

Instrumentos vinculados a Indicadores de performance (KPIs)

Instrumentos de dívida vinculados a KPIs foram excluídos da análise principal do mercado VSS. Estes instrumentos captam recursos para finalidades genéricas e envolvem penalidades acerca do custo ou do valor da dívida a ser paga (p.ex., aumento do cupom, ou "step-up") vinculados ao não cumprimento de metas predefinidas de desempenho em sustentabilidade e com prazo determinado. Os dois principais tipos de instrumentos são geralmente chamados de Títulos vinculados à sustentabilidade (SLB, na sigla em inglês) e Empréstimos vinculados à sustentabilidade (SLL). A Climate Bonds ainda não rastreia nem avalia de modo abrangente o mercado global de SLBs ou SLLs, o que impediu a inclusão destas categorias de dívida nesta análise. No entanto,

estamos desenvolvendo os critérios de cobertura de dados e filtragem para os instrumentos associados a KPIs a fim de complementar as orientações já existentes no mercado, tais como os Princípios para Títulos Vinculados à Sustentabilidade (SLBP) da ICMA Princípios para Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade (SLLP) da Associação de Mercado de Empréstimos (LMA). O tema dos instrumentos vinculados a KPIs é discutido no contexto de exemplos de estudos de caso específicos, nas páginas 14 a 15. Esperamos incluir conteúdo adicional sobre estes tipos de instrumentos nos próximos relatórios.

Rótulos de transição

As finanças de transição descrevem instrumentos que financiam atividades que não sejam de baixa ou zero emissão (ou seja, não são verdes), mas que desempenham um papel em um prazo não tão longo na descarbonização de uma atividade ou que ajudam seu emissor em sua transição para alinhar-se ao Acordo de Paris. O rótulo de transição permite, portanto, a inclusão de um conjunto mais diverso de setores e atividades no universo das finanças sustentáveis. No momento, os títulos de transição são em sua maioria originários de setores altamente poluentes e que têm muita dificuldade para reduzir as emissões. Estes papéis não se encaixam nas definições 'verdes' existentes, mas são um componente crucial da transição para as emissões zero líquidas. Alguns exemplos são os setores de extração, como a mineração; materiais, como aço e cimento; bens industriais, incluindo aviação; e a agropecuária, em particular a pecuária. KPIs específicos e indicadores para filtragem de atividades de transição já estão sendo criados: A Climate Bonds deu início ao trabalho de definição no lançamento, em setembro de 2020, do whitepaper Financing Credible Transitions. Este trabalho foi complementado pela apostila Climate Transition Finance da ICMA, publicada em dezembro, que se concentrou em diretrizes de processo. Com estes desdobramentos, esperamos incluir nos próximos relatórios dados e análises sobre os títulos com alguma variante do rótulo de transição. Consulte a página 14 para mais detalhes sobre nosso trabalho nesta área.



Principais marcos em políticas públicas para as finanças sustentáveis na ALC, de 2019 até hoje

2019

O **Chile** sedia a COP 25 das Nações Unidas em dezembro. Outros países da ALC que já sediaram o evento incluem a Argentina (1998 e 2004), o México (2010) e o Peru (2014).

O Conselho Consultivo de Finanças Verdes do **México** (CCFV) adere à Rede Internacional de Centros Financeiros para a Sustentabilidade (FC4S). O órgão regulador dos mercados financeiros da Colômbia (SFC) adere à Rede de Bancos Centrais e Supervisores para Tornar o Sistema Financeiro Verde (NGFS).

Bancos **Argentinos** assinam o Protocolo de Finanças Sustentáveis com o objetivo de criar uma estratégia de finanças sustentáveis para o setor bancário.

O **Chile** se torna o primeiro país da ALC a emitir um título verde soberano.

A Bolsa de Valores do **Panamá** lança seu Guia para Títulos Verdes, Sociais e Sustentáveis.

O órgão regulador de previdência complementar do **Chile** edita novas regras, com o propósito de integrar o ASG e os riscos climáticos à análise de investimento dos fundos de pensão.

A Comissão Nacional de Bancos e Seguros de **Honduras** define as normas para que as instituições financeiras gerenciem riscos socioambientais.

México, Equador, Colômbia, Argentina, Paraguai, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Panamá e Uruguai endossam os Princípios de Helsingue e o Plano de Ação de Santiago, tornando-se membros da Coalizão de Ministros de Finanças para a Ação Climática.

A bolsa de valores da **República Dominicana** lança um guia para emissores de títulos verdes.

2020

O Banco Central do **Brasil** adere à NGFS e lança sua agenda sustentável.

O **Brasil** também aprova o Decreto 10.387/2020 para acelerar projetos verdes (p.ex., energias renováveis, transporte de baixo carbono e água e saneamento) e facilitar novas emissões.

A Bolsa de Valores do **Panamá** lança suas Diretrizes para Divulgação Voluntária de Fatores ASG.

O **BNDES** inclui empréstimos verdes concessionais em sua carteira.

A Bolsa de Valores de Quito (**Equador**) publica as Diretrizes para Títulos Verdes e Sociais para orientar o desenvolvimento do mercado.

O **Equador** emite o primeiro título social soberano da região e do mundo.

A Comissão Nacional de Valores Mobiliários do **Paraguai** aprova as Diretrizes para a emissão de Títulos ODS (Resolução CNV CG N9/20). O Banco Central do Paraguai adere à NGFS.

O **México** emite o primeiro título ODS soberano da ALC.

O **Equador** lança a Iniciativa de Finanças Sustentáveis por meio de instituições públicas e privadas, com o objetivo de fomentar o mercado nacional.

A Superintendência Financeira da **Colômbia** (SFC) publica o Guia de Melhores Práticas para Títulos Verdes e o Marco Regulatório 028 de 2020 para promover o desenvolvimento do mercado de títulos verdes no mercado colombiano de capitais.

A Superintendência do Mercado de Valores da **República Dominicana** elabora diretrizes para títulos verdes a fim de padronizar as melhores práticas entre os emissores.

2021

O **BID** lança a Plataforma de Transparência de Títulos Verdes (Green Bond Transparency Platform – GBTP) para apoiar a harmonização e padronização de relatórios de títulos verdes, fornecendo informações sobre os recursos provenientes das emissões e o desempenho ambiental dos títulos.

No **México**, a CONSAR (Comissão Nacional para a Previdência) publica uma nova resolução que exige que os fundos de pensão (AFOREs) incorporem critérios ASG em sua estratégia de investimento a partir de 1 de janeiro de 2022.

O Ministério da Fazenda do **Chile** e o Comitê Público-Privado de Finanças Verdes (La Mesa) preparam o Roteiro para uma Taxonomia, com o objetivo de orientar a elaboração de uma taxonomia para o país.

A **SFC** também lança a exigência de que fundos de pensão incluam fatores ASG e climáticos nas carteiras de investimento.

A **Colômbia** avança no desenvolvimento de sua taxonomia para definir as atividades econômicas e os ativos que contribuem consideravelmente para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Ministério da Fazenda do país publica o Framework para Títulos Verdes Soberanos.

O Banco Central do **Brasil** lança consulta pública sobre Risco Climático e a TCFD.

O Tesouro Nacional do **Brasil** sinaliza o desenvolvimento de um Framework ASG para uma emissão Soberana.

A CVM, órgão regulador do mercado de valores mobiliários **brasileiro**, lança consulta pública sobre a regulamentação das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, incluindo rótulos verdes, sociais e sustentáveis.

Visão geral do mercado de finanças sustentáveis na ALC




O mercado de finanças sustentáveis da ALC mais do que dobrou desde a primeira edição do relatório América Latina e Caribe: Análise do Mercado de Finanças Verdes, publicado pela

Climate Bonds em 2019.¹ A emissão de títulos verdes na região mais que dobrou em menos de dois anos, de USD13,6bi em setembro de 2019 para USD30,2bi no final de junho de 2021. Para títulos sociais e de sustentabilidade, esse crescimento é ainda mais notável, com USD 18,3bi em emissões acumuladas desde o nascimento deste segmento de mercado em 2016 e até o final do 1S21. Este segmento é apresentado pela primeira vez nesta análise regional. Apesar do impacto da pandemia de Covid-19, o mercado de dívida sustentável da ALC continuou a crescer ao longo de 2020 e 2021 em todos os temas principais: a emissão total de VSS foi de USD16,3bi em 2020 (+82% comparado com USD8,9bi em 2019), e já atingiu USD12,5bi em 2021 até agora. Com as economias começando a se recuperar, e o compromisso de implementar uma recuperação verde e sustentável sendo observado em toda a região, há muitas oportunidades para o crescimento das finanças sustentáveis na ALC.

Grandes economias lideram, com Chile, Brasil e México como os três maiores em VSS

Seguindo a tendência global, o mercado de finanças sustentáveis da ALC está se tornando mais diversificado. Os títulos verdes continuam representando a maior fatia do mercado (62%), com crescimento significativo desde 2019. A ascensão dos rótulos sociais e de sustentabilidade mostra que há um potencial ainda mais amplo na região, o que se reflete na forte participação de moedas locais, indicando a consolidação dos mercados verdes domésticos em toda a ALC. O Chile (USD 17,8bi e o Brasil (USD11,7bi) abrigam os maiores mercados de títulos VSS da região. O México vem em terceiro lugar, com USD7,8bi de volume combinado de VSS. Juntos, os três países representam 77% de todas as emissões VSS na região da ALC.

Mercado de finanças sustentáveis na ALC

	 Verdes	 Social	 Sustentabilidade	Total VSS
Tamanho total do mercado	USD30,2bi	USD8,6bi	USD9,7bi	USD48,6bi
Número de transações	169	37	40	246
Número de emissores	91	28	26	132
Número de países	12	10	9	14
Número de moedas	11	10	6	14

Títulos verdes impulsionados por governos e empresas, vários novos participantes

O Brasil também é o maior mercado de títulos verdes da região, com emissão acumulada de USD 10,3bi. Sua perspectiva de crescimento futuro é positiva, principalmente nos investimentos do governo em infraestrutura e agricultura. O Tesouro Nacional do país também deu início a discussões sobre a elaboração de um framework ASG e sinalizou que pretende emitir um título rotulado no médio prazo, o que exige mudanças na regulação (ver página 25).

Depois do Brasil, Chile (USD9,5bi) e México (USD4bi) são o segundo e terceiro maiores mercados de títulos verdes na ALC. O volume maior de emissões do Chile foi impulsionado pelas emissões Soberanas do país, que continuam refletindo seu forte compromisso com o clima e o papel das finanças sustentáveis em cumpri-lo. No México, as emissões vêm sendo impulsionadas principalmente pela participação cada vez maior de empresas não financeiras.

Novos países também entraram no mercado de títulos verdes nos últimos dois anos: Desde 2019, Barbados, Bermudas, Equador e Panamá já emitiram seus primeiros títulos verdes, elevando o número total de países emissores de VSS na ALC para 14.

Títulos sociais e de sustentabilidade seguem a trilha dos verdes

O Chile também é o maior mercado de títulos sociais e de sustentabilidade (S&S) da região (USD 8,3bi). Semelhante às emissões de títulos verdes, os títulos Soberanos também representam uma parcela considerável (61%) do volume de emissões sociais e de sustentabilidade do Chile. O México é o segundo maior mercado de títulos (USD 3,7bi). O país testemunhou uma diversificação nos rótulos, principalmente ao longo de 2020 e 2021, o que mostra um apetite cada vez maior por títulos rotulados. O Brasil completa o time dos três primeiros colocados, com USD1,4bi em emissões S&S, quase em sua totalidade (96%) proveniente de empresas.

Aprofundamento temático

Verdes

O mercado da ALC alcançou seus maiores números em títulos verdes em 2020 e está a caminho de um resultado semelhante em 2021.



Dando continuidade à ascensão dos títulos verdes em 2019, a região registrou emissões de mais de USD9,4bi em 2020 (um aumento de 33% em relação a 2019). Este movimento foi impulsionado principalmente pela emissão soberana da República do Chile (USD3,8bi) e por vários emissores do Brasil (USD2,5bi). A República do Chile também registrou o maior volume em uma única transação — EUR1,3bi/USD1,4bi — em 2020. No total, o valor acumulado de emissões de títulos verdes na região atingiu USD30,24bi em junho de 2021.

Os três primeiros colocados continuam os mesmos, novos países entram no mercado
O rápido desenvolvimento do mercado de títulos verdes da ALC está sendo impulsionado não apenas pelos emissores existentes, mas também pela chegada de novos emissores a cada ano.

Desde o início de 2020, 25 novos emissores entraram nesse mercado, lançando seus primeiros títulos verdes. A maioria desses emissores é do Brasil (17); o México (3) vem em seguida. 19 desses 25 emissores são empresas, indicando a disposição cada vez maior deste setor em acessar essa forma singular de financiamento.

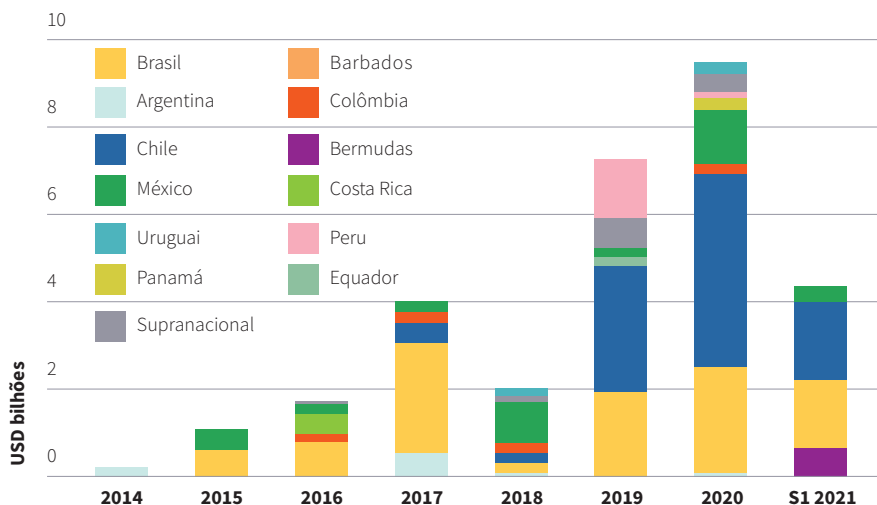
O número de países da ALC que registraram emissões de títulos verdes também aumentou para 12 (eram 8 em nossa análise de 2019). Os novos mercados identificados são Barbados, Bermudas, Equador e Panamá.

O Brasil continua liderando no total de emissões acumuladas até o momento, mas com uma participação menor — 34%, em comparação com 41% em 2019. O Chile fica em segundo lugar com 31%, seguido do México, com 13%. O Brasil é claramente o líder em número de transações e de emissores, respondendo por quase metade do total em ambos os casos (78 de 169 transações, e 44 de 91 emissores).

Emissões corporativas e soberanas impulsionam o crescimento

Emissores corporativos e soberanos lideram no mercado. Empresas não financeiras (39%) e governos (25%) ocupam as primeiras posições entre os tipos de emissores em termos cumulativos, graças às emissões de grande porte do Brasil e do Chile. 2020 também foi um marco para esses tipos de emissores — houve um recorde de emissões anuais de títulos verdes de USD3,8bi por governos e de USD3,4bi por empresas não financeiras. Empresas financeiras também bateram um recorde anual em 2020 com USD900mi, valor que já foi ultrapassado no 1S21. Brasil e México são os dois principais mercados com a maior diversidade de tipo de emissores; outros países continuam registrando um mix de emissores relativamente limitado. No primeiro caso, destacam-se as empresas financeiras brasileiras que finalmente estrearam no mercado de títulos verdes em 2020, a começar pelas duas emissões da Total Eren em fevereiro e a emissão de um Título Climático

2020: Ano recorde para títulos verdes na ALC



Fonte: Climate Bonds Initiative

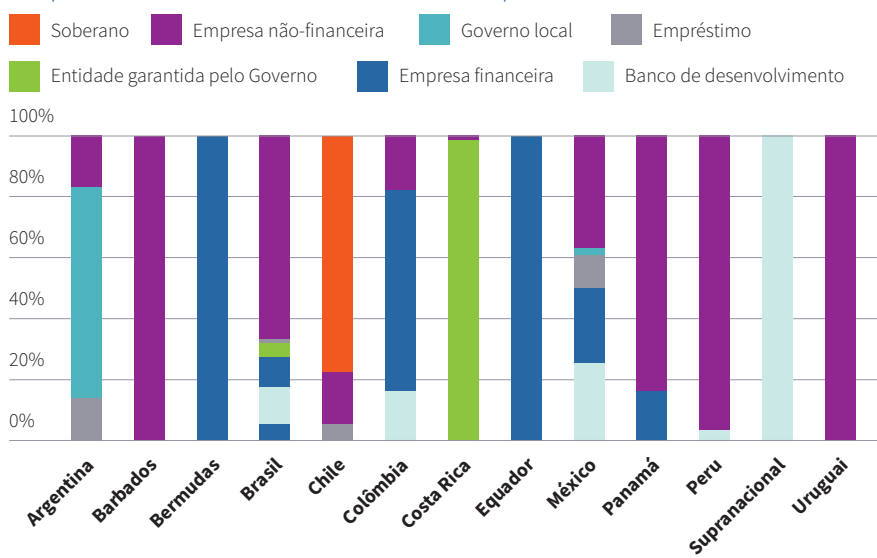
Certificado (CCB, na sigla em inglês) pelo Banco Votorantim em março. Hoje, cinco empresas financeiras emitem títulos verdes somente no Brasil, e o país lidera nesta categoria com quase USD1,1bi em emissões acumuladas.

A participação dos bancos de desenvolvimento caiu para 14% no cumulativo (eram 18% em 2019), principalmente devido ao volume relativamente baixo de emissões (USD750mi) em 2020. O banco de desenvolvimento colombiano Financiera de Desarrollo Nacional (FDN) emitiu seu primeiro título em julho de 2019 para financiar projetos de transporte público. Com isso, o número de bancos de desenvolvimento sobiu para oito, e o montante total de emissões por este tipo de emissor atingiu USD4,2bi até agora. Outros emissores nesta categoria vêm do Brasil (BNDES), do México (Nafin e FIRA), da Colômbia (Bancóldex), do Peru (Cofide), e se somam aos emissores supranacionais CAF (Corporación Andina de Fomento) e CABEL.

Até junho de 2021, o Chile foi o único país da região a emitir títulos verdes soberanos.

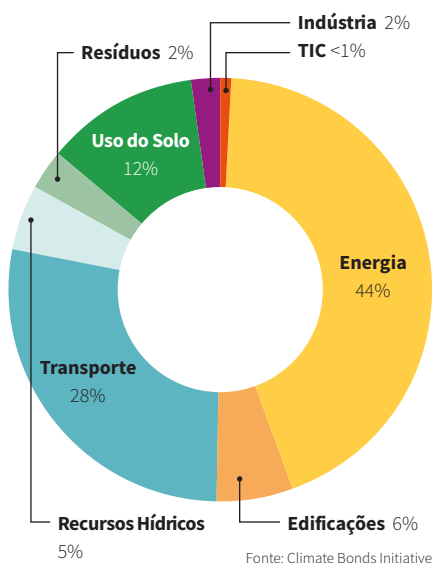
As emissões do setor público geralmente são ofuscadas pelas do setor privado. Os emissores do setor público (governos federais, governos locais e entidades estatais) juntos respondem por menos de 30% do total das emissões de títulos verdes até o momento (USD13,2bi, por 15 emissores). Esse número cai para 5% se desconsiderarmos os títulos soberanos chilenos, o que ressalta a importância do programa de emissões do Chile. O Brasil (Companhia Riograndense de Saneamento Corsan, ISA CTEEP) e a Costa Rica (Banco Nacional de Costa Rica) são os únicos dois países com entidades estatais que emitiram títulos verdes na região. Da mesma forma, México e Argentina continuam sendo os únicos dois países que têm emissões de governos locais (Província de Jujuy e Província de La Rioja, Argentina; Cidade do México, México), mas que não registram novas transações desde 2018.

Empresas e soberanos dominam, novos países entram no mercado



Fonte: Climate Bonds Initiative

Energia recebe maior fatia de financiamento, alocação para transporte cresce



Destinação de recursos se diversifica na ALC

Energia é novamente o setor mais financiado na região da ALC, respondendo por 44% (USD13,2bi) do montante acumulado de emissões. Se por um lado o montante alocado mais do que dobrou em comparação com a análise anterior (USD 5,5bi), por outro a parcela destinada à energia permanece a mesma (44%). Títulos de seis países (Argentina, Barbados, Bermudas, Costa Rica, Peru e Uruguai) alocaram mais de 95% dos recursos para essa categoria. 2020 foi o ano de maior sucesso para o investimento em energia a partir de títulos verdes, com USD3,2bi alocados. Exemplos de emissões pós-2019 com grande alocação para energia incluem as dos emissores CMI Energia das Bermudas (USD 700mi), Inversiones Latin America Power (USD 404 mi) e Arroyo Energy Investors (USD 399mi) do Chile. Também no ano passado foi registrado um recorde de alocações para os setores de edificações (USD760mi), transporte (USD 4,2bi) e resíduos (USD360mi).

Mais de um quarto (28%) dos recursos das emissões na ALC até o momento foi alocado para projetos de transporte.

A maior contribuição para esta categoria veio dos CCBs da República do Chile, cujas alocações incluem projetos de transporte público, como metrô, ônibus e infraestrutura relacionada. A empresa brasileira de logística Rumo S.A. é outro grande financiador desta categoria, com USD500mi alocados em 2020. Discutiremos as perspectivas para o transporte de baixo carbono na ALC em maior detalhe em uma seção "Em foco", na página 17.

Conforme observado em nossa análise anterior, a categoria de uso do solo registra uma alocação acumulada relativamente alta na região da ALC (12,1% ou USD3,7bi) em comparação com sua participação global (3,8%). Após o pico de 2017 (USD 1,1bi), a alocação para esta categoria permaneceu alta, mas não mais ultrapassou a marca do USD 1bi. Este fator, combinado com o aumento na alocação para outras categorias, como transporte, resultou na redução em 20% da alocação para uso do solo em 2019. Desde 2019, novos emissores que

financiam o uso do solo incluem a Coca-Cola FEMSA (preservação florestal e reflorestamento) e a SLC Agrícola (agricultura de baixo carbono e projetos de conservação do solo).

As categorias de Edificações e Recursos Hídricos ampliaram marginalmente suas participações — de 4% cada em 2019 para 6% e 5%, respectivamente. Este resultado apresenta forte contraste com os números de alocação globais, em que a categoria de Edificações fica em segundo lugar com 27% do financiamento e Recursos Hídricos em quarto, com 10%. 2020 foi um bom ano para Edificações, categoria que registrou sua maior alocação anual — USD7,6bi

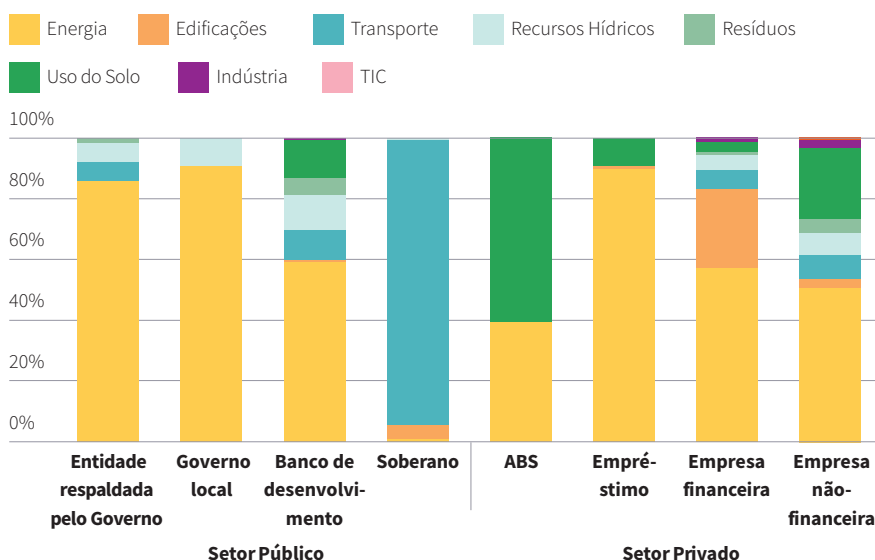
As alocações variam entre os países e os tipos de emissor — mas Energia se sobressai

No acumulado, Energia continua sendo a categoria de destinação de recursos mais financiada em quase todos os países. Essa tendência se manteve em 2020, mas o Chile foi a única exceção, principalmente porque seus títulos soberanos fizeram um grande aporte na categoria

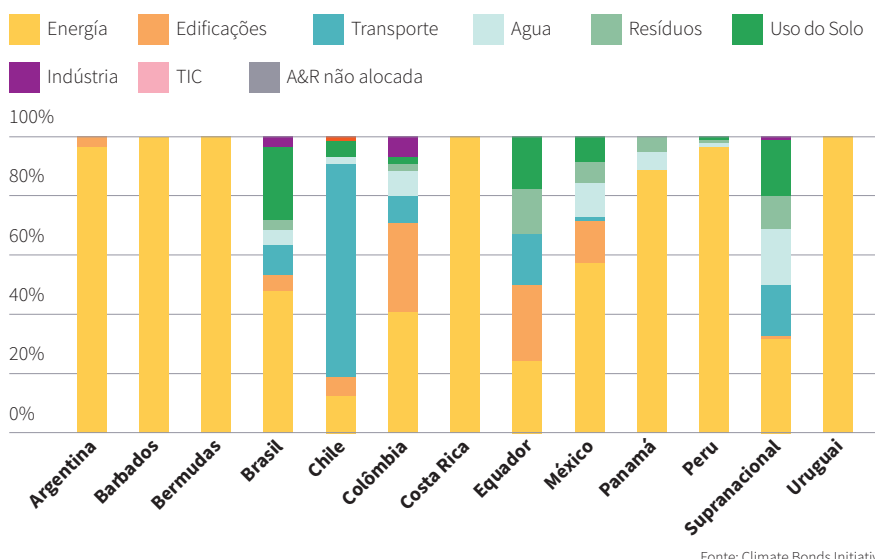
de Transporte. Desde 2019, no entanto, os emissores mexicanos e supranacionais vêm registrando uma diversificação cada vez maior para outros setores. A participação da Energia caiu para menos de 60% no México (eram 80% em 2019) e para 31% entre emissões supranacionais (eram 40%).

Entre os tipos de emissores, há uma diferença clara na alocação entre emissores dos setores público e privado. Exceto a categoria de soberanos (que inclui somente a República do Chile), a maioria dos emissores do setor público tende a alocar a maior parte dos recursos em Energia. Transporte, Recursos Hídricos e Uso do Solo são as outras categorias mais utilizadas por esses emissores. Os bancos de desenvolvimento, em particular, vêm ampliando suas carteiras de projetos e financiando mais projetos de Transporte e Recursos Hídricos desde 2019.

Maior parte dos emissores públicos prefere Energia, setor privado apresenta maior diversidade



Novos países preferem Energia, países consolidados diversificam



O setor privado, por outro lado, tende a diversificar mais, mas as proporções em Energia continuam aumentando. Em comparação com o relatório anterior, tanto as empresas financeiras como as não financeiras ampliaram as alocações para a Energia, sendo que as não financeiras também aumentaram a alocação para projetos de edificações verdes.

USD continua na frente, mas diversidade de moedas aumenta

Quase dois terços (60%) das emissões verdes na ALC, por valor, são denominados em USD (USD18,2bi). Isto representa uma redução de 70% em comparação com a análise anterior, causada principalmente pelo aumento das emissões em BRL e EUR desde 2019. Em termos de número de transações, as emissões denominadas em BRL alcançaram as em USD — foram 63 e 64, respectivamente. Este é um sinal positivo de que há demanda por títulos denominados em moeda local nos principais mercados.

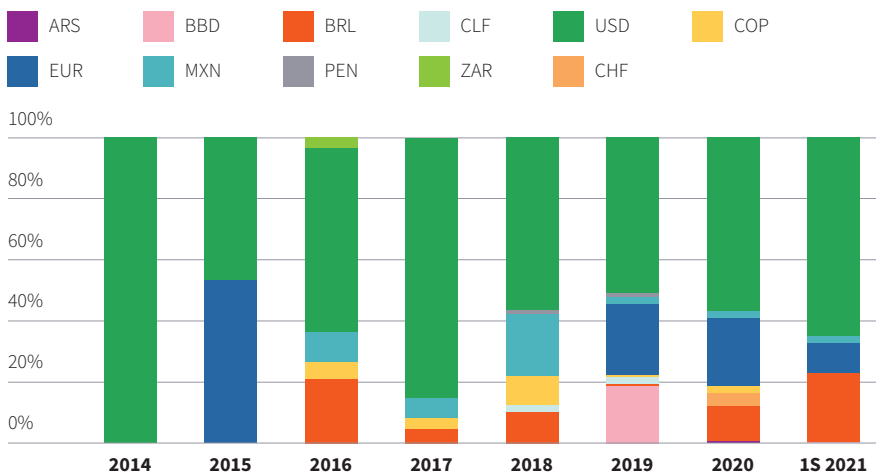
As transações em EUR estão relativamente distantes em segundo lugar, com 16,6% (USD5bi). No entanto, são apenas seis transações de três emissores (República do Chile, CAF e BRF SA), tornando o EUR a moeda com o maior volume médio por transação na região da ALC. Emissões de grande porte em moedas fortes são uma maneira natural de atender à demanda de investidores internacionais, principalmente da Europa. Isso fica evidente, por exemplo, no programa de emissões soberanas do Chile, que já emitiu em euros o equivalente a USD3,6bi (metade do seu total de emissões até o momento).

O mercado também registrou uma diversidade maior de moedas nas emissões após 2019. Surgiram títulos verdes denominados em ARS, BBD e CHF, embora tenham sido poucos. O título de CHF350mi (USD384mi) do banco de desenvolvimento Corporación Andina de Fomento (CAF) foi o maior entre os estreantes.

Entre os tipos de emissores, as empresas não financeiras são as mais diversificadas em termos de moeda, com títulos verdes denominados em nove moedas diferentes, seguidas pelos bancos de desenvolvimento, com oito. O USD é claramente a moeda de preferência da maioria dos tipos de emissores, exceto os soberanos.

Uma análise por transação revela um cenário relativamente diferente. Entre as empresas não financeiras, as transações denominadas em BRL (63) estão em segundo lugar, bem próximas das

Moedas locais começam a desafiar o USD



Fonte: Climate Bonds Initiative

em USD (64), que ficam em primeiro lugar. O EUR praticamente não aparece, exceto nos títulos verdes soberanos do Chile e em uma transação da BRF SA no Brasil e em outra do emissor supranacional CAF.

Volume médio das transações cai para menos de USD200mi

Após as emissões de vários pequenos títulos verdes desde 2019, os volumes médio e mediano dos títulos caíram 26% e 40%, respectivamente, em comparação com a análise de 2019. As transações de grande porte, ou seja, equivalentes a no mínimo USD500mi, agora respondem por 53% (USD16bi) do volume total, abaixo dos 61% registrados em 2019. O número de transações de grande porte, no entanto, dobrou para 22. Estas transações foram realizadas em cinco países: Bermudas (1 transação, USD0,7mi), Brasil (9 transações, USD5,3bi), Chile (8 transações, USD7,5bi), Costa Rica (1 transação, USD 500mi) e México (2 transações, USD1,2bi), além de uma transação supranacional do CAF (EUR740mi/USD800mi).

Assim como nas transações de grande porte, Brasil, Chile e México também lideram entre as emissões menores. Os três países são responsáveis por 97 das 147 transações de menor porte. As empresas não financeiras brasileiras, sozinhas, já emitiram 42 títulos com volume abaixo de USD500mi, sendo 18 após nossa análise de 2019. Emissores frequentes nesta categoria incluem as empresas de energia Taesa SA, Omega Geração e Iberdrola.

ESTUDO DE CASO: Título verde da Corporación Multi Inversiones (CMI)

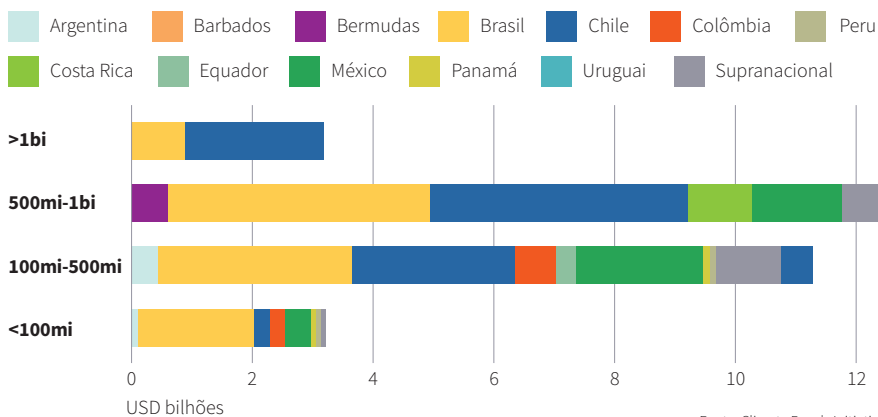
O título verde de USD700mi da CMI de abril de 2021 é o maior título de um novo emissor no 1S21. Este título, com vencimento em 2029, foi emitido pela unidade de negócios de energia do grupo CMI Energía, e teve alta demanda internacional nos EUA e na Europa. A empresa planeja financiar projetos em energia renovável, incluindo:

- Energia eólica onshore
- Energia solar fotovoltaica
- Energia natural afluenta
- Contratos de Compra de Energia Renovável (em inglês, PPAs)

A maior parte dos recursos provenientes da emissão será alocada para os itens acima. O framework de títulos verdes da empresa, no entanto, contém outras categorias de projetos elegíveis, como eficiência energética, edificações verdes com certificação LEED/BREEAM/HQE e transporte limpo (veículos elétricos e veículos com intensidade de emissão abaixo de 50gCO2/km). O framework recebeu uma Opinião de Segunda Parte (SPO, sigla em inglês) da Sustainalytics.

Este título da CMI Energía também é hoje o único título verde elegível emitido nas Bermudas, tornando-se assim um exemplo para outros emissores em potencial no país. Além de benéfica para o meio ambiente, uma guinada em direção à energia renovável também traria uma nova alternativa de energia limpa para os 64.000 habitantes bermudenses. A Climate Bonds dá as boas-vindas a esta emissão e espera que mais títulos desse tipo sejam emitidos nas Bermudas no futuro.

Mais países preferem transações menores



Fonte: Climate Bonds Initiative

Aumenta o número de emissões de títulos com prazo maior

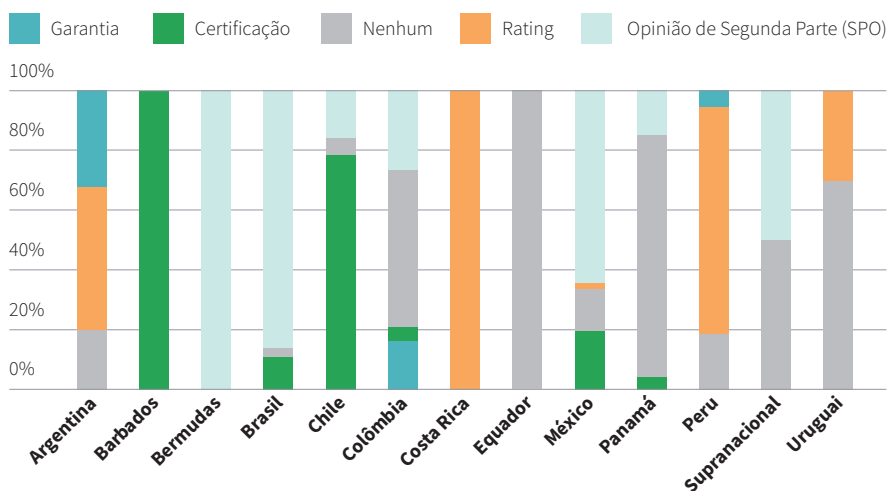
Desde a última análise, aumentaram os títulos com prazos acima de 10 anos. Especificamente, títulos com prazos entre 10 e 20 anos aumentaram de 14% para 30% (USD8,7bi) em valor emitido acumulado ao final de junho de 2021. Este aumento acabou reduzindo a participação dos títulos de médio prazo de 5-10 anos, que registraram queda de 44% para 34%. É interessante principalmente porque a categoria de 5-10 anos registrou o segundo maior número de emissores (14) após 2019, mas o montante emitido corresponde a menos de 15% das emissões totais no período (USD1,9bi de USD14bi). É possível fazer uma comparação com a categoria de prazo mais longo de 10-20 anos, que registrou um total de emissões de USD6,6bi por 13 emissores (20 títulos) no mesmo período.

A maior contribuição para o aumento da dívida de longo prazo é o programa verde soberano da República do Chile. As oito transações deste emissor têm prazo médio ponderado de 19 anos, totalizando USD4,7bi. Com um prazo mais longo, os emissores têm mais tempo para realizar projetos maiores, que demandem mais capital, com um custo de financiamento estável — o que é relevante principalmente no setor público. Os setores de transporte de baixo carbono e de edificações verdes, este último pouco atendido na ALC, devem crescer com o auxílio deste tipo de instrumento de dívida.

Avaliação externa é comum, certificações vêm subindo

Mais de 88% do valor total das emissões, e 84% das transações na região, recebem algum tipo de avaliação externa, em linha com os respectivos números globais de 87% e 88%. Os tipos de avaliações incluem Opinião de Segunda Parte (SPO), rating de títulos verdes, a Certificação segundo o Climate Bonds Standard e auditorias. As SPOs ainda são comuns, mas a participação dos provedores de SPOs mudou bastante desde a última análise.

Avaliação externa é comum, certificações vêm subindo



Fonte: Climate Bonds Initiative

Até o início de 2019, a Sustainalytics era nitidamente líder entre os provedores de SPO, com 42% do total das emissões de títulos verdes no mercado. Esta consultoria ainda lidera em 2021, mas com uma participação menor, de 32%, devido principalmente à maior participação da consultoria local SITAWI (13%). A SITAWI já avaliou títulos que juntos somam USD3,8bi, sendo que USD 3,2bi foram emitidos após 2018. Cinco novas consultorias entraram no mercado de verificação dos títulos verdes na região da ALC desde então: Bureau Veritas (0,01% por valor), CICERO (1,8%), CIPA (0,01%), Resultante (0,9%) e S&P (1,3%).

A Vigeo Eiris é a líder absoluta entre os Verificadores Aprovados para CCBs na ALC com USD7,8bi (83% do valor total Certificado), seguida pela Sustainalytics com USD1,3bi. Assim, a Sustainalytics é a maior verificadora em geral na região, com USD10,8bi, seguida de perto pela Vigeo Eiris, com USD8,4bi. Outras consultorias na região são a EY (USD24mi) e a Pacific Corporate Sustainability (USD15mi).

As certificações CCB registraram a maior alta em participação de mercado nos últimos anos, e ultrapassaram SPOs dos principais provedores. Desde o início de 2019, um total de USD8,6bi em transações verdes na região já receberam certificação CCB, valor bastante próximo do total de USD9,1bi em emissões com SPOs, que ficam em primeiro lugar. No acumulado, um total de USD 9,4bi em transações verdes na região já receberam certificação CCB, perdendo somente para emissões exclusivamente com SPOs, que somam USD15,2bi. O crescimento da Certificação foi impulsionado principalmente pelos títulos públicos Chilenos e pela transação de USD500mi da Rumo S.A. em julho de 2020.

É interessante notar que quando os verificadores externos são analisados por país, somente duas nações (Colômbia e México) apresentam diversidade observável nos tipos de avaliação. Os emissores da maioria dos países parecem ter preferência por um tipo específico de verificação — por exemplo, SPOs no Brasil e CCBs no Chile. No entanto, é importante notar que o porte das transações tem influência significativa sobre esta análise. A Costa Rica, por exemplo, tem dois títulos, um com SPO e outro com um rating de títulos verdes. O valor de emissão do título com rating verde é 143 vezes maior do que o outro, razão pela qual os ratings parecem liderar na Costa Rica. Outro motivo é a forte concentração das transações em si no Brasil e no Chile, deixando as outras nações com duas ou três opções de verificadores na maioria dos casos.

ESTUDO DE CASO: Primeiro título verde da Coca-Cola FEMSA

A Coca-Cola FEMSA é uma fabricante de bebidas bastante conhecida na região da América Latina e emprega mais de 80.000 funcionários em suas operações. Também é uma das primeiras fabricantes de bebidas a emitir um título verde na região. A empresa, com sede na Cidade do México, formulou seu primeiro framework para títulos verdes no início de 2020 e concluiu sua transação de estreia, de USD705mi, em setembro do mesmo ano.

Avaliado pela Sustainalytics, o framework da Coca-Cola FEMSA revela que a empresa planeja financiar vários projetos com impacto climático positivo. A lista inclui, entre outros:

- Ampliação em 45% da eficiência energética em suas instalações
- Instalações de separação de resíduos e reciclagem
- Atividades de preservação florestal e reflorestamento

- Melhoria da gestão hídrica em suas unidades de bebidas
- Energia solar, eólica, geotérmica e hidrelétrica (incluindo contratos de compra de energia)

O título tem vencimento de 12 anos e deve contribuir para que a empresa atinja seus objetivos de sustentabilidade até 2030. Além das metas relacionadas a GEE e energia renovável, a empresa também pretende recolher 100% de suas garrafas de politereftalato de etileno (PET) do mercado até 2030. A empresa também planeja aumentar a parcela de materiais reciclados nas embalagens PET para 50% no mesmo período. Com estes projetos, a Coca-Cola FEMSA torna-se pioneira na categoria de economia circular. Reconhecemos que estas metas são ambiciosas e esperamos que este título seja o primeiro de muitos, tanto da Coca-Cola FEMSA como de outras entidades deste setor no mundo.

Sociais & Sustentabilidade

O investimento ASG, inclusive em títulos temáticos além do rótulo verde tradicional, vem crescendo na região da ALC nos últimos anos.

Um importante motor desta alta é a necessidade de se tratar, simultaneamente, da mudança do clima e dos desafios sociais. Mais recentemente, devido às incertezas relacionadas à pandemia da Covid-19, houve um aumento na emissão de títulos sociais, pois os governos precisaram criar rapidamente pacotes sustentáveis de alívio econômico para amenizar os efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia na região da ALC. Até o final do 1S21, as emissões de títulos sociais e de sustentabilidade (S&S) representavam 37% (USD 18,3bi) do total das emissões verdes, sociais e de sustentabilidade (VSS) na América Latina. Em 2020, os títulos S&S representaram 42% do total das emissões VSS do ano.



Em 2020, os títulos sociais excederam de maneira significativa aqueles com tema de sustentabilidade. Ao longo de 2020 e 2021, a ALC ampliou fortemente a emissão de títulos S&S, totalizando USD18,8bi no período total da análise e outros USD9,9bi em instrumentos vinculados à sustentabilidade. Esta seção trata dos instrumentos de uso de recursos (UoP, na sigla em inglês); discutimos os Títulos vinculados à sustentabilidade (SLBs) em uma seção dedicada ao financiamento da transição, na página 14.

O valor emitido para os temas social e de sustentabilidade possui uma distribuição similar — USD8,8bi e USD 9,7bi, respectivamente. Os títulos sociais têm o maior número de emissores (28), enquanto o tema da sustentabilidade tem o maior número de transações (40).

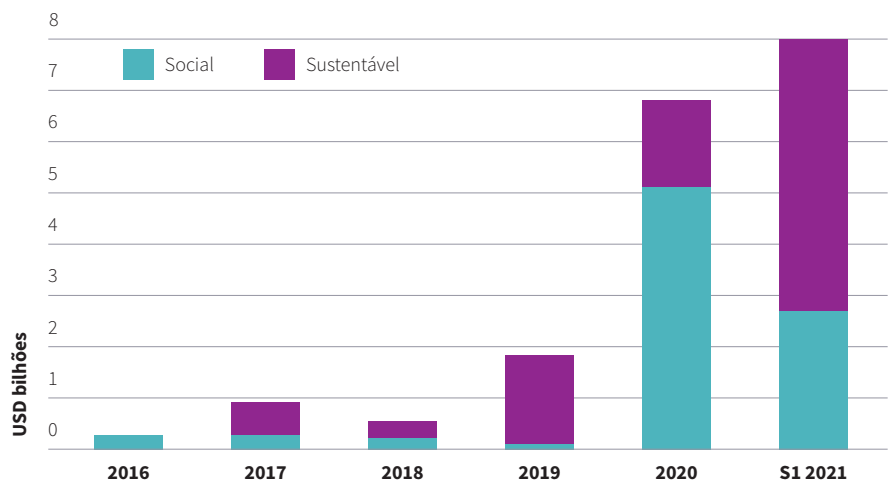
Cinco anos de emissões de títulos sociais e de sustentabilidade na ALC

Os primeiros títulos S&S da ALC foram emitidos em 2016, o banco chileno Banco Estado lançou dois títulos sociais de gênero em iene japonês para promover iniciativas de microfinanças para mulheres empreendedoras. O programa “Crece Mujer” promove empréstimos microfinanceiros, educação direcionada e treinamento para mulheres empreendedoras.

No ano seguinte, o banco mexicano de desenvolvimento Nafin (Nacional Financiera) lançou seu primeiro título social, com prazo de cinco anos, na bolsa de valores do México (BMV). O objetivo deste título é financiar programas sociais em áreas como educação, serviços financeiros para comunidades marginalizadas e microempréstimos para mulheres empreendedoras e para pequenas e médias empresas (PMEs). No mesmo período, o banco mexicano de desenvolvimento Banobras emitiu dois títulos de sustentabilidade com o objetivo de financiar projetos de recuperação de desastres, transporte sustentável, energia renovável, eficiência hídrica e infraestrutura com custo acessível para serviços públicos.

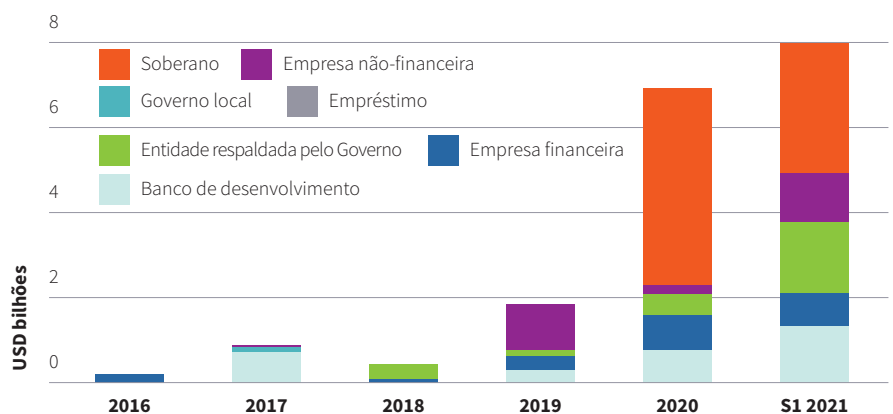
Em 2018, o número de emissores na região quase dobrou, apesar de o valor emitido ter sido menor. O Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE), da Argentina, lançou um título de sustentabilidade para financiar projetos verdes

Emissões de títulos sociais e de sustentabilidade (S&S) dispararam na ALC desde 2020



Fonte: Climate Bonds Initiative

Governos e empresas lideram emissões de títulos sociais e de sustentabilidade, mas há diversidade



Fonte: Climate Bonds Initiative

relacionados a eficiência energética e energia renovável, além de projetos sociais voltados para o empoderamento de mulheres, desenvolvimento econômico, o microfinanciamento de PMEs e a geração de emprego. No México, a incorporadora Vinte emitiu um título de sustentabilidade voltado para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e com custo acessível para habitações em comunidade e para suprimento de água e saneamento, além de instalações educacionais para grupos marginalizados.

As emissões S&S voltaram a crescer em 2019, com o Chile na liderança, com quase três quintos do valor total emitido, seguido por México e Colômbia, cada um com um quinto do total emitido. A empresa florestal ARAUCO, do Chile, emitiu dois títulos de sustentabilidade naquele ano para financiar projetos relacionados a energia renovável (eólica e biomassa), gestão hídrica sustentável e eficiente, prevenção e controle de poluição, projetos de habitação acessível para funcionários e populações vulneráveis, além de iniciativas em educação, saúde e segurança pública. Um dos maiores bancos privados da Colômbia, o Bancolombia, também emitiu seu primeiro título de sustentabilidade em

2019, com o apoio do BID Invest. Os recursos deste título devem financiar 26 projetos, 8 deles rotulados como projetos sociais para o fornecimento de infraestrutura pública básica, saneamento e habitação acessível.

Em 2020, 10 países latino-americanos e um emissor supranacional participaram da emissão de títulos S&S, sendo que Chile, México e Guatemala foram os maiores emissores. No início daquele ano, outra estreia mundial foi o título social soberano do Equador (USD400mi, janeiro de 2020) para financiamento de habitação acessível para famílias de baixa e média renda.³ No geral, o Chile representou 31% do montante emitido no ano, sendo que a República Soberana do Chile teve a maior participação. Os recursos oriundos dos títulos públicos devem ser alocados para despesas sociais, em linha com o Framework para Títulos Sustentáveis, que incluem suporte financeiro para famílias de baixa renda, acesso a habitação de baixo custo, acesso à educação, segurança alimentar, alívio do desemprego causado pela pandemia do coronavírus e acesso a serviços essenciais de saúde. A Guatemala ficou em segundo lugar, com uma emissão soberana de USD1,2bi em títulos sociais

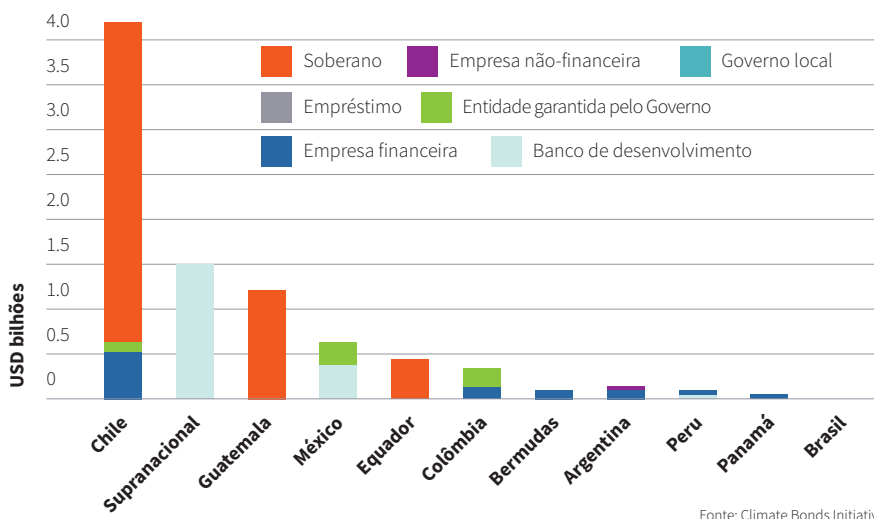
para aliviar os efeitos da pandemia de Covid-19. O México veio em seguida com a emissão de um Título ODS no valor de USD888mi para financiar serviços de educação e saúde, água potável e saneamento, e energia renovável.

O mix de tipos de emissores se manteve diverso em 2020-2021. Durante o período da pandemia, emissores do setor público (governos, entidades estatais e bancos de desenvolvimento) foram os líderes na emissão de títulos sociais e de sustentabilidade em toda a região. As emissões da República do Chile, da Guatemala e do Governo Federal do México foram algumas das maiores entre as soberanas. Empresas brasileiras dos setores de agricultura, engenharia e energia renovável fizeram as maiores emissões entre empresas não financeiras. Já entre os bancos multilaterais de desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e o mexicano Banobras foram os maiores emissores, adicionando USD2,2bi ao mercado S&S em 2020-2021.

Assim como em títulos verdes, as principais economias se destacam em títulos S&S

Seguindo uma tendência semelhante à da emissão de títulos verdes, três países — Chile (USD8,3bi México (USD3,7bi) e Brasil (USD1,4bi) — se destacam como líderes em emissões S&S, mas há uma notável diversidade no geral. O Chile impulsiona a região, respondendo por 45% do total de emissões S&S, seguido pelo México, com 20%, e o Brasil, com 8%. Os outros 10 países e emissores supranacionais juntos representam cerca de 27% do total de emissões S&S. Entre os maiores emissores, Brasil e México têm maior diversidade de emissores, ao passo em que o Chile tem maior concentração porque as emissões soberanas são predominantes.

Títulos sociais são impulsionados por governos



Fonte: Climate Bonds Initiative

Governos são pioneiros em títulos sociais na LAC

O tema social é caracterizado pela emissão de títulos soberanos que correspondem a 60% deste segmento de mercado. Os três emissores soberanos são República do Chile, Guatemala e Equador, com participações de mercado de 41%, 14% e 4%, respectivamente. Bancos de desenvolvimento e empresas financeiras vêm em seguida dos soberanos, com 22% e 11%, respectivamente, sendo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Centro-americano de Integração Econômica são os que mais contribuíram para a emissão de títulos sociais entre os bancos de desenvolvimento. Contribuíram ainda entre as empresas financeiras o Banco Estado, o Banco Santander Chile e o Banco W, da Colômbia.

ESTUDO DE CASO – Primeiro título de sustentabilidade do Banco Continental, do Paraguai

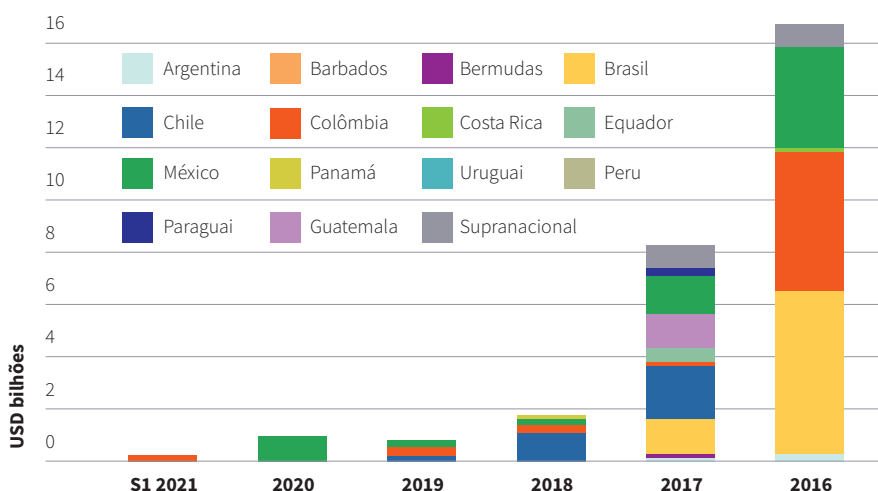
Um dos maiores bancos privados do Paraguai, o Banco Continental emitiu seu primeiro título de sustentabilidade, no valor de USD 300mi com vencimento em 5 anos. A Sustainalytics emitiu a SPO para o título, confirmando que o framework do emissor estava alinhado aos Princípios para Títulos Verdes e Sociais da ICMA de 2018. O uso de recursos do título está distribuído entre sete projetos verdes elegíveis e três projetos sociais.

Alguns exemplos de projetos elegíveis são:

- O desenvolvimento da agricultura verde através da agricultura orgânica, sustentável e ecológica, incluindo a restauração do ecossistema e a prevenção da erosão do solo;
- O investimento em novas tecnologias de telecomunicações para melhorar o acesso das comunidades vulneráveis à internet;
- O financiamento da construção e da reforma de centros de saúde e escolas públicas; e
- O financiamento da infraestrutura de manejo de água e esgoto.

A emissão foi um sinal importante para o mercado de títulos temáticos que está emergindo no Paraguai e contou com algumas características que enfatizaram sua credibilidade, incluindo um SPO. As categorias de uso de recursos do título demonstraram uma importante versatilidade no financiamento da resiliência por toda a economia; um exemplo é o investimento em melhor conectividade de internet em áreas com serviço inadequado. Esperamos ver mais emissões desse tipo no Paraguai e na ALC.

Chile, México e Brasil são os três maiores em títulos sociais e de sustentabilidade



Fonte: Climate Bonds Initiative

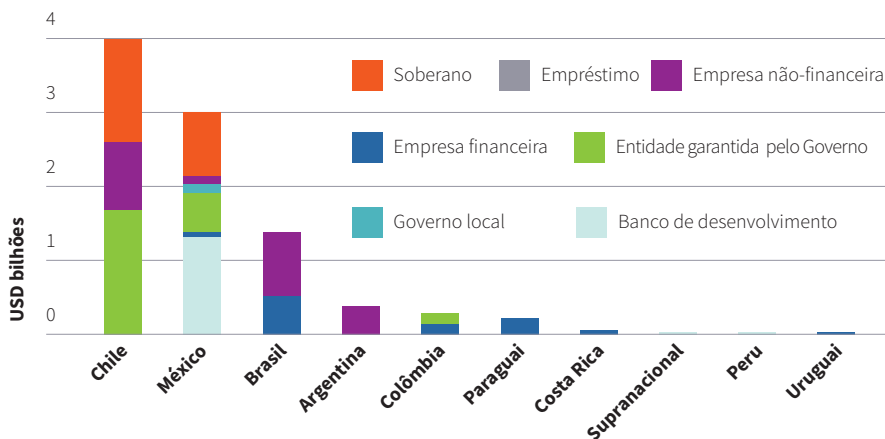
As empresas lideram em títulos de sustentabilidade

A emissão de títulos de sustentabilidade é impulsionada pelos emissores soberanos e empresas não financeiras. Chile e México foram os líderes em emissões de títulos soberanos de sustentabilidade; já nas emissões de empresas não financeiras, a liderança ficou com Chile, Brasil e Argentina. A Amaggi, maior produtora brasileira de grãos e fibras, emitiu títulos de sustentabilidade para financiar projetos socioambientais na cadeia de suprimentos do agronegócio.⁴ A varejista online Mercado Libre, da Argentina, lançou seus primeiros títulos de sustentabilidade no valor de USD400mi, com o propósito de promover a inclusão financeira, a redução da pegada de GEE, a inclusão social e o empoderamento por meio da educação.

O USD e outras moedas fortes estão na frente, mas as moedas locais têm um papel fundamental. Em 2016, as moedas fortes lideravam entre as emissões de títulos S&S com o BancoEstado, do Chile, emitindo dois títulos sociais de JPY25bi (USD245mi). Em 2017, governos locais e bancos de desenvolvimento do México entraram no mercado e foram responsáveis por todas as emissões de títulos em pesos mexicanos, atraindo investidores locais. 2018 foi o ano com maior diversidade em moedas de emissão, incluindo pesos chilenos, colombianos e mexicanos, além de uma pequena participação de dólares norte-americanos em emissões da Argentina.

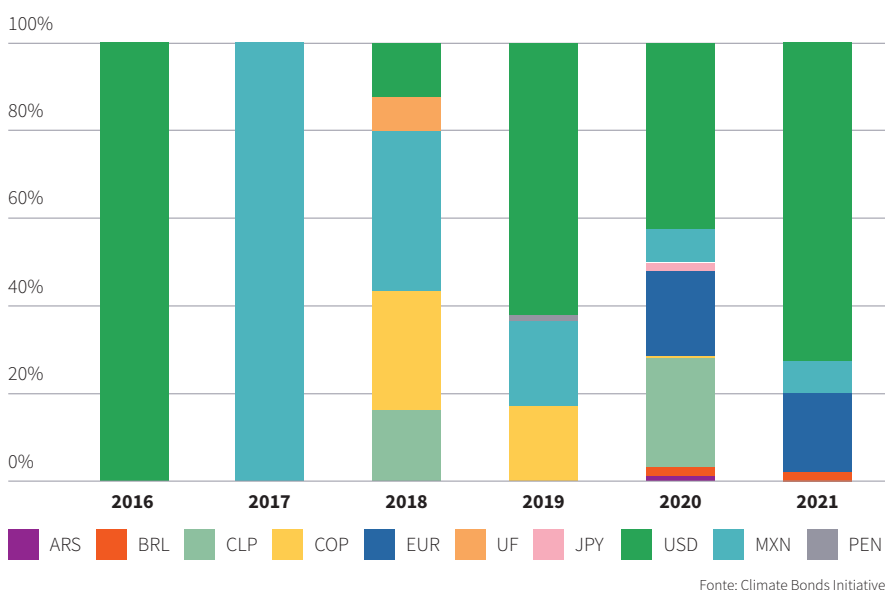
Os anos seguintes demonstram uma clara predominância das moedas fortes, principalmente dólar, euro e iene japonês, o que permite um maior fluxo internacional de capital de investidores envolvidos com as emissões de títulos temáticos. Nos últimos cinco anos, as emissões de títulos no Brasil foram predominantemente em USD (91% de participação); já o Chile apresentou uma maior diversidade de moedas de emissão, principalmente USD (51%), CLP (26%) e EUR (18%). As emissões mexicanas se dividiram entre EUR (23%) e MXN (76%). Outros países da região, como Colômbia e Peru foram eficientes em buscar investidores locais em mais de 70% do valor emitido; portanto, ainda há oportunidades no mercado para investidores internacionais em uma parcela das emissões de títulos temáticos.

Empresas e governos lideram em títulos de sustentabilidade



Fonte: Climate Bonds Initiative

Emissões em USD predominaram nos últimos 3 anos



Fonte: Climate Bonds Initiative

ESTUDO DE CASO: Título Soberano de Sustentabilidade de USD 1,5 bilhão do Chile

Em abril de 2021, o Chile lançou um título grande de sustentabilidade, com valor de USD1,5bi e vencimento em 32 anos. A base de investidores do país cresceu, pois este foi o primeiro título soberano temático listado na bolsa de valores de Taipé. A Vígeo Eiris emitiu o SPO para o Framework do Título Sustentável da República do Chile, que foi preparado pelo Ministério das Finanças do país com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O framework inclui nove categorias de projetos sociais elegíveis, incluindo as seguintes:

- Financiamento para grupos desfavorecidos (idosos, comunidades indígenas e marginalizadas) por meio de entidades de previdência complementar;
- Auxílio a famílias de baixa renda e vítimas de violações de direitos humanos via subsídios e contribuições;

- Promoção da segurança alimentar para grupos vulneráveis;
- Acesso a educação básica e a serviços de saúde por meio de iniciativas de prevenção e tratamento;
- Programas de recuperação de desastres relacionados a crises socioeconômicas, como a pandemia de coronavírus, através de programas para PMEs e de microfinanças.

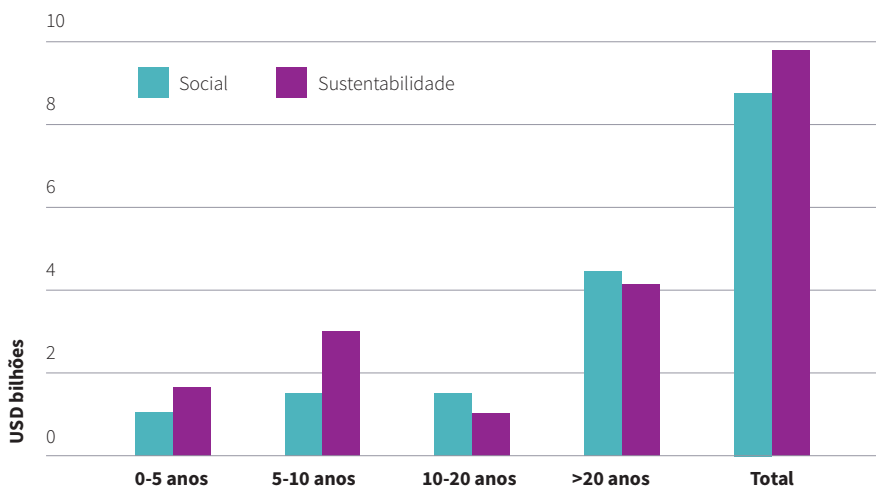
As áreas de financiamento verde incluem transporte limpo, eficiência energética, energia renovável, conservação de recursos naturais, uso do solo e áreas marinhas, gestão hídrica e edificações verdes. No geral, este framework é bastante amplo e um excelente exemplo de um emissor soberano que formou uma carteira atraente para investidores contendo ativos, projetos, atividades e despesas dentro do tema da sustentabilidade para facilitar o cumprimento de vários ODS.

A diversidade de prazos é grande entre países e temas dos títulos.

Os vencimentos dos títulos S&S se concentram mais nos prazos médios de 5-10 anos (35% por valor de emissão), seguidos por vencimentos de longo prazo de 20 anos ou mais (29%) e de 10-20 anos (19%). A menor parcela é a de curto prazo, de até cinco anos. No tema social, o vencimento de longo prazo é predominante, com mais de 50% do valor emitido. O tema da sustentabilidade apresenta proporções semelhantes, com os vencimentos de longo prazo respondendo por cerca de 50% do valor emitido, e os vencimentos de médio prazo, por 31,7%.

Os prazos dos títulos também variam por região geográfica. Por exemplo, quase 60% do valor emitido em títulos S&S no Chile tem prazo longo (>20 anos), ao passo em que no Brasil o prazo é relativamente menor: 5-10 anos com 54%, e 10-20 anos com 30% de participação. Os títulos mexicanos também têm vencimento mais curto — 53% das emissões vencem em 5-10 anos, e 31% vencem em menos de cinco anos. A tendência na Guatemala e na Colômbia é semelhante à do Chile, com a maioria de seus títulos vencendo em 10 anos ou mais. Se todas as outras variáveis forem idênticas, quanto mais longo é o prazo do título, maior é seu risco e, portanto, maior é a taxa de juros. No caso de emissões de títulos soberanos a variação nos prazos dos papéis entre os países reflete, em parte, a estabilidade macroeconômica percebida pelos investidores.

Prazos de títulos sociais e de sustentabilidade



Fonte: Climate Bonds Initiative

ESTUDO DE CASO – Primeiro título social emitido internacionalmente pelo CABI

O Banco Centro-Americano para a Integração Econômica (CABEI) emitiu seu primeiro título social no mercado global de capitais em fevereiro de 2021. A transação totalizou USD500mi e tem vencimento em 5 anos, com SPO da Sustainalytics. Um grupo diversificado de investidores da Europa, Ásia, América do Norte e do Oriente Médio participou da transação.

Os recursos provenientes da emissão do título social inaugural do CABEI contribuirão para o financiamento do acesso a serviços essenciais de saúde e educação; infraestrutura básica acessível (p.ex., água potável, saneamento, eletricidade, habitação social, prevenção e

recuperação de desastres); além de geração de emprego e microfinanciamento de PMEs. O framework também considera o financiamento baseado em inclusão de gênero para sistemas alimentares sustentáveis que contribuam para a segurança alimentar de populações de baixa renda. As categorias são abrangentes e são excelentes exemplos dos diversos benefícios dos títulos sociais e de como se sobrepõem aos títulos verdes, principalmente no que diz respeito a resiliência, como nos casos de sistemas alimentares resilientes e prevenção de desastres.

Em foco: Finanças de transição na ALC

Os mercados de títulos verdes e sustentáveis continuam crescendo rapidamente e, embora a diversidade de ativos e atividades seja cada vez maior, os grandes emissores de GEE ainda não participam do mercado de finanças verdes.

Apesar disso, grandes emissores de GEE são fundamentais para a redução das emissões globais. Esses emissores também são parte importante das carteiras tradicionais de investimento, tornando-se cruciais para a transição destas carteiras.

Até agora, os mercados de títulos verdes e sustentáveis se concentraram no financiamento de ativos e atividades que já são de baixo carbono. Embora o foco somente nestas atividades tenha sido um pontapé inicial importante para este mercado, sozinhas elas não conseguirão entregar os objetivos do Acordo de Paris. Todas as entidades de todos os setores precisam se alinhar às zero emissões de carbono até 2050 para que o mundo consiga limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Hoje, poucas atividades econômicas operam com zero emissões ou próximo disso. Para algumas atividades de alta emissão, soluções viáveis de baixa ou zero emissão já estão disponíveis ou são previstas dentro de um prazo razoável — a transição deve seguir na direção destas soluções. Para outras, não há soluções como estas, mas atividades de baixa emissão que podem substituí-las já existem ou estão sendo desenvolvidas — operações de transição devem se afastar destas atividades e seguir em direção à alternativas melhores.

São muitas as implicações da transição — investidores de todo o mundo já não perguntam mais se haverá uma mudança, mas com que velocidade e como acontecerá.

A disposição dos investidores já está mudando, como demonstra a recente emissão em won sul-coreanos (KRW) de um título da Samcheok Blue Power. A transação de KRW100mi não conseguiu atrair nenhum investidor institucional durante o processo de bookbuilding, em parte devido ao negócio de carvão da entidade (e ao rebaixamento na sua nota de crédito), que inclui a construção de uma nova usina termelétrica a carvão.⁵

Em um momento em que os investidores estão buscando alinhar suas carteiras, investir em organizações que têm um plano plausível de transição é cada vez mais essencial. Fica claro, então, que é fundamental que emissores e investidores continuem acessando e alocando capital de modo relevante, que evitem green ou transition washing e que não deixem nenhum setor para trás. No centro desta mudança está a necessidade de padronizar as definições para transição e garantir que sejam aplicáveis não somente às atividades, mas também às entidades como um todo.

Definição de transição

A credibilidade dos planos de investimento é importante para enfrentar a ansiedade dos investidores que querem investir nesta área, em que os riscos e oportunidades são novos. A Climate Bonds já começou a preparar um framework para transições. Um conjunto de princípios para a transição já foi apresentado em 2020, no artigo para discussão intitulado Financing Credible Transitions (veja abaixo) e em uma série de posts no blog.^{6,7} Suas exigências e características mais abrangentes são resumidas a seguir.

O foco e ponto de partida do framework é uma 'transição de mitigação do clima', ou seja, a transição que entidades, atividades e ativos precisam fazer para transformar as operações atuais com o objetivo de zerar as emissões líquidas até 2050. Este objetivo está alinhado ao foco climático — não necessariamente o nível de ambição — da maioria dos títulos rotulados como de transição até hoje. A Climate Bonds continua trabalhando com os frameworks existentes para preparar definições padronizadas e trazer a clareza necessária para os investidores. Esta será a base para que os mercados de capitais adotem um conceito de transição abrangente, robusto e passível de ser implementado. Esperamos, com isso, que o termo seja utilizado de maneira mais clara e consistente.

Resumimos abaixo exemplos atuais dos diferentes mecanismos de transição para entidades (títulos vinculados à sustentabilidade) e para ativos e atividades (títulos verdes e de transição), que já são utilizados nos mercados de finanças sustentáveis da ALC.

Três características comuns da Transição

- **Ambiciosa** – significa estar alinhada a 1,5°C ou ter potencial significativo para reduzir emissões
- **Flexível** – aplicável a entidades como um todo, a tudo o que fazem, e a uma gama de produtos financeiros associados
- **Inclusiva** – permite a participação de todos os setores e atividades, desde que demonstrem conformidade com os princípios e o framework

5 princípios para uma transição ambiciosa



1. Em linha com a trajetória de 1,5°C

Todos os objetivos e caminhos devem estar alinhados às emissões de carbono zero até 2050, e à redução das emissões pela metade até 2030.



2. Com base na ciência

Todos os objetivos e caminhos devem ser liderados por cientistas e harmonizados entre os países.



3. Compensações não contam

Objetivos e caminhos plausíveis para a transição não incluem compensações, mas devem incluir emissões nas cadeias de Escopo 3.



4. A viabilidade tecnológica supera a competitividade econômica

Os caminhos devem incluir uma avaliação das tecnologias atuais e previstas. Quando houver viabilidade tecnológica, mesmo que seja relativamente cara, esta tecnologia deve ser utilizada para determinar o caminho de descarbonização para a atividade econômica em questão.



5. Ação, não promessas

A transição plausível é fundamentada em métricas operacionais e não em um compromisso ou uma promessa de seguir um determinado caminho de transição em algum momento no futuro. Em outras palavras, NÃO se trata de uma transição para a transição.

Instrumentos de transição

Títulos de transição

Títulos de transição são títulos cujos recursos são destinados para que grandes emissores de GEE financiem sua mudança para operações e estratégias mais limpas e sustentáveis.



Os títulos globais de transição emitidos até hoje receberam respostas diferentes dos investidores — alguns se preocupam que parte das transações com este rótulo não representem um abandono das práticas tradicionais de negócios.

Apesar de serem diferentes dos títulos verdes, quando estes instrumentos de dívida são criados com seriedade, podem se tornar essenciais para auxiliar na transição global da economia como um todo em direção às metas do Acordo de Paris. Este movimento pode se beneficiar de mais orientações para o mercado — o ICMA e a Climate Bonds Initiative já lançaram orientações iniciais nesta área. Conforme já mencionado, a Climate Bonds publicará mais orientações específicas para entidades no final de 2021.

ESTUDO DE CASO – Eneva emite título de transição em duas séries

Em setembro de 2020, a empresa brasileira de energia Eneva lançou o segundo título de transição da ALC, que veio após a transação da produtora de carnes Marfrig, rotulada como Título de Transição Sustentável, em 2019.

A emissão de BRL948mi (USD178mi) da Eneva foi estruturada em duas séries. O uso de recursos cobre dois projetos. O primeiro é a expansão de uma usina já existente de geração de energia a gás utilizando energia geotérmica, ampliando sua capacidade de pico dos atuais 178 MW para 268 MW através de uma fonte de energia renovável.

O segundo projeto é a construção de uma usina termelétrica movida a gás para substituir a usina existente, que utiliza diesel como combustível. Ao fazer a transição do diesel para gás, a usina reduzirá ainda mais suas emissões de gases de efeito estufa. Segundo a consultoria que emitiu a opinião de segunda parte esta transição significa uma redução de 99% na emissão de óxido de nitrogênio na atmosfera e uma redução de mais de 20% na emissão de gases de efeito estufa.

Embora estes projetos não adicionem nova capacidade de combustíveis fósseis, são exemplos de medidas intermediárias de transição que devem ser descontinuadas no futuro próximo para que haja o alinhamento com um futuro de 1,5°C.

Títulos vinculados à sustentabilidade

Transações vinculadas à sustentabilidade são títulos com objetivo mais amplo, nos quais o custo financeiro aumenta ou diminui dependendo do cumprimento de indicadores de desempenho (KPIs) pela entidade emissora. O mercado de títulos vinculados à sustentabilidade (SLB) pode ter um papel vital como ferramenta complementar, permitindo que os emissores atraiam recursos financeiros para cumprir KPIs como parte de sua estratégia de transição. Mesmo que estes títulos não sejam rotulados especificamente como de 'transição', o mercado os considera como um instrumento de transição porque eles ajudam a entidade a cumprir metas/estratégias gerais ao invés de financiar ativos específicos.



Este tipo de título permite um comprometimento maior e melhor prestação de contas, pois a precificação do instrumento é ajustada com base no cumprimento de KPIs estabelecidos pelo emissor. Há, no entanto, certa preocupação com o crescimento dos SLBs. Em particular, pelo fato de que para algumas transações os KPIs determinados não são ambiciosos ou suficientes, ou é difícil mensurar seu alinhamento com objetivos mais amplos, tais como o Acordo de Paris. Por outro lado, desde que sejam bem estruturados, podem ser uma importante contribuição no cenário das finanças verdes e de transição.

Na região da ALC, já foram emitidos USD10bi em SLBs até o fim do 1S21. Os emissores pioneiros neste segmento vêm do Brasil, do México e do Chile, com uma participação de mercado de 63%, 32% e 5%, respectivamente. Os três maiores emissores — a fabricante de papel e celulose Suzano (do Brasil, e também emissora de títulos verdes), a varejista do setor alimentar e engarrafadora FEMSA (do México, também apresentada acima como emissora de títulos verdes), e o conglomerado industrial Orbia Advance Corp (do México) — juntos representam quase metade (USD4,25bi ou 48%) de todo o volume de SLBs.

Na ALC, os SLBs são emitidos predominantemente por empresas, incluindo as três maiores citadas acima, seguidas pela JBS, maior produtora de proteína animal do continente, e pela controladora da Body Shop, Natura Cosméticos S.A.

Provavelmente devido à sua inclinação para emissores corporativos, o segmento SLB da ALC é mais agressivo ao buscar investidores internacionais via denominação de moedas: 96% do total de USD10bi foi emitido em USD ou EUR. Os 4% restantes foram emitidos em BRL. Dos 24 títulos, 70% foram emitidos no Brasil; em seguida vieram México (25%) e Chile (5%).

ESTUDO DE CASO – Suzano emite USD2,3bi em títulos vinculados à sustentabilidade em 2020 e 2021

A fabricante brasileira de papel e celulose Suzano emitiu seu primeiro título vinculado à sustentabilidade (SLB, na sigla em inglês), de USD1,25bi, em 2020. O título, que na época foi o primeiro da região, do setor e dos mercados emergentes em geral, está vinculado ao KPI de redução da intensidade de emissões de GEE de Escopos 1 e 2 da empresa, de 0,213 tCO₂e/t de unidades produzidas em 2015 para 0,190 tCO₂e/t em 2025. A empresa disse que o título estava alinhado à meta de longo prazo de reduzir em 15% a intensidade de emissões de GEE até 2030. A transação recebeu SPO da ISS ESG.

Em 2021, a empresa emitiu mais um SLB no valor de USD1bi, com novos KPIs: o primeiro foi o objetivo de reduzir a intensidade de captação de água industrial em 12,4% até 2026, a partir do nível registrado em 2018. A segunda meta é ampliar para 30% a representação feminina nos cargos de liderança até 2025.

No geral, as metas da Suzano têm uma variedade interessante e são um bom lembrete de que uma transição verde precisa, em última instância, abranger todos os impactos relevantes das operações do emissor; no caso de papel e celulose, por exemplo, o consumo de água é crucial. A meta de intensidade de emissões é um bom começo, mas precisará ser revisada no futuro para incluir as emissões de Escopo 3 e permitir uma visão correta e holística do caminho de transição da empresa em relação ao do setor.

Em foco: Suporte e oportunidades para o desenvolvimento do mercado de finanças sustentáveis na ALC

Uso do Solo

As emissões na categoria de Uso do Solo representam 12% do mercado de títulos verdes da ALC. Empresas de silvicultura, agropecuária, bioenergia e produção de alimentos são as que mais contribuem para esta categoria. Embora haja poucas emissões na agropecuária, este setor continua sendo um dos mais importantes em várias das principais economias da ALC. A agropecuária responde por 5% a 18% do PIB em 20 países da ALC; se considerarmos os sistemas alimentares, este percentual aumenta.⁸ A categoria de Uso do Solo já recebeu 32 títulos verdes nesta região.⁹



O Brasil é o líder entre os grandes produtores de commodities. O país é o maior produtor de açúcar, café e carne bovina do mundo e o segundo maior produtor de soja. Embora outros países como Argentina, Chile e México também sejam grandes produtores da agropecuária, o Brasil é o maior emissor de títulos verdes relacionados ao uso do solo na ALC, com um total de USD 4,3bi em 17 transações.

Papel e Celulose Lideram as Emissões na ALC

Empresas de silvicultura lideram as emissões na ALC, com USD3,4bi. As fabricantes brasileiras de papel e celulose são líderes em emissões. A Suzano Papel e Celulose foi a primeira empresa do setor a emitir títulos verdes — o primeiro em julho de 2016 (USD500mi) e o segundo em novembro de 2016 (USD295mi). A empresa também fez duas outras emissões em 2017, totalizando USD900mi. Outras cinco emissões de fabricantes brasileiras de papel e celulose foram realizadas entre 2017 e 2020: Klabin (USD500mi/setembro de 2017, USD500mi/abril de 2019, USD 200mi/janeiro de 2020), Celulose Irani (USD131mi/agosto de 2019) e The Forest Company do Brasil (USD10mi/setembro de 2019). A “Análise de Mercado do Financiamento Sustentável para Agricultura no Brasil” da Climate Bonds destaca como todas as emissões de empresas do setor de papel e celulose foram direcionadas para produtos certificados pelo Forest Stewardship Council FSC ou pelo PEFC, sendo que a maior parte dos recursos foi destinada ao financiamento da produção de papel e celulose e uma parcela menor foi alocada para esforços de conservação.

A chilena CMPC, quarta maior fabricante de papel e celulose do mundo,¹⁰ também emitiu um título verde em 2017, de USD500mi. A empresa foi a terceira fabricante de papel e celulose da ALC a emitir um título verde. Esta transação financiou projetos relacionados às suas operações em silvicultura sustentável, gestão hídrica sustentável, eficiência energética industrial e gestão de resíduos.

Emissores fabricantes de alimentos também acessam o mercado

As fabricantes de alimentos da ALC também têm uma participação significativa na categoria de Uso do Solo. Empresas deste setor já emitiram USD1,4bi. A primeira emissão foi realizada no Brasil, em 2015 — a BRF (USD564mi) foi a primeira empresa não financeira na ALC a alocar a maior parte dos recursos da emissão para algum tipo de produção industrial. A produtora chilena de proteína animal Agrosuper fez um empréstimo verde de USD 100mi para financiar a pesca sustentável. Brasil (Katayama) e México (Coca-Cola FEMSA) foram responsáveis pelas outras duas emissões. A avícola brasileira Katayama Alimentos emitiu um título verde de USD3mi em janeiro de 2020 para financiar a produção de fertilizante orgânico à base de dejetos animais. Já a Coca-Cola FEMSA¹¹ emitiu um título de USD705mi, o maior do setor, em setembro de 2020 para financiar ou refinar projetos elegíveis que reduzem a pegada de carbono da empresa, promovem a gestão hídrica e a economia circular (utilização de resina reciclada nas garrafas PET e coleta de embalagens de bebidas).

Emissores de bioenergia também alocam recursos para Uso do Solo

As empresas de bioenergia também estão ampliando sua participação nesta categoria. As duas emissões com recursos destinados ao Uso do Solo vieram do Brasil (FS Bioenergia), totalizando USD600mi. A FS Bioenergia, maior produtora de etanol de milho no país, emitiu um título verde de USD550mi em dezembro de 2020. A demanda de subscrição excedeu em 1,8x o tamanho da transação, e os recursos foram alocados para a produção, a comercialização, o processamento e a industrialização de milho, biomassa de eucalipto e outros produtos agrícolas. Em janeiro de 2021, a empresa emitiu um novo título, de USD50mi, para capital de giro destinado ao mesmo fim.

Emissores dedicados ao Agronegócio estreiam no Mercado

Empresas do agronegócio estreiam no mercado de títulos verdes. As quatro emissões da ALC são do Brasil. A participação do agronegócio é pequena, com um total de USD137mi em emissões entre agosto de 2020 e maio de 2021. O primeiro título verde, de USD5mi, foi emitido pela Rizoma Agro, maior produtora de grãos orgânicos do Brasil. Esta também foi a primeira emissão em conformidade com os Critérios de Agricultura do Climate Bonds Standard, tornando-se um marco no mercado. A transação foi estruturada pela Ecoagro como um CRA verde. Neste formato, a Ecoagro emitiu o CRA e transferiu os recursos da captação para a Rizoma Agro. Os recursos da emissão devem financiar o cultivo em linha e a produção agroflorestal, sistemas de irrigação, a produção de insumos biológicos, infraestrutura pós-colheita, pesquisa e desenvolvimento e uma plataforma de gestão agrícola.

A SLC Agrícola também emitiu um CRA verde, de USD94mi. O uso de recursos está alinhado aos Princípios para Títulos Verdes e financiará projetos de agricultura digital e de baixo carbono, incluindo a compra de maquinário e equipamentos modernos e mais eficientes que demandam um consumo menor de recursos não renováveis e herbicidas, plantio direto e sistemas de integração lavoura-pecuária para soja e algodão.

Um terceiro CRA foi emitido pela Gaia Securitizadora. Os USD11mi financiarão sete produtores agrícolas do Centro-Oeste brasileiro que se comprometeram a preservar 24.000 hectares de área protegida coberta por vegetação nativa. O CRA também recebeu a certificação de conformidade com os Critérios de Agricultura do Climate Bonds Standard. A empresa de tecnologia agrícola Solinftec emitiu o quarto CRA verde e foi a segunda empresa a receber o Certificado Climate Bonds de conformidade com os Critérios de Agricultura.

Os recursos da transação serão destinados ao aprimoramento e desenvolvimento de tecnologias agrícolas digitais e preditivas com foco na mitigação e adaptação.

O Potencial da ALC para ampliar emissões de Uso do Solo

Os países da ALC são importantes produtores agrícolas e formam a região do mundo com o maior volume de exportações líquidas de alimentos.¹² A projeção é que cerca de 34% da produção agrícola da ALC seja exportada até 2030.¹³ A agricultura e os sistemas alimentares da região são diversos e variam em escala, sofisticação e importância econômica, mas há oportunidades para a expansão da produção agrícola sustentável.

O investimento público em pesquisa e inovação tecnológica da agricultura impulsionou a produtividade na ALC. Para que a produção seja expandida, será necessário um investimento maior em modelos sustentáveis e integrados. Algumas práticas agrícolas sustentáveis já conhecidas são a rotação de culturas, uso de culturas de cobertura, plantio direto e preparo reduzido, integração lavoura-pecuária e sistemas agroflorestais.¹⁴

Os países da ALC já estão procurando desenvolver a agricultura de baixo carbono como parte de seus compromissos climáticos. Na Argentina, o Plano Nacional de Manejo de Florestas com Pecuária Integrada definiu as diretrizes técnicas para o manejo de florestas nativas e manejo da pecuária. O país também publicou, em 2019, a Estratégia Florestal Nacional para 2030, com o objetivo de proteger florestas nativas e promover a plantação de florestas.

Argentina, Brasil, Colômbia e Chile têm esquemas de suporte para biocombustíveis, tais como a mistura compulsória de biocombustíveis. Assim, as emissões de biocombustíveis podem crescer ainda mais na região para promover a produção sustentável de matéria-prima.

Transporte de Baixo Carbono

As emissões de GEE estão aumentando

O transporte é uma das maiores fontes de emissões globais de GEE e uma das que crescem mais rapidamente. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), a queima de combustíveis no transporte — principalmente rodoviário, aéreo e marítimo — é responsável por 24% das emissões globais de CO₂.¹⁵ O transporte rodoviário de passageiros e de carga é o que mais contribui para estas emissões, com 73%.¹⁶ A movimentação de pessoas e mercadorias é fundamental para a atividade econômica e para manter a competitividade. Assim, a demanda por infraestrutura e serviços de transportes continuará crescendo tanto nos mercados desenvolvidos quanto nos emergentes nas próximas décadas, o que pode resultar em um salto de 60% nas emissões de CO₂ relacionadas ao transporte até 2050.^{17,18}



Será necessário implementar medidas drásticas para atender esta demanda e ao mesmo tempo reverter a trajetória de emissões de GEE, ou seja, será preciso fazer a transição das soluções existentes para alternativas de baixo carbono, e a infraestrutura do futuro deverá incorporar princípios de mitigação e resiliência climática. Algumas iniciativas conhecidas incluem a mudança para fontes de combustível com zero emissões, eficiência energética e troca de modais. Segundo o Climate Action Pathway for Transport, da UNFCCC, é viável zerar as emissões de carbono no transporte terrestre. Políticas e tecnologias já existentes ou emergentes poderiam levar a uma redução de 85% nas emissões de CO₂.¹⁹

Financiando o Transporte com Títulos Verdes

O Transporte é a segunda categoria mais financiada do mercado de títulos verdes da ALC, com 28%. A emissão soberana do Chile é responsável por esta participação. Outros emissores da região, como bancos de desenvolvimento, empresas não financeiras, empresas financeiras e governos locais também já emitiram títulos para financiar sistemas ferroviários, metroviários e de BRT. As emissões de GEE do setor de transporte estão crescendo rapidamente nos países da ALC, e já respondem por 35% do total de emissões na região.²⁰ número que fica mais preocupante quando constatamos que a ALC é responsável por 24% das emissões do setor de transporte do mundo.²¹

O setor de transporte da ALC engloba uma frota grande de veículos para o transporte rodoviário de passageiros e carga, com uma parcela menor de ferrovias concentradas em países como Brasil, Chile, Colômbia e México. A qualidade e o desempenho desta infraestrutura variam entre os países da ALC. Enquanto 50% da malha rodoviária da República Dominicana e das Bahamas são pavimentadas, no Brasil, na Bolívia e no Peru este número cai para cerca de 15%.

Emissões Soberanas são a maior contribuição

As alocações para transporte estão crescendo entre os rótulos sustentáveis. Emissões verdes são o principal rótulo para os ativos do setor, com 30 títulos deste tipo direcionando parte dos

recursos da emissão para o transporte de baixo carbono. Foram 11 emissões em que mais de 90% dos recursos foram direcionados para projetos de transporte: Emissões Soberanas da República do Chile (8 transações), Rumo S.A. (1 transação), MetrôRio (1 transação) e Transmilenio (1 transação).

As Emissões Soberanas do Chile têm um forte componente de transporte. Cerca de 92% das oito transações foram alocadas para o transporte de baixo carbono. O Framework de Títulos Verdes do Chile destaca que os recursos das emissões serão direcionados para soluções de transporte público e multimodal; os ativos elegíveis são migração modal, transporte público elétrico, linhas de metrô eletrificadas, ônibus, bondes e trens elétricos, infraestruturas intermodais e subsídios que auxiliem na implementação do transporte de baixo carbono.

Transações exclusivas são realizadas por empresas não financeiras brasileiras

Somente três títulos verdes foram totalmente dedicados ao transporte de baixo carbono. Dois deles vieram do Brasil. O primeiro foi um título verde de USD500mi emitido em julho de 2020 pela Rumo S.A., a maior operadora independente de transporte ferroviário de carga do país. Este foi o primeiro título para transporte ferroviário de carga na ALC que foi certificado segundo os Critérios de Transporte de Baixo Carbono do Climate Bonds Standard. Os recursos da emissão serão destinados para a ampliação da eficiência energética da rede, a modernização da infraestrutura da rede ferroviária e a compra de material rodante novo (locomotivas e vagões).

A segunda emissão do Brasil foi da MetrôRio, a empresa de metrô do Rio de Janeiro. A empresa emitiu um título verde de USD220mi para financiar mobilidade urbana. Os recursos serão alocados em material rodante para transporte público eletrificado — como trilhos, bondes, e teleféricos — e para infraestrutura dedicada. A transação recebeu SPO da SITAWI Finanças do Bem.

A terceira emissão exclusiva foi realizada pela Financiera de Desarrollo Nacional (FDN) da Colômbia (Transmilenio). A transação de USD41mi financiará a aquisição de até 741 ônibus movidos a gás natural comprimido (CNG) para operação em até quatro corredores do sistema BRT da Transmilenio. O título será pago com fluxo de caixa gerado pelas jornadas da Transmilenio no futuro, mas a FDN concederá uma linha de liquidez de contingência de 12%.

Outras transações também beneficiam o transporte de baixo carbono

Outros emissores na LAC também estão financiando o transporte de baixo carbono. Bancos de desenvolvimento, empresas financeiras, governos locais e empresas não financeiras também já incluíram estes ativos em suas transações.

- Bancos de desenvolvimento: CAF, CABEL e Bancóldex já emitiram um total combinado de USD11,8bi em oito transações. O CAF é o maior emissor, com seis das oito transações. Os recursos foram alocados para transporte terrestre, como trens, metrô e bondes elétricos.
- Empresas financeiras: BTG Pactual, Bradesco S.A., Banco de Bogotá, Banco Pichincha, Banco Galicia e Bancolombia totalizam emissões de USD1,2bi

em oito transações. A parcela do transporte nestas transações é menor — cerca de 13% a 33% — mas também é importante para o financiamento do transporte de baixo carbono.

- Empresas não financeiras: A Klabin (Brasil) fez três emissões (2017, 2019, 2020), totalizando USD 1,2bi, para financiar a infraestrutura para o transporte de celulose, incluindo a aquisição de locomotivas e vagões para substituir caminhões e linhas ferroviárias.
- Governos locais: A Cidade do México fez duas emissões, totalizando USD104mi. Os recursos foram alocados para sistemas de metrô, expansão das linhas Metrobús, transporte elétrico, veículos leves sobre trilhos e BRT.

Déficit no financiamento de infraestrutura

A ALC tem um déficit significativo em infraestrutura e em investimentos nesta área. Embora os países estejam investindo na melhoria dos sistemas de transporte,²² o montante necessário para superar este déficit é muito grande. Sozinho, o setor público não será capaz de investir os recursos necessários para ampliar o estoque e a qualidade da infraestrutura de transporte na região. Neste cenário, os mercados de capitais sustentáveis desempenham um papel importante na mobilização do financiamento de longo prazo — bastante necessário — para ativos de transporte.²³ Parcerias público-privadas vêm sendo utilizadas para atrair investimentos para projetos de infraestrutura. O Chile, por exemplo, utilizou o modelo PPP para a operação e serviços de manutenção de seus eBuses. Este projeto faz parte do compromisso do país de substituir toda a sua frota de transporte público por veículos elétricos até 2040.

Reduzindo o déficit através de soluções de baixo carbono

A crescente urbanização na ALC ampliou a demanda por serviços privados e públicos de transporte. A região tem uma taxa de urbanização de 80%, e o número de pessoas morando em cidades cresceu consideravelmente;²⁴ segundo as Nações Unidas, cerca de 654mi de pessoas vivem em centros urbanos na ALC. Quatro cidades da região já estão entre as dez mais congestionadas do mundo — Bogotá, Cidade do México, Rio de Janeiro e São Paulo — e as taxas de motorização devem crescer 40% até 2030.²⁵ Isto mostra que é preciso melhorar a mobilidade urbana para mitigar as emissões dentro das cidades da ALC.

Os países da região estão implementando soluções de transporte de baixo carbono, e uma das principais alternativas de mobilidade urbana são os sistemas de Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). Os países da ALC foram pioneiros na implementação deste sistema — 54 cidades na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no México, no Chile e no Peru possuem BRTs em operação. Embora não atendam toda a demanda por transporte, os BRTs já provaram que são uma solução vantajosa, pois são mais baratos do que os sistemas metroviários. Há potencial para continuar expandindo as redes de BRT para outras cidades, reduzindo a demanda por veículos particulares e, consequentemente, as emissões de GEE.

Ampliando a escala do transporte de baixo carbono na ALC

O transporte de baixo carbono tem potencial para contribuir com os compromissos climáticos. O México, por exemplo, quer reduzir em 51% as emissões de carbono negro até 2030 e reconhece a importância de investir em alternativas de baixo carbono. O governo implementou medidas para padronizar as normas e regulamentações ambientais para veículos novos e seminovos, conforme definido em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). O Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica também promove o transporte de baixo carbono, com linhas dedicadas de ônibus, terminais intermodais, estações de carga rápida e trens elétricos de passageiros.²⁷ Além disso, expandir e construir infraestrutura de qualidade também se relaciona com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).²⁸

O transporte de baixo carbono também pode aumentar a resiliência aos impactos climáticos. A infraestrutura de transporte na ALC é vulnerável a eventos climáticos extremos, como enchentes, chuva intensa, deslizamentos e temperaturas extremas,²⁹ que interrompem os serviços de transporte e danificam a infraestrutura. Em 2010-2011, a Colômbia foi atingida pelo fenômeno La Niña, e tempestades danificaram 98 rodovias importantes, causando atrasos na distribuição e elevando os preços das commodities no país. O resultado foi um prejuízo econômico de USD1,9bi somente no setor de transportes.³⁰ Portanto, há uma clara oportunidade para o investimento em infraestrutura resiliente ao clima, tanto nova quanto já existente.

A eletrificação é outra solução possível para os países da ALC. A penetração de veículos elétricos é pequena, mesmo que alguns países já tenham implementado algumas poucas medidas, incluindo a redução de impostos para veículos elétricos. Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador e México são alguns dos países que já reduziram estes impostos.

A eletrificação das frotas também faz parte das estratégias de transporte. A legislação da Costa Rica para o transporte livre de combustíveis fósseis determina que haja infraestrutura pública para carregamento de veículos elétricos e estabelece metas de vendas para este tipo de veículo para 2030 (5%) e 2040 (50%). Já a estratégia nacional do Chile tem como meta uma frota elétrica privada de 40% até 2040. Os bancos multilaterais de desenvolvimento estão apoiando projetos de mobilidade elétrica na região. A International Finance Corporation (IFC), por exemplo, tem ajudado municípios brasileiros a avançar nestes projetos, oferecendo consultoria técnica, financeira e institucional.

Também há potencial para a eletrificação de sistemas ferroviários no médio prazo, principalmente para carga. A rede ferroviária se limita ao Brasil, México, à Colômbia e ao Chile, mas o potencial é grande para o crescimento e para reduzir a demanda por transporte rodoviário.

Adaptação e resiliência

Embora nenhum título VSS da ALC tenha sido rotulado como de resiliência climática até hoje, os títulos verdes podem ter e de fato têm um componente de resiliência climática. Um dos motivos para o baixo volume de títulos exclusivos de resiliência é a falta de uma taxonomia comum para a adaptação. No entanto, a Climate Bonds Initiative publicou os Princípios de Resiliência Climática³¹ em 2019 para orientar o mercado.



Vulnerabilidade cada vez maior aos impactos climáticos

Além da mitigação, há oportunidades para o financiamento da adaptação e da resiliência na ALC, região que é altamente vulnerável aos efeitos físicos e econômicos das mudanças climáticas. Nos próximos anos, as economias da ALC enfrentarão cada vez mais impactos climáticos e eventos climáticos extremos, tais como a alta nas temperaturas e a mudança nos padrões de precipitação. As mudanças climáticas podem custar entre 1,5% e 5% do PIB por ano na região.³² Estima-se que os países latino-americanos perderam 1,7% do PIB anual nos últimos 20 anos devido a impactos relacionados ao clima; no Caribe, este número chega a 3% do PIB.³³

A região já está registrando eventos climáticos extremos. O furacão Iota arrasou Honduras, Nicarágua e Colômbia em novembro de 2020. O BID estima que a ALC poderia sofrer danos relacionados ao clima da ordem de USD100bi por ano até 2050. O financiamento para adaptação é muito limitado. O custo da adaptação nos países em desenvolvimento está estimado em USD70bi, e deve chegar a USD140-300bi até 2030 e USD 280-500bi até 2050.³⁴ O investimento público é capaz de cobrir apenas uma pequena parcela desse valor, razão pela qual o investimento privado se torna mais importante.

VSS endereçam a adaptação e resiliência na ALC

Alguns títulos VSS já foram emitidos com elementos de adaptação e resiliência, e há espaço para ampliar os rótulos de resiliência em setores como Recursos Hídricos, Agricultura, e Infraestrutura.

Recursos Hídricos

Segundo o último relatório do IPCC de 2014, os padrões de precipitação já estão mudando, e o sistema hidrológico sofrerá uma disrupção ainda maior, o que afetará os recursos hídricos disponíveis. Em junho de 2017, a empresa mexicana Grupo Rotoplas emitiu um título sustentável (USD 243mi) para financiar projetos de infraestrutura resiliente para garantir o acesso de comunidades vulneráveis ao abastecimento de água potável.³⁵



Agricultura

O IPCC prevê que os impactos negativos na produtividade das lavouras se tornarão mais comuns, com incêndios causados por mudanças nos padrões de precipitação e períodos mais



longos de seca. Esses perigos relacionados às mudanças climáticas causarão uma grave disrupção na produção de alimentos (IPCC 2014).

Infraestrutura

Um relatório elaborado pelo Global Center on Adaptation estima que o investimento em infraestrutura resiliente para os países da ALC deveria ser de USD13bi por ano. A infraestrutura de transporte e energia teve um prejuízo de USD2bi por ano em média nos últimos 10 anos, e famílias e empresas sofreram danos diretos de quase USD100bi causados por desastres relacionados ao clima. A empresa brasileira Athon Energia fez uma emissão de USD 11mi em debêntures verdes em 2019. Os recursos serão utilizados para financiar seis projetos de pequena escala de energia solar distribuída. Este foi o primeiro título verde do país para energia solar distribuída e visa garantir a resiliência da rede.

Seguindo o exemplo internacional de melhores práticas

O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD, na sigla em inglês) emitiu o primeiro título exclusivo de resiliência climática por USD700mi em 2019. Os recursos deste título de cinco anos foram utilizados para o financiamento de novos projetos de resiliência climática e projetos já existentes (infraestrutura, operações de negócios e comerciais, agricultura e sistemas ecológicos). Houve demanda de aproximadamente 40 investidores de 15 países. O Título do EBRD foi alinhado aos Princípios de Resiliência Climática (CRP, na sigla em inglês) da Climate Bonds, demonstrando a aplicação prática destes princípios.

Outra transação que financiou a adaptação e a resiliência climática foi o Título Verde emitido pela Prefeitura de Kanagawa no Japão, em 2020 para financiar projetos relacionados a rios, costas e controle de erosão, seguindo a “Estratégia de Prevenção de Desastres de Enchentes da Prefeitura de Kanagawa”. Outro título verde também veio do Japão, em uma emissão de USD400mi da Central Nippon Expressway para financiar pontes e terraplenagem. Estas categorias se encaixam em “Projetos de Adaptação às Mudanças Climáticas” dos Princípios para Títulos Verdes da ICMA.

Elaboração de taxonomias na ALC

O avanço das taxonomias locais

Diretrizes para a seleção de projetos e ativos verdes elegíveis estão sendo implementadas em todo o mundo para oferecer suporte a emissores e investidores, inclusive na ALC. Chile, Colômbia, México e República Dominicana estão elaborando suas próprias taxonomias. Este avanço das taxonomias locais demonstra o interesse dos países e de seus governos em mobilizar capital para o desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima. No entanto, é fundamental que as taxonomias sejam harmonizadas entre si, pois é necessária uma linguagem comum e global do que é verde e sustentável.

Taxonomias de jurisdições como a União Europeia (UE), além da taxonomia da Climate Bonds Initiative, servem como referência para a elaboração de taxonomias na ALC. A IFC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento têm sido bastante ativos ao apoiar a elaboração de taxonomias na região.

Elaboração de taxonomias na ALC

Chile

Em maio de 2021, a Climate Bonds Initiative (CBI) preparou, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, um Roadmap para a elaboração de uma taxonomia pelo Chile (*Taxonomy Roadmap for Chile*).³⁶ O Roadmap foi solicitado pelo Ministério das Finanças do Chile, que está liderando o Comitê Público-Privado de Finanças Verdes (La Mesa), e foi patrocinado pela International Climate Initiative (IKI).



O Roadmap analisa a melhor abordagem para a elaboração da taxonomia do país, incluindo seu alinhamento com as melhores práticas internacionais. Os setores prioritários são construção, transporte, edificações e indústria. Além disso, o roteiro destaca as oportunidades e os desafios para a promoção de uma agenda de finanças sustentáveis para o país. Uma oportunidade para o Chile é a de liderar as discussões globais sobre indicadores para mineração e soluções baseadas na natureza, dada a relevância destes setores no país.

Com o Roadmap pronto, as instituições envolvidas na Taxonomia Verde Chilena agora devem definir os próximos passos para sua elaboração.

Colômbia

A Colômbia começou a elaborar sua taxonomia verde em 2019. O processo foi liderado pelo órgão regulador do sistema financeiro do país (Superintendencia Financiera de Colombia), o Ministério da Fazenda, o Departamento de Planejamento, o Departamento de Estatística e o Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, todos membros do Comitê criado para este fim. A Taxonomia Verde da Colômbia endossa atividades econômicas e ativos que contribuam consideravelmente para os compromissos ambientais do Acordo de Paris e para estratégias e políticas governamentais, e procura ser um catalisador para a criação de instrumentos financeiros verdes.



A Taxonomia está sendo elaborada seguindo uma arquitetura semelhante à da Taxonomia da UE. Ela se concentra principalmente em componentes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo princípios de Não Causar Danos Significativos (DNSH, na sigla em inglês); e também cumpre salvaguardas sociais mínimas.

Enquanto este relatório estava sendo redigido, a taxonomia ainda estava sendo preparada e a expectativa é que fosse disponibilizada para consulta pública em agosto ou setembro de 2021.

Elaboração de Taxonomias Verdes

Taxonomias, por definição, são esquemas científicos de classificação e definição, e isto é válido também no mercado das finanças sustentáveis.

Uma Taxonomia Verde classifica e define ativos e projetos de acordo com suas credenciais climáticas e seus benefícios ambientais, oferecendo ao mercado uma fundamentação baseada na ciência e trazendo orientações para investimentos verdes confiáveis.

Para atingir as metas do Acordo de Paris e reduzir os impactos causados pelas mudanças climáticas e os riscos financeiros associados a elas, a economia mundial precisa fazer a transição e reduzir consideravelmente as emissões de GEE. As taxonomias verdes trazem orientações sobre ativos que são quantificáveis e baseadas na ciência, para que o fluxo de capital seja canalizado para transições plausíveis e para o impacto sustentável.

Em 2013, a Climate Bonds Initiative lançou a primeira Taxonomia Verde do mundo. Atualizada regularmente com os dados científicos e os critérios verdes mais recentes, a Taxonomia da Climate Bonds apresenta uma abordagem de harmonização para as várias taxonomias locais que estão surgindo ao redor do mundo, e a experiência da organização em conduzir grupos de especialistas também está ajudando estas iniciativas locais.

A primeira taxonomia local foi publicada pela China em 2015 (Catálogo de Projetos Autorizados para Títulos Verdes), com a finalidade de promover a transição para a economia de baixo carbono neste mercado altamente regulado. Em 2016, a União Europeia começou a elaborar sua própria taxonomia local de atividades sustentáveis, que foi publicada em 2020.

República Dominicana

Em março de 2020, a IFC assinou um memorando de entendimento com a Superintendência do Mercado de Valores (SIMV) da República Dominicana.



As Partes expressaram seu desejo de cooperar no projeto que prevê a elaboração de uma taxonomia para a mudança climática (mitigação e adaptação), além de capacitação e criação de mecanismos para a coordenação do desenvolvimento do mercado de finanças verdes. Desde a assinatura do documento, a SIMV e a IFC já ampliaram o conjunto de stakeholders, incluindo o Ministério do Meio Ambiente como mais um signatário do projeto. Outras agências governamentais foram incluídas como membros do comitê diretor da taxonomia, tais como a Superintendência de Bancos e o Ministério da Fazenda. Espera-se que o comitê diretor lidere o processo de elaboração de uma taxonomia consolidada para as mudanças climáticas na República Dominicana.

México

Como parte do programa “30 by 30 zero”, o Grupo Banco Mundial apoiará o Ministério da Fazenda do México (Secretaría de Hacienda y Crédito Público – SHCP) na elaboração de uma taxonomia sustentável para o país. A SHCP identificou a necessidade premente de uma taxonomia sustentável padronizada para definir as atividades que deveriam ser consideradas como alinhadas à transição do México para uma economia e um ecossistema financeiro de baixo carbono.



Em 2020, o Comitê de Finanças Sustentáveis, parte do comitê de risco financeiro e estabilidade do Ministério da Fazenda, formou quatro equipes de trabalho cujo objetivo é construir e implementar uma agenda de finanças sustentáveis para o país, por meio de: 1) taxonomia, 2) divulgação de ASG, 3) riscos e 4) mobilização de capital.

O programa “30 by 30 zero” pretende auxiliar o setor financeiro a ampliar o financiamento de

projetos relacionados ao clima no setor privado, segundo as metas incondicionais das NDCs financiadas pela IKI/BMU do Ministério do Meio Ambiente alemão e implementadas pelo Grupo Banco Mundial (WB & IFC).

Apoio para o Desenvolvimento do Mercado na região

Plataforma de Transparência de Títulos Verdes do BID (GBTP, na sigla em inglês)

Em abril de 2021, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou a Plataforma de Transparência de Títulos Verdes (GBTP). Esta ferramenta disponibiliza informações abrangentes sobre títulos verdes da ALC e ajuda a harmonizar as divulgações, incluindo dados sobre uso de recursos e impactos (veja abaixo).³⁷ A GBTP elaborou modelos padronizados para upload³⁸ que se baseiam em diferentes frameworks de melhores práticas de divulgação³⁹ e nas experiências dos emissores para garantir que os modelos de divulgação sejam aplicáveis. Todas as informações divulgadas na plataforma são fornecidas diretamente por emissores e avaliadores externos. A Climate Bonds Initiative é conselheira e apoiadora da GBTP.

A GBTP foi criada em estreita cooperação com importantes agentes dos mercados local, regional e internacional. O gerenciamento de dados, os modelos e informações da plataforma foram testados com mais de 40 participantes do mercado, incluindo emissores, investidores, bolsas de valores, órgãos normativos, avaliadores externos e verificadores.

A plataforma é neutra em relação a taxonomias, seus dados estão disponíveis gratuitamente para o público e podem ser baixados, e ela serve como referência de melhores práticas de divulgação trazendo benefícios à diferentes atores do mercado.

- Para emissores, ela aumenta a visibilidade do projeto verde financiado e facilita a divulgação do uso de recursos e do impacto dos seus títulos em um formato simples e padronizado, tanto para projetos como para categorias de projetos. Emissores, a partir de uma única plataforma, a

entender como os outros emissores alocaram os recursos das emissões e fizeram a divulgação. Isso pode motivar o emissor a participar de uma competição saudável, tanto na divulgação como na aplicação dos recursos obtidos através de seus títulos ao longo do tempo. Para avaliadores externos, a plataforma é um meio de apresentar seu trabalho com os emissores (antes e após a emissão) e as conclusões dessas avaliações.

- Para investidores, ela permite uma análise do desempenho ambiental e do uso de recursos de títulos específicos.
- Para autoridades do setor público, a GBTP é uma ferramenta de dados baseados em evidências para embasar debates sobre taxonomias e regulamentação, bem como para monitorar o progresso nas finanças verdes.
- Para pesquisadores, os dados fornecidos pela GBTP podem aprofundar sua compreensão das relações que existem entre o grau de sustentabilidade de um título, o comportamento dos investidores em relação às suas posições e a precificação nos mercados primário e secundário.
- Para emissores registrados e avaliadores externos, a GBTP oferece assistência gratuita por meio de sua Equipe de Suporte ao Usuário.

A GBTP inclui tanto colocações privadas como públicas, títulos verdes e títulos sustentáveis com uso verde de recursos, emissões de títulos que já divulgaram seus impactos e desembolsos e emissões recentes comprometidas a divulgar nos próximos 12 meses.

Assistência Técnica da IFC

Em 2018, a IFC criou o Programa de Assistência Técnica para Títulos Verdes (Green Bond Technical Assistance Program – GB-TAP) para acelerar o crescimento dos títulos verdes em mercados

emergentes, a fim de apoiar investimentos favoráveis ao clima e a transição verde das economias locais. Em parceria com o SECO, o SIDA e o Ministério da Fazenda de Luxemburgo, o GB-TAP apoia o fundo Amundi Planet Emerging Green One (AP EGO), que pretende injetar USD2bi nos mercados emergentes durante o seu ciclo de vida de sete anos. O fundo EGO e o GB-TAP devem ter um impacto duradouro e propiciar grandes benefícios para o meio ambiente e as economias locais. Nos últimos três anos desde a sua criação, o AP EGO e o GB-TAP impactaram, conjuntamente, as emissões de 56 títulos verdes, sociais e de sustentabilidade no valor total de USD3bi, distribuídos por 33 países.

O GB-TAP oferece uma série de atividades e iniciativas para estimular a oferta de títulos verdes de mercados emergentes, tanto em termos de volume como de qualidade. Algumas de suas principais atividades incluem:

1. Treinamento Executivo: O programa treinou mais de 500 dos principais agentes/profissionais do mercado de títulos verdes de mais de 30 países. Em 2021, o GB-TAP treinou 69 executivos de instituições financeiras do Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Panamá.

2. Incentivo à Divulgação: A IFC iniciou um projeto para encorajar emissores de títulos de mercados emergentes a divulgar informações relevantes de ASG. O objetivo é coletar as informações de ASG conforme definidas pelos Indicadores de Desempenho de ASG da IFC e torná-las disponíveis como um bem público global para o uso analítico de investidores e empresas de gestão de ativos.

3. Aprimorando a Qualidade do Reporte: A IFC está elaborando o Protocolo de Revisão de Finanças Sustentáveis (Green Finance Review Protocol – GFRP), uma medida voluntária para melhorar a qualidade das divulgações e dos relatórios de impacto de

emissores dos mercados emergentes. O GFRP planeja criar modelos de reporte de dados para emissores e provedores de SPOs a fim de padronizar os relatórios de impacto e os pareceres de avaliação externa. Isso melhora a qualidade dos reportes e permite aos investidores comparar dados entre emissores.

4. Assessoria para Governantes e Emissores:

Com o programa GB-TAP Green Finance/Green Bond Policy Support, a IFC apoiou 11 países emergentes na elaboração de diretrizes e taxonomias verdes. O GB-TAP prestou assessoria técnica direta para 18 instituições financeiras, das quais dez já emitiram seus primeiros títulos verdes no total de USD1,32bi até dezembro de 2020.

5. Compartilhando Conhecimento: Mais de 20 eventos realizados para compartilhar conhecimento, com cerca de 10.000 participantes de 1.000 organizações de 118 países. Mais de 11 pesquisas/artigos/estudos de caso produzidos, inéditos e emblemáticos, incluindo um estudo de caso recente sobre a evolução dos títulos temáticos na Colômbia e seu impacto sobre o mercado de capitais do país.

Além do GB-TAP, a **Green Banking Academy da IFC** (IFC-GBAC) é a marca dos serviços de consultoria e capacitação oferecidos pela equipe de Climate Finance na América Latina e no Caribe para apoiar instituições financeiras na sua jornada transformadora rumo a uma indústria bancária sustentável e responsável. Desde o seu lançamento, a IFC-GBAC treinou, através de um programa de bolsas de estudo, centenas de executivos de bancos de toda a região em financiamento para energia renovável e eficiência energética, além de reunir milhares de participantes na série de webinars Ctrl-Alt-Del: Green rebuild, entre outras atividades, e prestou serviços de consultoria customizada sobre o sistema bancário verde para diversos bancos da ALC.

Relatório Pós-emissão

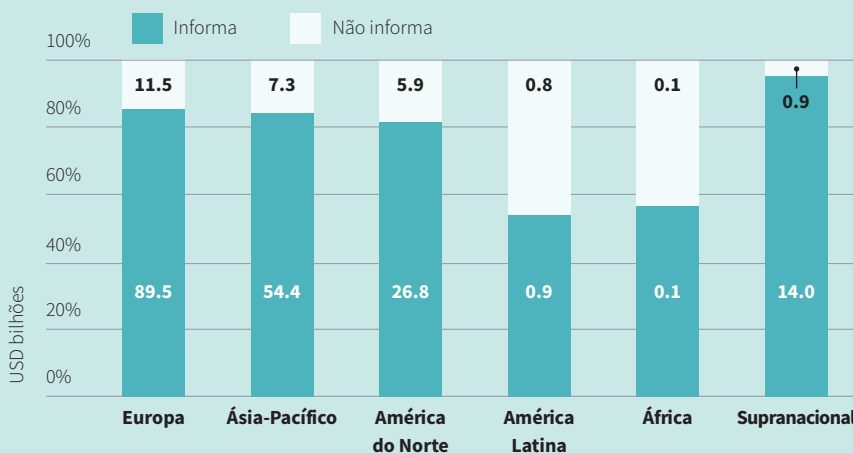
Um dos principais objetivos da GBTP é melhorar a disponibilidade e a qualidade dos relatórios pós-emissão dos títulos verdes da ALC, oferecendo aos emissores uma maneira centralizada de divulgar informações sobre uso de recursos e impactos, bem como a documentação de apoio dentro dos prazos. Comparado ao de outras regiões, o mercado de títulos verdes da ALC oferece menos relatos pós-emissão.

Segundo o mais recente estudo global de práticas de relatório pós-emissão da Climate Bonds, dentre 17 emissores de títulos verdes na região, apenas nove faziam relatórios no momento da análise, e estes nove, juntos, representam pouco mais de 50% do montante emitido. Regiões com mercados de títulos verdes maiores e mais maduros tendem a registrar uma parcela maior de relatos. Além de possuírem um maior número de grandes emissores, que são mais propensos a relatar, os mercados mais desenvolvidos também tendem a ter práticas mais robustas e consolidadas para emissões, incluindo aquelas relativas aos relatos.

O GBTP obtém uma amostra maior e em tempo real, em que a parcela dos relatórios aumenta no mesmo ritmo das outras regiões. No GBTP, mais de 90% dos















títulos emitidos há mais de 12 meses possuem relatórios tanto de alocação como de impacto.

Maior presença de relatos em regiões com mercados mais maduros



Fonte: Climate Bonds Initiative

Visão geral por país

Pontuação VSS por País							
País	Total da dívida de VSS emitida em USD	% do mercado de títulos VSS da ALC	Número de emissores	Número de instrumentos	% Emissão de referência pelo total	Valor médio do instrumento em USD	Títulos VSS soberano
 Chile	17,8bi	36.6%	16	33	76%	540mi	Sim
 Brasil	11,7bi	24.1%	53	90	30%	130mi	
 México	7.8bi	16.0%	20	43	20%	181mi	Sim
 Peru	1,2bi	2.4%	7	10	0%	118mi	
 Argentina	1,3bi	2.6%	11	13	0%	97mi	
 Guatemala	1.2mm	2.4%	1	2	58%	600mi	Sim
 Paraguai	300m	0.6%	1	1	0%	300mi	
 Bermudas	800mi	1.6%	2	2	88%	400mi	
 Colômbia	1.3mm	2.7%	9	16	0%	80mi	
 Costa Rica	554mi	1.1%	3	3	0%	185mi	
 Uruguai	376mi	0.8%	2	3	0%	125mi	
 Panama	380mi	0.8%	4	13	0%	29mi	
 Equador	570mi	1.2%	3	3	0%	190mi	Sim
 Barbados	9m	0.02%	2	2	0%	4mi	
Supranacional	3,4bi	6.9%	3	12	47%	281mi	
	48,6bi		132	246	45%	198mi	

Chile

Desde o último relatório regional da Climate Bonds, o Chile vem acelerando seu progresso em finanças sustentáveis. Apesar da pandemia e dos desafios econômicos trazidos por ela, o país continua registrando emissões de títulos verdes, além de estreias em títulos sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade. O Chile é o único emissor soberano do mundo com transações rotuladas nos três temas VSS. O mercado de finanças sustentáveis do país alcançou um total acumulado de USD18,3bi distribuídos entre os três rótulos.



Verdes

Tabela de Pontos Verdes do Chile	
Ranking da ALC	2
Valor total emitido	USD9,5bi
Número de entidades	9
Emissores recorrentes	
Número de transações	17
Valor médio	USD562mi
Maior emissor	República do Chile (USD7,4bi)

Os títulos verdes representam mais da metade do volume de emissões de títulos temáticos de dívida (52%). Entre a primeira emissão, em 2017, e o final do 1S21, o montante emitido por meio de títulos verdes cresceu de USD500mi para USD9,5bi, totalizando 17 transações e 10 emissores. O crescimento do mercado chileno foi impulsionado principalmente pelas emissões soberanas, embora a maioria dos emissores (80%) do país sejam empresas não financeiras.

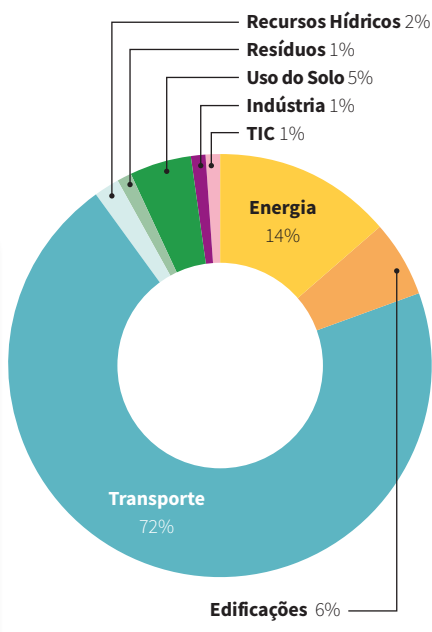
Desde o nosso último relatório, cinco emissores entraram no mercado: três empresas não financeiras, um empréstimo e um Soberano. Os últimos dois anos trouxeram maior diversificação de tipos de emissores, com emissões da AES Corporation, Arroyo Energy Investors, Inversiones Latin America e Sonda; a República do Chile continua sendo o maior emissor recorrente do país.

O Chile é o segundo no pódio para títulos verdes

O Chile continua sendo o segundo maior mercado de títulos verdes da ALC, com USD5,9bi emitidos entre janeiro de 2020 e junho de 2021. A parcela de transações Soberanas continua grande — 86% do volume total de emissões. Das cinco transações efetuadas em 2020, quatro títulos foram emitidos pela República do Chile (USD3,8bi) e um empréstimo foi obtido pela Arroyo Energy

Investors (USD400mi), empresa especializada em infraestrutura de eletricidade e energia. Entre as três transações realizadas até junho de 2021, duas foram da República do Chile (USD1,2bi) e uma da produtora de energia renovável Inversiones Latin America Power (USD404mi).

Transporte tem papel fundamental no uso de recursos dos títulos verdes do Chile



Fonte: Climate Bonds Initiative

Transporte se destaca no Chile – graças aos títulos Soberanos

Dada a predominância das transações soberanas no Chile, que financiam principalmente ampliações e melhorias no sistema de metrô de Santiago, o Transporte continua sendo de longe o setor mais financiado dentro do mix de destinação de recursos dos títulos verdes do Chile. Este setor representa 72% do volume total emitido, seguido por Energia Renovável (14%), Edificações de Baixo Carbono (6%), Uso do Solo (5%) e Recursos Hídricos (2%). As categorias de Resíduos, Indústria e TIC continuam tendo participação insignificante.

Com o ciclo de refinanciamento do Governo do Chile desacelerando nos próximos anos, e com uma maior variedade de emissores de diferentes setores acessando o mercado de títulos verdes do país, a diversificação de tipos de projetos tende a aumentar.

Emissões Soberanas em EUR lideram; moeda local compõe o restante

57% das emissões chilenas são denominadas em USD e 42% em EUR, impulsionadas em grande parte pelas transações Soberanas do país. Entretanto, a AES Corporation, a Arroyo Energy Investor e a Inversiones Latin America Power também fizeram emissões em moedas fortes. O 1% restante foi denominado em peso chileno, na transação da Sonda.

Os títulos verdes chilenos também tendem a ter prazos relativamente longos, sendo que três transações têm prazo acima de 20 anos e seis

outras, entre 5 e 12 anos. O programa inteiro de títulos verdes soberanos do Chile é certificado pelo Climate Bonds Standard (60% do mercado), e as demais transações que têm avaliação externa receberam uma Opinião de Segunda Parte (30%). A única transação sem avaliação externa são os empréstimos da Arroyo Energy Investors.

Crescimento acelerado dos S&S

Os títulos Sociais e de Sustentabilidade também estão crescendo dentro do mercado de finanças sustentáveis do Chile (45%), com um total acumulado de USD8,2bi desde 2016. Ambos os temas possuem participação semelhante em termos de volume de emissões: os títulos sociais somam 23% (USD4,2bi), e os de sustentabilidade 22% (USD4bi).

Social

Tabela de Pontos Sociais do Chile	
Ranking da ALC	1
Valor total emitido	USD4,2mi
Número de entidades	6
Emissores recorrentes	
Número de transações	11
Valor médio	USD382mi
Maior emissor	República do Chile (USD3,6bi)

Os primeiros títulos sociais do Chile foram emitidos em 2016 pelo Banco del Estado de Chile (BancoEstado), o único banco estatal do país – o primeiro por USD150mi e o segundo por USD96mi, ambos para financiar o empoderamento feminino.^{40,41}

Em 2018, outras quatro transações foram a mercado, sendo duas também do BancoEstado, por USD 83mi e USD94mi. Com base no framework de títulos sociais do BancoEstado, todos os recursos são destinados a apoiar as mulheres, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o acesso aos serviços financeiros, e a habitação social.⁴² Os outros títulos foram emitidos pela Caja de Compensación Los Héroe (USD39mi) para financiar um esquema de crédito social para pessoas excluídas do sistema financeiro,^{43,44} e pela Aguas Andinas (USD59mi)⁴⁵ para financiar o fornecimento de água potável, infraestruturas resilientes e saneamento básico.⁴⁶

O número de transações sociais do Chile dobrou de 2020 a junho de 2021, com seis transações chegando ao mercado: três em 2020 e três em 2021.

Em outubro de 2020, o BancoEstado emitiu um título social de USD94mi para ampliar o acesso de mulheres empreendedoras a linhas de crédito⁴⁷. Alguns meses depois, em novembro de 2020, a República do Chile emitiu dois títulos sociais soberanos, com um valor combinado de USD2bi. Segundo o Framework de Títulos Sociais, os

recursos obtidos devem ser utilizados em projetos associados ao empoderamento feminino, PMEs, habitação social e acesso a sistemas financeiros.⁴⁸

Este ano, a República do Chile emitiu outro título social por USD1,5bi, enquanto o Banco Santander de Chile tornou-se o primeiro banco comercial a emitir títulos sociais no país, com duas transações (USD100mi e USD50mi) para conceder financiamento a PMEs dirigidas por mulheres.^{49,50}

Sustentabilidade



Ranking da ALC	1
Valor total emitido	USD4bi
Número de entidades	3
Emissores recorrentes	
Número de transações	5
Valor médio	USD812mi
Maior emissor	República do Chile (USD3bi)

O primeiro título de sustentabilidade do Chile foi emitido em 2019 pela

Esval, concessionária de abastecimento de água. O título, no valor de USD61mi, financia o tratamento e o abastecimento de água, infraestruturas resilientes para o abastecimento de água, tratamento de esgoto (construção de novas instalações ou melhorias nos processos existentes), acesso a serviços básicos para áreas urbanas e rurais e eficiência no uso de energia, combustível e água. Dois outros títulos de sustentabilidade foram emitidos no mesmo ano pela fabricante de papel e celulose Celulosa Arauco y Constitucion S.A., cada um no valor de USD500mi. Os recursos provenientes de ambas as transações são destinados a uma ampla gama de projetos, incluindo uso sustentável do solo e manejo sustentável de florestas, preservação de recursos naturais e da biodiversidade, habitação social, acesso a serviços essenciais, avanço e empoderamento socioeconômico e empreendedorismo local.

Em 2021, outros dois títulos de sustentabilidade foram emitidos, ambos pela República do Chile (USD1,5bi cada). A transação de janeiro foi listada nas bolsas de valores de Luxemburgo e Londres, e seus recursos serão destinados a projetos qualificados como elegíveis segundo os Frameworks de Títulos Verdes e/ou Sociais.⁵¹ A transação de abril foi listada nas bolsas de valores de Taipei e Londres, tornando-se o primeiro título de sustentabilidade da bolsa de Taipei emitido por uma entidade Soberana.⁵² O título Soberano do Chile também foi destacado no Plano de Financiamento de Dívida de 2021 do Ministério da Fazenda.⁵³ O Ministério

salienta a diversificação dos títulos temáticos no país e a crescente participação desses tipos de títulos no saldo da dívida do Governo Central (15,5% à época da publicação).

Vinculados à sustentabilidade

Outro mercado recente no Chile é o das transações vinculadas à sustentabilidade. O primeiro título vinculado à sustentabilidade (SLB, na sigla em inglês) foi emitido pela fabricante de papel e celulose CMPC por USD500mi. A empresa foi a primeira no Chile a emitir um SLB no mercado internacional. A CMPC emitiu o primeiro título verde do país e é também a pioneira em SLBs.⁵⁴ O Framework do SLB é composto pelas seguintes metas de sustentabilidade associadas à mitigação e ao uso racional dos recursos: redução de 23,5% nas emissões de CO2 até 2025, e de 25% no consumo industrial de água até 2030 (em comparação com o nível registrado em 2018).⁵⁵

Títulos verdes e outros rótulos podem ajudar ainda mais o país em sua migração para a neutralidade em carbono. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada do Chile estabeleceu uma meta de neutralidade em carbono para 2050. Os títulos Soberanos do Chile sinalizam ao mercado que o país continua comprometido com o clima e com metas mais amplas de sustentabilidade. Novos emissores surgiram dentro dos rótulos temáticos, mas ainda há potencial para uma maior diversificação na base de emissores do país. Energia, transporte e edificações continuam sendo os setores prioritários no Chile, e rótulos temáticos nesses temas poderiam ajudar a compensar o déficit de financiamento. Por exemplo, para atingir a meta de neutralidade em carbono é necessária a eletrificação das tecnologias de uso final, incluindo a eletromobilidade. No setor de construção, a recém-aprovada Lei de Eficiência Energética (janeiro de 2021) estabelece um sistema de classificação para todas as novas edificações do país, o que é uma oportunidade de aumentar a emissão de VSS para novas edificações de baixo carbono. Embora a água não seja tão priorizada quanto outros setores, ela poderia sê-lo, considerando adaptação e resiliência. Também há bastante espaço para os títulos de transição, principalmente do setor de mineração, essencial para a economia chilena.

Políticas catalisadoras das finanças sustentáveis no Chile

O Ministério da Fazenda do Chile está desempenhando um papel de destaque no cenário das finanças verdes.

Em 2019, o Ministério, que é membro da Coalizão de Ministros das Finanças para a Ação Climática, publicou a Estratégia Financeira para as Mudanças Climáticas e criou o **Comitê Público-Privado de Finanças Verdes (La Mesa)**, a fim de desenvolver a agenda de longo prazo de finanças verdes do Chile. A La Mesa é composta por grandes agentes do mercado, tais como o Banco Central e a Superintendência de Fundos de Pensão.

Importantes objetivos intermediários alcançados pelo Grupo La Mesa incluem a capacitação dos membros em gestão de riscos climáticos e uma proposta de taxonomia local.⁵⁶ A La Mesa solicitou o apoio da Climate Bonds Initiative e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para elaborar seu Roadmap para uma Taxonomia, com o propósito principal de avaliar o melhor caminho para a elaboração de uma taxonomia sustentável no Chile. O Roadmap foi lançado em maio de 2021 e coloca o Governo do Chile no caminho para uma taxonomia nacional alinhada a referências internacionais (especialmente as da UE) e que priorize energia, transporte, edificações e, particularmente, mineração.

Além disso, desde 2018 a Bolsa de Valores de Santiago (BCS) – membro da La Mesa – tem dado especial visibilidade aos títulos temáticos, com uma seção dedicada aos títulos verdes e sociais baseada tanto nos Princípios para Títulos Verdes (GBP) como nos Princípios para Títulos Sociais (SBP).⁵⁷ Em julho de 2019, a BCS se uniu à Bolsa de Valores de Luxemburgo (LuxSE) para promover a listagem cruzada e a troca de títulos financeiros entre as jurisdições, especialmente em transações verdes e sociais.

Brasil

O Brasil é o segundo maior mercado de títulos VSS na ALC e o maior mercado de títulos verdes. Desde o nosso último relatório sobre a ALC, as emissões de títulos verdes do Brasil quase dobraram. O mercado de dívidas sustentáveis do país cresceu significativamente ao longo dos últimos sete anos, com USD18bi distribuídos entre as quatro categorias de títulos temáticos.



Verdes

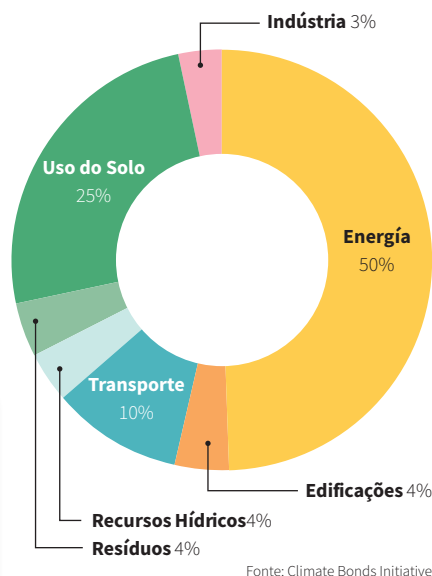


Os títulos verdes continuam ocupando a maior parte do mercado do país, com USD10,3bi emitidos entre 2015 e 2021. Desde o nosso último relatório, o país teve 59 novas emissões e uma maior diversificação no uso de recursos, liderada pelas emissões da **Attend Ambiental** (BRL55mi), para infraestrutura hídrica; da **Rumo** (USD500mi), para transporte de carga de baixo carbono; da **Rizoma Agro** (BRL25mi), para agricultura de baixo carbono; da **MetroRio** (BRL1,2bi) para mobilidade urbana; e da **Ciclus Ambiental** (BRL450mi), para gestão de resíduos.

Ao longo de 2020, o Brasil perdeu, por um breve período, a primeira posição no mercado de títulos verdes da ALC para o Chile, em razão das emissões soberanas agressivas deste país. O mercado brasileiro de títulos verdes logo se recuperou e acumulou 23 transações, com volume de USD2,5bi. No mesmo ano, empresas financeiras fizeram suas primeiras emissões, marcando a chegada de um novo tipo de emissor ao mercado. As empresas não financeiras ainda prevaleciam, mas as empresas financeiras trouxeram o BV (USD 50mi), seguido pelo BTG Pactual (USD50mi) e o Banco Bradesco SA (USD232mi).

Em 2021 já houve 20 transações, totalizando USD 1,7bi. A emissão de títulos securitizados (ABS) aumentou significativamente, com sete transações das seguintes empresas de energia e do Agronegócio: Colombo (USD65mi), Rio Amambai (USD 11mi), Ferrari Agroindustrial (USD15mi), Produzindo Certo (USD12mi), Solinftec (USD26mi), Origo (USD33mi) e Echoenergia (USD26mi). O BTG

Tabela de Pontos Verdes do Brasil



Pactual também emitiu um segundo título de USD 500mi para financiar categorias desde energia renovável até a gestão sustentável de água e esgoto e habitações acessíveis.

A maior parte das transações verdes recebeu avaliação externa. Entre os títulos verdes emitidos no Brasil, 40 receberam SPOs e 12 são Títulos Climáticos Certificados.

Os títulos Sociais chegaram ao mercado há um ano



Os títulos sociais representam uma pequena parcela do mercado de VSS do Brasil, com USD34mi emitidos. A primeira emissão foi do Banco ABC, que emitiu USD525mi em setembro de 2020, cujos recursos foram utilizados para empréstimos a PMEs. Uma transação de USD8,8mi foi efetuada em outubro pela Gyra+, fintech que oferece crédito a proprietários de PMEs, e foi estruturada pela Vert Securitizadora. A Gyra+ emitiu um segundo título em junho de 2021 por USD25mi, com prazo de três anos. Ambas as transações visavam a aumentar a geração de empregos e reduzir o desemprego através

da oferta de crédito para PMEs, principalmente dirigidas por mulheres negras com mais de 60 anos.

Empresas não financeiras também são líderes nas emissões de sustentabilidade



O tema da sustentabilidade também está ampliando sua participação no mercado brasileiro de VSS, com oito transações e um total de USD1,4bi em emissões entre julho de 2020 e junho de 2021.

A indústria de produtos agrícolas Amaggi e a empresa financeira Itaú Unibanco fizeram as maiores emissões. Em janeiro de 2021, a Amaggi fez uma emissão de USD750mi para financiar energia renovável, uso do solo, geração de empregos e empoderamento socioeconômico.⁵⁸ O Itaú Unibanco emitiu um título de USD500mi para financiar projetos elegíveis de acordo com o Framework de Finanças Sustentáveis do banco, que é composto por diversas categorias, incluindo energia renovável, uso do solo, recursos hídricos, transporte de baixo carbono e geração de empregos, entre outros.⁵⁹ Empresas não financeiras do setor de água e saneamento efetuarão a maior parte das transações, mas somam apenas 6% do volume de emissões.

SLBs se tornam o segundo instrumento mais utilizado

Os títulos vinculados à sustentabilidade (Sustainability-Linked Bonds, SLB) são o segundo maior segmento do mercado brasileiro de dívidas sustentáveis, com USD6,3bi emitidos, ou 35% do total. A FS Bioenergia emitiu o primeiro SLB em junho de 2020, em uma pequena transação de USD6mi. Em uma transação maior, a Suzano estreou no mercado internacional em setembro de 2020 com uma emissão de USD1,2bi, **comprometendo-se a reduzir em 15% suas emissões de GEE até 2030.**⁶⁰ **Em seguida veio o Grupo Boticário, que emitiu um título de USD1bi em dezembro de 2020 para garantir que 100% da eletricidade consumida em suas fábricas e centros de distribuição seja oriunda de fontes renováveis.**⁶¹ A emissão de SLBs explodiu em

2021, com 14 transações totalizando USD4,9bi no primeiro semestre. Natura (USD1bi), Suzano (USD1bi), JBL (USD1bi e TIM (USD 1,6bi) foram os maiores emissores. A Rumo se tornou a primeira companhia de transporte ferroviário de carga a acessar o mercado SBL, com duas transações de USD750mi cada. Viavarejo (USD772mi e USD228mi), Suzano (USD1,25bi e USD1bi) e Simpar (USD650mi e BRL450mi) também são emissores recorrentes, com dois títulos cada.

Setores Público e Privado são líderes em VSS

As principais instituições governamentais brasileiras estão progredindo significativamente em suas agendas de finanças verdes. Os **Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional assinaram memorandos de entendimento** com a CBI em setembro de 2019 e em setembro de 2020, respectivamente, se comprometendo a avaliar os riscos climáticos e ambientais em suas carteiras e o potencial para financiamento por meio de títulos verdes. O **Ministério da Agricultura do Brasil**, que também assinou um memorando de entendimento com a CBI em novembro de 2019 para ampliar o financiamento da agricultura sustentável no país, vem promovendo a agenda de finanças sustentáveis com o **Banco Central do Brasil (BCB)** através da integração de indicadores verdes, taxonomias e risco climático ao sistema financeiro nacional para o crédito rural. Em 2020, o BCB ingressou na Central Banks and Supervisors' Network for Greening the

Financial System (NGFS) e assinou um memorando de entendimento com a Climate Bonds no âmbito de sua agenda de sustentabilidade. Por fim, o Ministério da Economia do Brasil não ficou atrás e publicou em 2020 o Decreto 10.387/2020, que estabeleceu uma via rápida para a emissão de debêntures de infraestrutura com benefícios sociais e/ou ambientais.

A **Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)**, principal associação do setor bancário brasileiro, também está empenhada em tornar a economia local mais verde. Em 2020, a entidade publicou sua própria Taxonomia Verde para classificar as operações de crédito bancário segundo credenciais sociais, ambientais e climáticas. Em 2021, a **FEBRABAN assinou um memorando de entendimento com a IFC** para elaborar um Programa de Finanças Sustentáveis e alinhar o setor bancário às NDCs do Brasil.

Ademais, o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, um emissor recorrente de títulos verdes, está trabalhando junto ao BID para estabelecer um marco normativo que apoie o financiamento verde para projetos elegíveis, e em parceria com a CBI em uma cooperação técnica cujo objetivo é fortalecer a capacidade do Banco em finanças sustentáveis. Além disso, o Banco reduziu as taxas de juros de suas linhas de crédito para setores selecionados, a fim de estimular a descarbonização das empresas. O primeiro setor

escolhido foi o de biocombustíveis, com taxas menores se as metas de redução de emissões de GEE forem atingidas.⁶²

O BNDES também anunciou que não iria mais investir em nenhuma usina termelétrica e lançou uma nova linha de crédito vinculada à sustentabilidade. O programa, denominado "BNDES Crédito ASG", tem como alvo as entidades comprometidas a reduzir suas emissões de GEE e aumentar seus indicadores de sustentabilidade. A linha de crédito dará suporte a transações de até BRL150mi, que terão até 0,4% de desconto na taxa de juros se o mutuário alcançar as metas.⁶³

Além disso, o Tesouro Nacional Brasileiro iniciou discussões sobre a elaboração de um Framework ASG. O governo sinalizou que pretende publicar o seu framework em 2022. Embora este processo já esteja em andamento, é necessário superar uma barreira regulatória para que os recursos sejam designados como verdes, já que a Resolução No 20/2004 prevê que todos os recursos obtidos com títulos soberanos devem ser destinados ao pagamento da dívida federal e, portanto, alocados ao orçamento federal. Por fim, a agenda brasileira de finanças sustentáveis também conta com o apoio do Conselho Monetário Nacional do país (CMN), que publicou resoluções⁶⁴ para instituições financeiras que endossam a análise e a integração dos riscos socioambientais na tomada de decisões.

México

Terceiro no Ranking VSS da ALC

Terceiro mercado na ALC ter um título verde emitido (depois do Peru e do Brasil), o México também detém a terceira posição em volume de emissões, com USD11bi distribuídos em títulos verdes, sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade. Seguindo a mesma tendência de outros mercados estabelecidos, o rótulo verde representa a parcela mais significativa (37%), seguido pelos títulos vinculados à sustentabilidade (29%) e pelos títulos de sustentabilidade (28%). A parcela de títulos sociais é consideravelmente menor (6%).



Verdes

Desde a última publicação da Análise de Mercado da ALC, o México registrou 11 novas transações. Até agora, 2020 foi o melhor ano para o mercado de títulos verdes no país, com cinco transações totalizando USD1,3bi. O FEFA emitiu seu segundo título (USD159mi) para financiar sistemas de cultivo protegido e de irrigação. A Vinte Viviendas Integrales fez um empréstimo verde de USD20mi para financiar edificações verdes. Em setembro, a Coca-Cola Femsa levantou USD 705mi para financiar projetos de eficiência energética, energia renovável, edificações de baixo carbono, resíduos e uso do solo. Em dezembro, dois novos emissores

Tabela de Pontos Verdes do México	
Ranking da ALC	3
Valor total emitido	USD4bi
Número de entidades	12
Emissores recorrentes	
Número de transações	21
Valor médio	USD192mi
Maior emissor	Fibra Prologis (USD825mi)

acessaram o mercado: a Fibra Prologis emitiu um título de USD375mi para financiar energia solar, sistemas de armazenamento de energia e edificações verdes, enquanto a Corpovael emitiu um título de USD25mi para financiar edificações de baixo carbono.

O mercado cresceu mais em 2021, com cinco títulos verdes emitidos no primeiro semestre, três pela Fibra Prologis e dois pela Fibra Storage. A Fibra Prologis emitiu títulos de USD80mi, USD70mi e USD300mi com categorias elegíveis semelhantes às anteriores, enquanto os recursos das transações de USD17mi

Tabela de Pontos Sociais do México	
Ranking da ALC	Maior emissor)
Valor total emitido	
Número de entidades	
Emissores recorrentes	
Número de transações	
Valor médio	
Maior emissor	

e USD39mi da Fibra Storage foram destinados a edificações de baixo carbono.

82% das alocações foram em energia renovável. As categorias de Edificações e Uso do Solo vêm a seguir, cada uma representando 7%, enquanto Transporte e Recursos Hídricos representam 2% cada. O Título Climático Certificado do banco de desenvolvimento FEFA é o único que está financiando o uso sustentável do solo, enquanto as transações da Cidade do México financiam o maior número de categorias dentro de um único título.

No total, foram emitidos sete títulos verdes, somando mais de USD1,4bi. Parte destes títulos foi emitida em pesos mexicanos, mas a moeda local representa somente 30% do volume de emissão, enquanto as emissões em USD, maiores, respondem por 70% do volume. Empresas não financeiras lideram o mercado do país.

Rótulos sociais emitidos no mercado doméstico

Os títulos sociais representam uma parcela menor do mercado mexicano de finanças sustentáveis.

A primeira transação foi do Nafin em julho de 2017, uma emissão de USD227mi para financiar várias categorias sociais: acesso a serviços financeiros, geração de empregos por meio do financiamento a micro, pequenas e médias empresas – MPMEs, avanço socioeconômico, eficiência de recursos para famílias de baixa renda e recuperação de MPMEs afetadas por desastres naturais. O segundo título social do México veio três anos depois, quando o FIRA fez uma emissão de USD155mi. Em 2021, o banco retornou ao mercado, levantando outros USD176mi. O BID Invest também emitiu este ano seu título de MXN 2,5bi (USD121mi) destinado a financiar projetos de igualdade de gêneros. Todos os títulos sociais foram emitidos em pesos mexicanos.

Sustentabilidade

Tabela de Pontos de Sustentabilidade do México	
Ranking da ALC	2
Valor total emitido	USD3,07bi
Número de entidades	8
Emissores recorrentes	
Número de transações	18
Valor médio	USD171mi
Maior emissor	Banobras (USD1,38bi)

O mercado mexicano de títulos de sustentabilidade tem demonstrado força, com USD3bi emitidos entre 2017 e junho de 2021. Quatro transações chegaram ao mercado em 2017, das quais a primeira foi uma emissão do Grupo Rotoplas (USD39mi) em junho para financiar projetos relacionados aos ODS 6 (gestão sustentável da água) e ao ODS 9 (infraestruturas resilientes).⁶⁵ As três outras emissões foram efetuadas em setembro: duas pelo Banobras, de USD220mi e USD330mi, para financiar projetos elegíveis segundo o seu framework, que incluem infraestrutura básica, energia renovável, gestão hídrica e transporte sustentável, entre outros;⁶⁶ e uma emissão da Cidade do México no valor de USD11mi para financiar projetos das seguintes categorias: energia renovável, prevenção e controle da poluição, gestão hídrica, preservação da

biodiversidade, transporte sustentável, adaptação às mudanças climáticas e eficiência energética.

Em 2018, o banco estatal de desenvolvimento Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos – SNC e a Vinte Viviendas Integrales emitiram títulos (USD138mi e USD42mi respectivamente) e ambos retornaram em 2019: o Banobras com duas outras transações (USD129mi e USD219mi) e a Vinte com uma transação menor, de USD15mi.

Entre fevereiro e novembro de 2020, cinco outras transações foram efetuadas pelos seguintes emissores: Vinte (USD19mi), Rotoplas (USD 185mi) e Banobras (USD120mi e USD 240mi), todos recorrentes no mercado mexicano. Não houve transações em 2021 até o final do primeiro semestre.

O primeiro título soberano global de sustentabilidade

O título de sustentabilidade mais importante de 2020 foi o Soberano do México, que em setembro desse ano levantou USD888mi e foi o primeiro título soberano com rótulo ODS. O México foi o primeiro país do mundo a emitir um título soberano ODS. Segundo o Framework elaborado pelo Ministério da Fazenda (Secretaría de Hacienda), os recursos provenientes da emissão irão financiar ODSs selecionados (objetivo 2 Fome Zero; 3 Saúde e Bem-Estar; 4 Educação de Qualidade; 6 Água Potável e Saneamento; 7 Energia Limpa e Acessível; 13 Ação Climática; 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura; 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis; 14 Vida na Água e 15 Vida Terrestre) e as despesas sociais serão destinadas a regiões do país com o maior déficit em relação aos ODS. O México emitiu um segundo título soberano ODS em julho de 2021, em uma transação de USD1,5bi denominada em EUR

Títulos vinculados à sustentabilidade apenas em moedas fortes

Vários SLBs foram emitidos por entidades mexicanas, todos em 2021. As primeiras duas transações foram as senior notes emitidas pela FEMSA em abril, uma de USD849mi e outra de USD 606mi, ambas vinculadas a desempenho em dois KPIs: alcançar a meta zero de resíduos operacionais para aterro até 2030 e aumentar para 65% o consumo de eletricidade de fontes renováveis até 2025, e para 85% até 2030. A Metalsa foi o segundo emissor no mercado, com uma transação de USD300mi, seguida pela Orbia com títulos de USD500mi e USD600mi, nos quais os objetivos de sustentabilidade são reduzir as emissões de óxido de enxofre (SOx) em 44% até 2023 e 60% até 2025. O outro SLB no mercado mexicano foi emitido em 2021 pela Corp Inmobiliaria Vesta por USD305mi, com o desempenho medido pelo aumento no percentual de Área Bruta Locável (ABL) certificada como sustentável.

Visão Geral do Mercado de Títulos Sociais, de Sustentabilidade e Vinculados à Sustentabilidade

O banco de desenvolvimento Banobras representa 45% do montante emitido em 2021 em títulos sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade, com quatro emissões (USD53mi, USD97mi, USD209mi e USD 129mi) para

financiar ou refinar projetos em oito setores: infraestrutura que beneficie pessoas em situação de vulnerabilidade ou extrema pobreza; infraestrutura pública; recuperação de desastres naturais; transportes sustentáveis; energia renovável; projetos que reduzam o consumo de energia ou melhorem a eficiência energética; gestão hídrica e de águas residuais, bem como prevenção e controle da poluição. Empresas não financeiras representam a maior parte das transações, mas apenas 4% do volume de emissões. A emissão de títulos Soberanos do país representa 29% do volume de emissões, seguida pelas entidades estatais, com 16%. Todas as transações de sustentabilidade também foram efetuadas em pesos mexicanos. Os três maiores SLBs do México são denominados em USD. Essa moeda representa 71% das emissões, sendo as restantes em MXN. Isto não surpreende, considerando a volatilidade do peso mexicano e os laços próximos entre o país e os Estados Unidos. Seis entre oito títulos são de USD100mi ou mais, mas apenas o primeiro título verde emitido no país — a transação de estreia do Nafin, de USD500mi — foi de grande porte.

Desenvolvimento do mercado impulsionado por iniciativas setoriais

O México foi um dos primeiros países da região a contar com iniciativas voluntárias com o propósito de desenvolver o mercado local de títulos verdes.

Em 2016, a **Associação de Bancos do México (ABM) lançou um protocolo de sustentabilidade** que hoje conta com 25 signatários comprometidos com metas sociais ou ambientais em suas carteiras.

Em 2018, o **Banco Central do México (BANXICO) aderiu à NGFS**. Iniciativas voluntárias de entidades financeiras também apoiaram os esforços iniciais para desenvolver o mercado verde do país. A bolsa de valores do México (BMV) foi a primeira na ALC a dar maior visibilidade aos títulos verdes, criando um índice para este fim.

Em 2016, investidores, instituições financeiras de desenvolvimento, associações e parceiros internacionais formaram o **Conselho Consultivo de Finanças Verdes (CCFV)**, que em 2018 resultou na criação dos **Princípios para Títulos Verdes do México (Principios de Bonos Verdes MX)** e duas declarações de investidores: uma em favor do financiamento por títulos verdes e outra sobre divulgações corporativas de ASG. Em 2019, o CCFV tornou-se o primeiro membro da ALC na rede global FC4S.

Em junho de 2020, o estresse causado no mercado pela COVID-19 levou o **Conselho de Estabilidade do Sistema Financeiro (CESF)**, composto pelas autoridades do sistema financeiro mexicano (o Ministério da Fazenda e Crédito Público, o BANXICO, a Comissão Nacional de Bancos e Seguros e a Comissão Nacional para o Sistema de Aposentadorias), a aprovar e estabelecer o **Comitê de Finanças Sustentáveis**. O Comitê trabalha no sentido de alavancar uma transição para as finanças sustentáveis e adotar as melhores práticas internacionais. Desde o seu lançamento, o Comitê já demonstrou interesse em desenvolver uma **taxonomia verde para o México**.

Colômbia

Títulos verdes lideram o mercado VSS

A Colômbia emitiu USD1,3bi em títulos VSS. Como no restante da ALC, o tema verde é o mais estabelecido na Colômbia, com 52% do volume total de emissões. Entretanto, os rótulos sociais e de sustentabilidade estão crescendo, com participações relativamente homogêneas — 26% e 22%, respectivamente. Os emissores colombianos ainda não ingressaram em mercados internacionais; todas as emissões de títulos VSS são denominadas em pesos colombianos.



Número de títulos verdes aumenta em 2020 em relação a 2019

Desde nosso último relatório, dois emissores chegaram ao mercado: uma empresa não financeira e outra financeira. Empresas financeiras continuam representando a maioria dos emissores de títulos verdes no país, com 65% do volume acumulado de emissões. O número de títulos verdes aumentou em 2020 comparado a 2019, com quatro novas transações chegando ao mercado. Dois títulos foram emitidos em agosto pela Interconexión Eléctrica, um de USD38mi e outro USD43mi, e financiaram projetos de energia solar e eólica. Os outros dois foram emitidos em setembro pelo Banco de Bogotá. Suas transações de USD48mi e USD30mi foram alocadas a projetos de energia renovável, edificações de baixo carbono, transporte e uso do solo (agricultura e silvicultura). Dos quatro títulos verdes emitidos em 2020, os dois da Interconexión Eléctrica receberam Opiniões de Segunda Parte, enquanto os dois do Banco de Bogotá não receberam avaliações externas.

Títulos sociais também crescem em 2020

Tanto títulos sociais como de sustentabilidade foram emitidos na Colômbia. O primeiro título social do país foi emitido em maio de 2018 pelo Bancóldex (USD140mi) para financiar PMEs e negócios liderados por mulheres.⁶⁷ As próximas emissões vieram somente dois anos mais tarde, em agosto de 2020, com a transação de USD100mi da Davivienda para financiar pequenas e médias empresas dirigidas por mulheres,⁶⁸ e em setembro de 2020, quando o Banco W emitiu um título de USD41mi.

Estreia dos títulos de sustentabilidade

Dois emissões de sustentabilidade foram registradas no país. A primeira em 2019 pela Findeter (USD120mi), uma entidade estatal, para financiar a melhoria das condições socioeconômicas da população por meio do investimento em infraestrutura básica.⁶⁹ A segunda, também em 2019, foi efetuada pelo Bancolombia, uma instituição financeira (USD204mi). Essa emissão foi um marco para a Colômbia, por ter sido a primeira transação de uma empresa financeira privada do país. Os recursos provenientes dessa emissão são destinados a oito projetos focados em estrutura básica e habitações acessíveis, e a dez projetos classificados como verdes e relacionados a construção sustentável, energia limpa e eficiência energética.⁷⁰

Iniciativas alinhadas a tendências internacionais

Em 2012, a Colômbia desenvolveu um dos primeiros Protocolos Verdes para o sistema financeiro, o acordo entre o governo federal e o setor financeiro denominado Protocolo Verde de Asobancaria. O Protocolo reúne mais de 20 organizações financeiras com o objetivo de implementar políticas e práticas que estejam de acordo com o desenvolvimento sustentável.⁷¹

Em 2019, o país começou a elaborar sua própria Taxonomia Verde — uma demonstração de liderança, pois foi o primeiro país na ALC a fazê-lo. A consulta pública deve acontecer em setembro de 2020. O órgão regulador financeiro também mostrou sua liderança, promovendo o desenvolvimento do mercado de títulos verdes ao publicar o Guia de Melhores Práticas para Emissão de Títulos Verdes e o Marco Normativo 028 de 2020.⁷²

Argentina

O mercado de finanças sustentáveis da Argentina alcançou um valor acumulado de USD1,3bi desde sua primeira emissão, em 2017, até junho de 2021. Os títulos verdes representam mais da metade do volume de emissões (58%), mas a participação dos títulos de sustentabilidade (34%) e sociais (8%) vem crescendo. 85% das emissões do mercado de finanças sustentáveis do país são denominadas em dólares. Apenas duas emissões — uma verde (Central Puerto) e uma social (Banco de la Ciudad de Buenos Aires) foram denominadas em pesos argentinos.



Os tipos de emissores na Argentina estão se diversificando. Dez emissores foram responsáveis pelas 13 emissões distribuídas pelos três rótulos VSS. Empresas não financeiras representam 42% dos emissores argentinos, Governos Locais, 42%, e empresas financeiras, 18%.

Novas emissões verdes em 2020

Os tipos de emissores se diversificaram desde as primeiras emissões do país, em 2017, com empresas não financeiras e financeiras também chegando aos mercados, embora as emissões de governos locais representem 68% do total acumulado de emissões no mercado de títulos verdes da Argentina. A primeira empresa financeira a ingressar no mercado foi o Banco Galicia, em junho de 2018. O Banco fez uma emissão de USD100mi para financiar eficiência energética, energia renovável e construção sustentável, estruturada e subscrita pela International Finance Corporation (IFC).

Desde o nosso último relatório sobre a ALC, dois anos se passaram até que três novos títulos fossem emitidos na Argentina. Em fevereiro de 2020, a AES Argentina emitiu um título de USD48mi para finalizar a construção do Parque Eólico Vientos Neuquinos.⁷³ Posteriormente no mesmo ano, a Central Puerto emitiu dois títulos, um de USD35mi e um de USD15mi, para financiar projetos de energia eólica. Ambos receberam classificações da Fix Ratings, uma coligada da Fitch Ratings.⁷⁴

Novos rótulos ingressam no mercado

2020 foi o ano em que a Argentina registrou não somente o crescimento das emissões de títulos verdes, como também a chegada dos primeiros títulos sociais no mercado. O Banco de la Ciudad de Buenos Aires emitiu um título de USD43mi para financiar uma linha de crédito destinada a aliviar os impactos da COVID-19.⁷⁵ O Banco foi ao mercado mais uma vez em outubro, com um título de USD52mi para oferecer empréstimos a pequenas e médias empresas argentinas.⁷⁶ O mais recente título social do país foi emitido pela federação de cooperativas vinícolas Fecovita. A transação de USD3mi foi destinada à compra de insumos agrícolas para manutenção e melhoria dos vinhedos de pequenos produtores rurais associados à Fecovita.⁷⁷

Segundo país a emitir um título ODS

Além dos rótulos verde e social, o segundo título de sustentabilidade da região, após o título soberano ODS do México, veio da Argentina. O título inaugural foi emitido pelo Banco de Inversión y Comercio Exterior em dezembro de 2018. A transação de USD30mi foi destinada a projetos com alto impacto ambiental positivo, e contribui com 7 entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁷⁸ O próximo título rotulado como de sustentabilidade chegou ao mercado quase três anos depois. Em janeiro de 2021, o Mercado Libre emitiu o maior título do país até então: uma transação de USD400mi para financiar projetos verdes elegíveis, incluindo transporte limpo, conservação e preservação do solo, eficiência energética, edificações verdes e prevenção e controle da poluição, além de projetos sociais elegíveis que buscam abordar ou mitigar questões sociais com resultados positivos para a população vulnerável.⁷⁹

Diretrizes VSS estabelecidas pelo órgão regulador

Com relação aos objetivos intermediários que impulsionam o tema das finanças sustentáveis no país, 18 bancos assinaram em 2019 o Protocolo de Finanzas Sostenibles, no qual as instituições buscam construir uma estratégia de finanças sustentáveis para o setor bancário do país.⁸⁰ Em maio de 2021, o governo argentino aprovou, por meio do Ministério da Fazenda, o Roadmap para Finanças Sustentáveis no país. O documento apresenta os próximos passos e destaca os temas que serão priorizados. Entre eles estão a elaboração de taxonomias e o incentivo ao mercado de títulos verdes, sociais e sustentáveis.⁸¹

Equador

Instituições financeiras inauguram o mercado

O mercado de finanças sustentáveis do Equador é relativamente recente, com o primeiro título verde emitido em dezembro de 2019 pelo Banco Pichincha, o maior do país, na Bolsa de Valores de Quito. A transação de USD150mi financiará energia renovável, edificações e transporte de baixo carbono, resíduos e indústria.⁸² A International Finance Corporation (IFC), o BID Invest e a Proparco (Agência Francesa de Desenvolvimento) foram investidores, com participação de USD 50mi cada.⁸³ Além disso, fontes externas destacam que o BID Invest prestou assistência técnica ao Banco na criação de um framework conceitual e na Opinião de Segunda Parte (SPO), emitida pela Deloitte.⁸⁴ Um resumo do Framework do Banco Pichincha está disponível no website do Banco,⁸⁵ mas a SPO não estava disponível online no momento da redação deste relatório. O Relatório Anual e de Sustentabilidade de 2020 do Banco, publicado em maio de 2021, detalha alguns resultados da transação, incluindo um projeto de construção de 314 mil m2 com certificado EDGE (Excellence in Design for Greater Efficiencies), 7,2 mil toneladas de CO2 evitadas e economia de 20.515 MWh de energia e 271,5 mil m3 de água.

Primeiro soberano social na região

Além de seu título verde inaugural, o Equador também emitiu títulos sociais. Um importante marco no mercado foi a emissão do Título Social Soberano da República do Equador, por USD 400mi. Esse foi o primeiro título soberano rotulado como social do mundo e foi lastreado por uma garantia do Banco Interamericano de Desenvolvimento.⁸⁶ Segundo o Framework do Título Social para Habitação Acessível e Digna,⁸⁷ os recursos provenientes da emissão financiarão o programa de habitação social,⁸⁸ que visa oferecer habitações sustentáveis e acessíveis para mais de 24 mil famílias de média e baixa renda. O Soberano do Equador recebeu uma Opinião de Segunda Parte da Vigeo Eiris.⁸⁹

O segundo título social do país foi uma emissão de USD20mi do Banco Guayaquil,^{90,91} sendo este o primeiro título social emitido por uma instituição financeira privada. A transação foi estruturada e subscrita pelo BID Invest. Como parte do processo de emissão, o BID Invest prestou apoio na criação do framework, incluindo os critérios de seleção, monitoramento e avaliação. A entidade também apoiou o Banco Guayaquil com uma Opinião de Segunda Parte emitida pela Vigeo Eiris.⁹² Os recursos provenientes da emissão serão alocados para o financiamento de pequenas e médias empresas.⁹³ No momento da redação deste relatório, nem o Framework nem o SPO estavam disponíveis online.

Mercado elabora orientações para títulos VSS

Com o intuito de desenvolver ainda mais o mercado de títulos rotulados, em agosto de 2019 a Bolsa de Valores de Quito elaborou as Diretrizes para Títulos Verdes, Sociais e Sustentáveis.⁹⁴ O guia traz informações sobre como emitir títulos VSS no país, além de várias definições e das normas aceitas pela



bolsa de valores, tais como o alinhamento com os Princípios para Títulos Verdes e a contratação de verificação externa a ser realizada por empresas credenciadas pela Climate Bonds Initiative. A mesma lógica é válida para a emissão de títulos sociais e sustentáveis, que devem estar alinhados, respectivamente, aos Princípios para Títulos Sociais e aos Princípios para Títulos Verdes da ICMA, e utilizar um verificador aprovado pela CBI.

Paraguai

Instituição financeira emite o primeiro Título Verde

O Paraguai ingressou no mercado de títulos temáticos em dezembro de 2020, quando o Banco Continental emitiu um título de sustentabilidade para financiar projetos nas seguintes categorias verdes e sociais: eficiência energética, edificações verdes, transporte limpo, uso de recursos naturais e do solo, gestão sustentável de recursos hídricos e saneamento, energia renovável, infraestrutura básica acessível, acesso a serviços essenciais e geração de empregos.⁹⁵ O Banco é o maior credor comercial do país. Em dezembro de 2020, o Banco publicou o seu Framework de Sustentabilidade,⁹⁶ que recebeu uma Opinião de Segunda Parte da Sustainalytics.⁹⁷

Sector financeiro estabelece iniciativas de finanças sustentáveis

Embora as emissões ainda sejam incipientes no país, o Paraguai tem tido certo progresso no setor de finanças verdes. Em 2012, foi criado o Comitê de Finanças Sustentáveis do Paraguai, que reúne 17 instituições do setor financeiro do país.⁹⁸ Em 2018, o Banco Central paraguaio aprovou uma diretriz para gestão de riscos socioambientais, a ser incluída na análise de risco de crise das instituições financeiras — o guia para gestão de riscos socioambientais para entidades reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Paraguai (Guía para la gestión de riesgos ambientales y sociales para las entidades reguladas y supervisadas por el BCP).⁹⁹ Recentemente, em março de 2021, a comissão de valores mobiliários do Paraguai (Comisión Nacional de Valores – CNV) publicou uma resolução com novos instrumentos financeiros que promovem benefícios socioambientais por meio de títulos sustentáveis.¹⁰⁰

Peru

O mercado de finanças sustentáveis do Peru cresceu consideravelmente desde a primeira emissão de títulos verdes, em 2014. Com transações rotuladas como sociais e de sustentabilidade chegando ao mercado, as emissões VSS já acumulam USD1,2bi. Títulos verdes são os mais consolidados, com 92% do volume de emissão, seguidos pelos rotulados como sociais e de sustentabilidade, com 6% e 3%, respectivamente. A maior parte dos títulos VSS do Peru recebeu



algum tipo de avaliação externa. Três receberam classificações de rating (dois da S&P e um da Moody's), e outros dois receberam uma Opinião de Segunda Parte. Isso representa 50% das transações emitidas nos três rótulos.

Transações não financeiras e de energia dominam o mercado

Desde o nosso último relatório, o Peru fez apenas uma emissão em 2020, de USD200mi. A transação do Consorcio Transmataro S.A. financiará a transmissão de energia. O país responsável pelo primeiro título verde da região, emitido em dezembro de 2014, acumulou seis emissões no total.

Empresas não financeiras representam a maioria dos emissores de títulos verdes do país (cinco em um total de seis). O Cofide é o único banco de desenvolvimento que emitiu um título verde no país, em 2019, para financiar projetos de energia renovável. O setor de energia é também o que mais recebe financiamento de títulos verdes no país. Todas as transações, exceto uma, tiveram 100% dos recursos alocados para o financiamento de energia verde. A fabricante de papel e celulose Protisa Peru emitiu o único título (PEN 100mi) que também financiou gestão hídrica e prevenção da poluição.

Mercados sociais e de sustentabilidade ainda estão no começo

O Peru ingressou no mercado de títulos sociais em 2019. O primeiro título social do país foi emitido pelo Banco Pichincha em fevereiro desse ano. A transação de USD13mi foi estruturada e subscrita pelo BID Invest.¹⁰¹

Quase um ano depois, em dezembro de 2020, a Caja Arequipa emitiu o segundo título social de uma empresa financeira. A transação de USD16mi foi destinada a financiar o crescimento de empresas dirigidas por mulheres.¹⁰² Dentro do rótulo social, as empresas financeiras representam dois de um total de três emissores.

No início de 2021, o Cofide emitiu a terceira transação social do Peru, um título de USD39mi com a finalidade de melhorar o acesso ao sistema financeiro por micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia de COVID-19.¹⁰³

Estreia dos títulos de sustentabilidade

O Cofide foi também a primeira e única instituição peruana a emitir um título de sustentabilidade, em outubro de 2019. A transação, no valor de USD30mi, visou financiar microempresas, veículos alternativos e usinas de tratamento de águas residuais.¹⁰⁴

Empresas não financeiras representam quatro de um total de cinco emissores de títulos verdes do país. O Cofide é único banco de desenvolvimento que emitiu um título verde no país, e é também responsável pelo único título de sustentabilidade. Dentro do rótulo social, empresas financeiras representam dois entre três emissores. O mercado VSS ainda não decolou no Peru, mas tem potencial para crescer.



Uruguai

O Uruguai estreou no mercado de finanças sustentáveis em julho de 2018. Desde então, USD376mi foram emitidos em rótulos verdes e de sustentabilidade. O primeiro título verde foi uma colocação privada de USD108mi da Atlas Renewable Energy para refinar as usinas solares El Naranjal e Del Litoral. A Atlas Renewable Energy também foi responsável pela segunda transação verde do país: outra colocação privada em 2020 no valor de USD253mi destinada a financiar um parque solar fotovoltaico. A transação recebeu uma classificação pela Moody's. Em fevereiro de 2021, o Uruguai também estreou no mercado de títulos de sustentabilidade com uma transação de USD15mi do BBVA Uruguai, a primeira realizada por uma empresa financeira. A transação contou com o apoio do BID Invest e financiará projetos de eficiência energética, agricultura sustentável, PMEs, transporte limpo, construção sustentável e empresas estabelecidas por mulheres e jovens.



de propósito específico MetroCat Re. A transação, com prazo de três anos, é um título de catástrofe e abrange títulos vinculados a seguros (insurance-linked securities, ILS).

Em abril de 2021, um título verde no valor de USD 700mi foi emitido pela empresa financeira Corporacion Multi Inversiones. A transação, de oito anos, recebeu uma Opinião de Segunda Parte da Sustainalytics. Os recursos do título verde foram destinados a projetos de energia renovável, incluindo solar, eólica e de pequenas hidrelétricas.

Costa Rica

O primeiro título verde do país foi emitido em abril de 2016 pela entidade estatal Banco Nacional de Costa Rica. A transação de USD 500mi recebeu uma classificação verde da Moody's, e os recursos foram destinados a projetos de energia — eólica, solar e pequenas hidrelétricas — e de gestão de águas residuais. O segundo título verde da Costa Rica foi emitido em agosto de 2019 pela Ecosolutions. A colocação privada de USD4mi foi a primeira transação de uma empresa não financeira e teve seus recursos alocados para energia renovável e eficiência energética. O título verde da Ecosolutions recebeu uma Opinião de Segunda Parte da CIPA. Os prazos de ambos os títulos são de 5 a 12 anos e os dois foram emitidos em USD.



A Costa Rica também ingressou no mercado mais amplo de títulos rotulados, com a emissão de um título de sustentabilidade em janeiro de 2021. O título de USD50mi do Banco Promerica de Costa Rica, quarta maior instituição financeira do país, foi o primeiro de uma empresa financeira no país e recebeu uma Opinião de Segunda Parte da Vigeo Eiris. A emissão foi realizada na Bolsa de Valores do Panamá.¹⁰⁵

América Central e Caribe

As emissões verdes, sociais e de sustentabilidade da América Central e do Caribe representam 6% do mercado da ALC. Com um acumulado de USD3,4bi, o número crescente de títulos e a diversificação dos emissores e dos recursos demonstram um apetite crescente por parte dos investidores da região, particularmente considerando-se que 90% das transações foram denominadas em dólares. Nessa região da ALC, os títulos sociais e sustentáveis representam 55% do total de emissões, e os títulos verdes, 45%.

Barbados

O primeiro título verde de Barbados foi emitido em janeiro de 2019 pela empresa de investimentos e desenvolvimento de negócios Williams Caribbean Capital. A colocação privada de USD2mi, destinada a projetos de energia solar, foi certificada pela Sustainalytics de acordo com os Critérios de Energia Solar do Climate Bonds Standard. A empresa emitiu um segundo título verde em março de 2021. A transação, no valor de USD7mi, foi mais uma colocação privada e também foi certificada. Os recursos de ambas as emissões, efetuadas em dólares barbadenses (BBD), foram destinados a projetos de energia solar.



Guatemala

A Guatemala ingressou no mercado de títulos rotulados em agosto de 2020, com um título social soberano de USD1,2bi direcionado aos impactos da Covid-19. A transação foi dividida em duas séries: o principal agregado de USD700mi, com vencimento em 2050 e que deve ser utilizado para fins orçamentários, e um título de USD500mi. Os recursos provenientes da emissão devem financiar, direta ou indiretamente, a prevenção, a contenção e a mitigação da pandemia.¹⁰⁶ A emissão foi considerada um marco por ter sido a primeira na região da ALC a incluir medidas de resposta à Covid-19 no âmbito da emissão de um título social soberano.



Bermudas

As Bermudas ingressaram no mercado de finanças sustentáveis em maio de 2020, com um título social de USD 100mi. A primeira emissão de um título rotulado no país foi efetuada pela seguradora



Panamá

O Panamá é o país com o maior número de transações verdes e de sustentabilidade na região da América Central e do Caribe, com 12 emissões. As emissões acumuladas nestes dois rótulos alcançaram USD



380mi. Os títulos verdes representam 87% desse valor, e os títulos sociais, 13%.

O primeiro título rotulado chegou ao mercado em agosto de 2019: um título social do Banistmo, subsidiária do Grupo Bancolombia,¹⁰⁷ que foi o primeiro título social de gênero na ALC e recebeu um Opinião de Segunda Parte da Vigeo Eiris. A transação, com prazo de 5 anos, foi estruturada e comprada pelo BID Invest.¹⁰⁸

Os títulos verdes também chegaram ao mercado em 2019, com quatro emissões da instituição financeira não bancária Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura (CIFI). O primeiro desses títulos foi emitido em setembro por USD27mi os outros três em dezembro, por um valor combinado de USD15mi, todos com prazo de cinco anos. As transações irão financiar gestão de resíduos, sistemas de esgoto, tratamento de águas residuais e geração de energia renovável.

Em 2020 o número de emissões aumentou, com oito transações rotuladas como verde chegando ao mercado. A primeira foi efetuada em fevereiro pela CIFI por USD1mi, e teve novamente o propósito de financiar gestão de água e resíduos e energia renovável. Em agosto, a CIFI emitiu outros dois títulos de USD1mi cada, e a Panasolar foi a primeira empresa não financeira a emitir um título verde, de USD15mi. A transação foi certificada pela Pacific Corporate Sustainability (PCS) segundo os Critérios de Energia Solar do Climate Bonds Standard.¹⁰⁹ Em outubro de 2020, a CIFI emitiu dois títulos verdes, um de USD4mi e o outro de USD2mi, com a mesma destinação de recursos das transações anteriores. Em dezembro, a InterEnergy Holdings emitiu o maior título verde do país, de USD263mi; esta foi a segunda transação de uma empresa não financeira. A CIFI também emitiu um título verde no mesmo mês, de USD1mi. Até junho de 2021, a CIFI havia emitido um total de USD52mi em títulos verdes.

Todas as emissões do Panamá foram denominadas em USD, e a maioria (7) tinha prazos entre 3 e 5 anos. Das 12 transações, 10 receberam SPOs da Sustainalytics (transações da CIFI), uma foi certificada (Panasolar) e outra (InterEnergy Holdings) não recebeu nenhuma avaliação externa.

As 13 transações verdes e sociais do Panamá foram realizadas por quatro emissores, sendo que as empresas financeiras foram responsáveis por 85% das emissões, e as não financeiras, por 15%. Os recursos dessas emissões foram alocados para energia sustentável e gestão hídrica.

República Dominicana

A bolsa de valores do país (BVRD) publicou um Guia de Títulos Verdes, muito embora nenhum título VSS tenha sido emitido na República Dominicana. Em 2019, a BVRD lançou seu primeiro 'Fórum de Finanças Verdes', que reuniu stakeholders dos setores financeiro, corporativo e público. O objetivo do Fórum é desenvolver instrumentos de finanças verdes.



Conclusões e perspectivas

As finanças sustentáveis continuam seguindo uma trajetória triunfante de crescimento na ALC. Desde nossa primeira análise em 2019 e em menos de dois anos, o mercado de títulos verdes da região mais do que dobrou — de USD13,6bi em setembro de 2019 para USD30,2bi bilhões ao final de junho de 2021. Esse crescimento foi impulsionado pela chegada de novos emissores de novos países, que hoje somam 14, e principalmente porque as emissões soberanas do Chile, pioneiro da região, continuam crescendo.

Segmentos novos no mercado de títulos temáticos, os títulos sociais e de sustentabilidade têm demonstrado crescimento promissor, com emissão acumulada de USD18,3bi desde a criação desse segmento de mercado, em 2016, até o final do 1S21. A diversidade das emissões soberanas ficou ainda mais evidente com a ALC registrando os primeiros dois títulos sociais soberanos do mundo (Equador e Guatemala), além do título ODS (título de sustentabilidade) do México. O Chile também emitiu títulos nos três rótulos – Verde, Social e de Sustentabilidade, ou VSS – e outros estão na fila: o Brasil prepara sua estreia nos próximos anos, e Colômbia e Peru já anunciaram que pretendem fazer emissões no futuro.

O crescimento da agenda VSS nos países da ALC tem ajudado a estimular a atividade do setor privado, com emissores como Coca-Cola FEMSA, Suzano e Fibra Storage. As perspectivas para essa região são positivas. O que a Climate Bonds espera daqui para a frente:

1. Aumento nas Emissões Soberanas. Títulos Soberanos já foram emitidos em todos os rótulos VSS. Quatro países da ALC entraram no Clube Soberano VSS. Os títulos Soberanos rotulados continuam fomentando o desenvolvimento do mercado e atraindo de novos investidores, além de demonstrar que os governos estão comprometidos em enfrentar a questão das desigualdades sociais e/ou mitigar os impactos das mudanças climáticas. Com a necessidade de promover a recuperação sustentável de desastres (Build Back Better), os títulos soberanos rotulados podem ser utilizados para promover a recuperação econômica verde e aumentar a resiliência climática dos países da ALC, direcionando as economias para um caminho mais sustentável. Além disso, os VSS Soberanos também podem facilitar a transição de toda a economia para um futuro com zero emissões líquidas. Novas emissões rotuladas devem chegar ao mercado no curto e no médio prazo.

2. Diversificação em títulos temáticos. Embora os títulos verdes continuem liderando as emissões VSS, os títulos sociais e de sustentabilidade foram responsáveis por 38% das transações ao longo de 2020 e 2021. Essa diversificação, incluindo a entrada de novos rótulos, tais como SLB, ODS e títulos de transição, fará com que o mercado de finanças sustentáveis continue crescendo na região. Brasil, Chile e México continuarão sendo os maiores mercados, com oportunidades de acessar mercados de capitais sustentáveis para financiar setores como habitações e transporte de baixo carbono e agricultura sustentável. Embora sejam maduros, estes mercados continuarão se beneficiando de assistência técnica para destravar emissões, principalmente em

rótulos inovadores (por exemplo, SLB e transição). O mesmo se aplica a outros países da ALC, que necessitarão de apoio na elaboração de frameworks, em avaliações externas e na divulgação pós-emissão.

3. Estreia de títulos de resiliência climática.

Criar resiliência na região será essencial, já que as mudanças climáticas aumentarão a incidência de eventos climáticos extremos e outros perigos naturais. Os títulos verdes têm como foco principal a mitigação das emissões de GEE, mas também podem promover a resiliência climática. Desse modo, é importante estimular investimentos que melhorem a adaptabilidade e a transformação dos projetos, ativos e sistemas, reduzindo os riscos climáticos e a exposição a estes riscos. Os países da América Central são particularmente vulneráveis. Furacões devastadores atingiram a região em novembro de 2020 e deixaram mais de meio milhão de pessoas desabrigadas.¹¹⁰ Títulos de resiliência podem alavancar o financiamento dos objetivos de adaptação dos países da ALC.

4. Crescimento dos investimentos em

agricultura sustentável. Os títulos VSS podem ser um potente mecanismo para mobilizar mais financiamento para projetos e ativos sustentáveis na ALC. A agricultura representa um percentual pequeno dentro da categoria de Uso do Solo, embora emissões dessa natureza tenham sido realizadas no Brasil e no México. Políticas públicas para a promoção do investimento na agricultura sustentável deveriam ser uma prioridade em toda a região. As instituições financeiras podem desempenhar um papel cada vez maior no financiamento de projetos de agricultura sustentável dentro de suas carteiras. O Banco do Brasil, maior banco do setor público brasileiro, publicou seu Framework de Finanças Sustentáveis, que também inclui projetos de agricultura e silvicultura que irão contribuir para o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) do país. Enquanto os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) podem continuar oferecendo apoio por meio de empréstimos, garantias e assistência técnica, outras organizações também podem prestar apoio técnico e financeiro, como o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Responsible Commodities Facility e o Green Fund.

5. Expansão do investimento em transporte de

baixo carbono. As emissões no setor de transporte de baixo carbono na ALC são impulsionadas pelos títulos Soberanos do Chile, mas ainda há um déficit significativo de infraestrutura que precisa ser sanado tanto no transporte de passageiros como de carga. Modais de transporte que produzem baixo carbono ou zero emissões diretas também estão sendo financiados no Brasil, no México, na Colômbia e no Equador (por exemplo, sistemas BRT, veículos elétricos e transporte ferroviário de carga e urbano de passageiros). Novos investimentos sustentáveis poderiam ser facilitados no setor de transporte por meio de crédito sindicalizado, PPPs ou outras estruturas público-privadas de financiamento. Todas estas opções já estão disponíveis nos países da ALC e podem encorajar o envolvimento do setor privado.

6. Elaboração de taxonomias. Pelo menos quatro países da ALC estão elaborando taxonomias verdes locais, e os processos de desenvolvimento estão em estágios diferentes. Há um interesse cada vez maior de outros países da região em começar a criar suas próprias definições e métricas para projetos e ativos verdes/sustentáveis. Organizações como a IFC, o BID e a GIZ estão oferecendo assistência técnica e orientações sobre taxonomia. As taxonomias locais estão se tornando mais populares, pois os países estão buscando esclarecer quais atividades são elegíveis com base em seus contextos nacionais. Esses movimentos são bem-vindos para a formação de um mercado de finanças sustentáveis, mas a harmonização é fundamental para facilitar investimentos transnacionais e a comparabilidade. É importante que os países determinem um escopo claro para suas taxonomias (p.ex., mudanças climáticas ou objetivos ambientais mais amplos, como adaptação, economia circular, poluição, biodiversidade, objetivos sociais, etc.), os critérios de elegibilidade (quantitativos ou qualitativos), e padronizem os dados para mensuração da conformidade.















7. Que os Bancos Centrais tenham um maior

protagonismo. Os Bancos Centrais têm sido cada vez mais reconhecidos como agentes importantes nas ações climáticas. Oito Bancos Centrais da ALC já aderiram à NGFS. O aumento dessa participação indica que bancos centrais e órgãos supervisores priorizam as finanças verdes. Desde 2020, bancos centrais do mundo todo têm feito ajustes prudenciais para tornar políticas monetárias e mandatos mais verdes. Na ALC, o Banco Central do Brasil lançou sua agenda sustentável e realizou consultas públicas para facilitar a emissão de títulos verdes no setor agrícola e a incorporação de riscos climáticos.

Os títulos VSS existem há pouco mais de uma década, mas ainda podem ser considerados uma novidade nos países da ALC. Portanto, para destravar investimentos em todos os setores-chave da economia, é preciso continuar promovendo o engajamento e a divulgação deste tema no mercado. Os investimentos sustentáveis podem dar suporte à recuperação econômica verde da região e direcionar o financiamento para soluções de baixo carbono.

Anexo

Descrição geral dos mercados VSS da ALC

País		Verde	Social	Sustentabilidade	País		Verde	Social	Sostenibilidad
Brasil 	Emissão em USD	10,3 bi	34mi	1,39bi	Uruguai 	Emissão em USD	361mi	-	15mi
	Número de emissores	44	3	6		Número de emissores	1	-	1
Chile 	Emissão em USD	9,5bi	4.20mi	4.06bi	Panamá 	Emissão em USD	330mi	50mi	-
	Número de emissores	9	6	3		Número de emissores	3	1	-
México 	Emissão em USD	4.0bi	678mi	3.07mi	Equador 	Emissão em USD	150mi	420mi	-
	Número de emissores	12	3	8		Número de emissores	1	2	-
Peru 	Emissão em USD	1.08bi	68mi	30mi	Barbados 	Emissão em USD	8,5mi	-	-
	Número de emissores	5	3	1		Número de emissores	1	-	-
Argentina 	Emissão em USD	735mi	99mi	430mi	Paraguai 	Emissão em USD	-	-	300mi
	Número de emissores	6	3	2		Número de emissores	-	-	1
Bermudass 	Emissão em USD	700m i	100mi	-	Guatemala 	Emissão em USD	-	1,2bi	-
	Número de emissores	1	1	-		Número de emissores	-	1	-
Colômbia 	Emissão em USD	684mi	280mi	324mi	Supranacional	Emissão em USD	1,82bi	1,51bi	30mi
	Número de emissores	7	3	2		Número de emissores	2	2	1
Costa Rica 	Emissão em USD	504mi	-	50mi					
	Número de emissores	2	-	1					

Notas

- [1. https://www.climatebonds.net/resources/reports/latin-america-caribbean-green-finance-state-market-2019](https://www.climatebonds.net/resources/reports/latin-america-caribbean-green-finance-state-market-2019)
- Os dados utilizados nas Opiniões de Segunda Parte não incluem avaliações de CCBs; foram incluídos apenas os pareceres exclusivos e individuais.
- [3. https://publications.iadb.org/en/5-key-points-ecuadors-sovereign-social-bonds](https://publications.iadb.org/en/5-key-points-ecuadors-sovereign-social-bonds)
- [4. https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2021/01/AMAGGI-Sustainability-Bond.pdf](https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2021/01/AMAGGI-Sustainability-Bond.pdf)
- [5. https://blinks.bloomberg.com/news/stories/QV2VBUDWLWU6G](https://blinks.bloomberg.com/news/stories/QV2VBUDWLWU6G)
- [6. https://www.climatebonds.net/resources/reports/financing-credible-transitions-white-paper](https://www.climatebonds.net/resources/reports/financing-credible-transitions-white-paper)
- [7. https://www.climatebonds.net/2021/03/financing-credible-transitions-flexibility-core-feature-will-shape-transition-finance-part-3](https://www.climatebonds.net/2021/03/financing-credible-transitions-flexibility-core-feature-will-shape-transition-finance-part-3)
- [8. https://documents1.worldbank.org/curated/en/942381591906970569/pdf/Future-Foodscapes-Re-imagining-Agriculture-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf](https://documents1.worldbank.org/curated/en/942381591906970569/pdf/Future-Foodscapes-Re-imagining-Agriculture-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf)
- [9. https://documents1.worldbank.org/curated/en/942381591906970569/pdf/Future-Foodscapes-Re-imagining-Agriculture-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf](https://documents1.worldbank.org/curated/en/942381591906970569/pdf/Future-Foodscapes-Re-imagining-Agriculture-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf)
- [10. https://www.cmpccelulosa.cl/cmpccelulosa/interior.aspx?cid=365&leng=en](https://www.cmpccelulosa.cl/cmpccelulosa/interior.aspx?cid=365&leng=en)
- [11. https://coca-colafemsa.com/wp-content/uploads/2020/08/4-KOIF-GB-Framework.pdf](https://coca-colafemsa.com/wp-content/uploads/2020/08/4-KOIF-GB-Framework.pdf)
- [12. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Future%20foodscapes%20-%20Re-imagining%20agriculture%20in%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Future%20foodscapes%20-%20Re-imagining%20agriculture%20in%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean.pdf)
- [13. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Future%20foodscapes%20-%20Re-imagining%20agriculture%20in%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Future%20foodscapes%20-%20Re-imagining%20agriculture%20in%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean.pdf)
- [14. https://www.iaea.org/reports/tracking-transport-2020](https://www.iaea.org/reports/tracking-transport-2020)
- [15. https://www.climatebonds.net/files/files/CBI_Background%20Doc_Transport_Jan2020%20.pdf](https://www.climatebonds.net/files/files/CBI_Background%20Doc_Transport_Jan2020%20.pdf)
- [16. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/2020_Yearbook_final_0.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/2020_Yearbook_final_0.pdf)
- [17. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4-wg3-chapters-1.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4-wg3-chapters-1.pdf)
- [18. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ExecSumm_Transport_1.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ExecSumm_Transport_1.pdf)
- [19. https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=E7SHARE-515119216-37](https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=E7SHARE-515119216-37)
- [20. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-ro-lima/documents/publication/wcms_752069.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-ro-lima/documents/publication/wcms_752069.pdf)
- [21. https://publications.iadb.org/publications/english/document/Urban-Transport-Systems-in-Latin-America-and-the-Caribbean-Challenges-and-Lessons-Learned.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/Urban-Transport-Systems-in-Latin-America-and-the-Caribbean-Challenges-and-Lessons-Learned.pdf)
- [22. https://publications.iadb.org/publications/english/document/Financing-Infrastructure-in-Latin-America-and-the-Caribbean-How-Much-and-by-Whom.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/Financing-Infrastructure-in-Latin-America-and-the-Caribbean-How-Much-and-by-Whom.pdf)
- [23. http://hdl.handle.net/11362/46908](http://hdl.handle.net/11362/46908)
- [24. https://publications.iadb.org/publications/english/document/From-Structures-to-Services-The-Path-to-Better-Infrastructure-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/From-Structures-to-Services-The-Path-to-Better-Infrastructure-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf)
- [25. https://publications.iadb.org/publications/english/document/Climate-policies-in-latin-america-and-the-caribbean.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/Climate-policies-in-latin-america-and-the-caribbean.pdf)
- [26. https://publications.iadb.org/publications/english/document/Getting-to-Net-Zero-Emissions-Lessons-from-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/Getting-to-Net-Zero-Emissions-Lessons-from-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf)
- [27. https://www.google.com/search?q=PPPs+low+carbon+transport+LAC&rlz=C1CHBD_enBR877BR877&ooq=PPPs+low+carbon+transport+LAC+&q&cs=chrome.69157.54060j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=PPPs+low+carbon+transport+LAC&rlz=C1CHBD_enBR877BR877&ooq=PPPs+low+carbon+transport+LAC+&q&cs=chrome.69157.54060j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8)
- [28. https://publications.iadb.org/publications/english/document/Climate-Change-Projections-in-Latin-America-and-the-Caribbean-Review-of-Existing-Regional-Climate-Models-Outputs.pdf](https://publications.iadb.org/publications/english/document/Climate-Change-Projections-in-Latin-America-and-the-Caribbean-Review-of-Existing-Regional-Climate-Models-Outputs.pdf)
- [29. https://cdn.kn.org/wp-content/uploads/2014/06/TALA-0028a-Colombia-Issues-Paper-Final.pdf](https://cdn.kn.org/wp-content/uploads/2014/06/TALA-0028a-Colombia-Issues-Paper-Final.pdf)
- [30. https://www.climatebonds.net/climate-resilience-principles](https://www.climatebonds.net/climate-resilience-principles)
- [31. http://gca.org/wp-content/uploads/2021/01/Green-and-Resilient-Recovery-for-LAC-Jan-2021-.pdf](http://gca.org/wp-content/uploads/2021/01/Green-and-Resilient-Recovery-for-LAC-Jan-2021-.pdf)
- [32. http://gca.org/wp-content/uploads/2021/01/Green-and-Resilient-Recovery-for-LAC-Jan-2021-.pdf](http://gca.org/wp-content/uploads/2021/01/Green-and-Resilient-Recovery-for-LAC-Jan-2021-.pdf)
- [33. https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2020?_ga=2.190297128.249827967.1628974397-804495001.1624368614](https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2020?_ga=2.190297128.249827967.1628974397-804495001.1624368614)
- [34. https://rotoplas.com/sustentabilidad/tag/mono-sustentable/](https://rotoplas.com/sustentabilidad/tag/mono-sustentable/)
- [35. https://www.climatebonds.net/2021/05/taxonomy-roadmap-chile](https://www.climatebonds.net/2021/05/taxonomy-roadmap-chile)
- Consulte Vasa, Vartanyan e Netto (ainda não publicado). A novel database for green bonds to support investment analysis and decision-making, research, and regulatory decisions: The Green Bond Transparency Platform. Em fase de avaliação. Disponível pelo BID.
- Modelos e guias do GBTP podem ser encontrados em <https://www.greenbondtransparency.com/support/resources>
- Os frameworks para divulgação analisados foram o ICMA Harmonized Reporting Framework, o Position Paper dos Países Nórdicos e o Guide on Use of Proceeds Reporting do Banco Mundial.
- BANCO DEL ESTADO DE CHILE SOCIAL BOND FRAMEWORK 2018 <https://www.corporativo.bancoestado.cl/sites/default/files/documentos/archivos/bancoestado-social-bond-spo-%28eng%29_0.pdf>
- Global Capital, 2017. Acessado em 2 de agosto <<https://www.globalcapital.com/article/b14xhy7mh15dl/japans-sri-issues-catching-up-after-investors-show-the-way>>
- BANCO DEL ESTADO DE CHILE SOCIAL BOND FRAMEWORK 2018 <https://www.corporativo.bancoestado.cl/sites/default/files/documentos/archivos/bancoestado-social-bond-spo-%28eng%29_0.pdf>
- Marco de Referencia Bonos Sociales Caja Los Héroes <https://www.losheroes.cl/wps/wcm/connect/d37a6f7-17f4-4363-96ee-3f13e8e058ce/Marco+Bono+Social+v2_1.pdf?MOD=AJPERES>
- Pacto Global Chile 2019 <<https://pactoglobal.cl/2019/caja-los-heroes-realiza-emision-de-dos-bonos-sociales-para-promover-el-desarrollo-de-las-personas/>>
- Green and Social Bond Report 2021 <<https://www.aguasandinasinversionistas.cl/-/media/Files/A/Aguas-IR-v2/bond-issuances/es/informe-2020-seguimiento-bvs-serie-bagua-ac-2018.pdf>>
- Marco de Bono Verde y Social de Aguas Andinas <<https://www.aguasandinasinversionistas.cl/-/media/Files/A/Aguas-IR-v2/bond-issuances/es/aguas-andinas-marco-bono-verde-social-series-ab-ac-2018.pdf>>
- [47. https://www.corporativo.bancoestado.cl/investor-relations/newsroom/news/2020/5191](https://www.corporativo.bancoestado.cl/investor-relations/newsroom/news/2020/5191)
- Bonos Sociales de la República de Chile 2020 <[file:///Users/raquelbonelli/Downloads/Case%20Study%20Emisin%202020%20\(eSPA0\).pdf](https://Users/raquelbonelli/Downloads/Case%20Study%20Emisin%202020%20(eSPA0).pdf)>
- Green Finance for Latin America and the Caribbean <<https://www.greenfinancelac.org/resources/news/banco-santander-chile-places-its-first-sustainable-bond/>>
- Banking Exchange <<https://www.bankingexchange.com/recent-articles/item/8569-santander-chile-issues-sustainable-bond>>
- [51. https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/oficina-de-la-deuda-publica/bonos-sostenibles/bonos-sociales/2021-eur-2027-eur-2036-eur-2051-usd-2033-usd-2041-usd-2061](https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/oficina-de-la-deuda-publica/bonos-sostenibles/bonos-sociales/2021-eur-2027-eur-2036-eur-2051-usd-2033-usd-2041-usd-2061)
- [52. https://www.ca-cib.com/pressroom/news/credit-agricole-cib-supported-chile-inaugural-sustainable-forma-bonds](https://www.ca-cib.com/pressroom/news/credit-agricole-cib-supported-chile-inaugural-sustainable-forma-bonds)
- [53. https://hacienda.cl/english/news-and-events/news/chile-issues-usd1-5-billion-in-sustainable-bonds-in-international-markets](https://hacienda.cl/english/news-and-events/news/chile-issues-usd1-5-billion-in-sustainable-bonds-in-international-markets)
- [54. https://cib.bnpparibas/opportunity-knocks-for-ess-in-latin-america/](https://cib.bnpparibas/opportunity-knocks-for-ess-in-latin-america/)
- [55. https://www.cmpc.com/en/cmpc-is-the-first-chilean-company-to-issue-a-sustainability-linked-bond-slb-in-international-markets/#:~:text=The%20CMPC%20Sustainability%20linked%20bond,climate%20change%20and%20the%20environment.&text=The%20SIB%20includes%20a%20mechanism,KPIs%20by%20the%20set%20date](https://www.cmpc.com/en/cmpc-is-the-first-chilean-company-to-issue-a-sustainability-linked-bond-slb-in-international-markets/#:~:text=The%20CMPC%20Sustainability%20linked%20bond,climate%20change%20and%20the%20environment.&text=The%20SIB%20includes%20a%20mechanism,KPIs%20by%20the%20set%20date)
- [56. https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/presupuesto-nacional/estado-de-la-hacienda-publica/estado-de-la-hacienda-publica-2020/capitulo-11-finanzas-verdes](https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/presupuesto-nacional/estado-de-la-hacienda-publica/estado-de-la-hacienda-publica-2020/capitulo-11-finanzas-verdes)
- 57.
- CBI 2021. Agriculture Sustainable Finance State of the Market <<https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi-brazil-agri-sotm-eng.pdf>>
- CBI 2021. Agriculture Sustainable Finance State of the Market <<https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi-brazil-agri-sotm-eng.pdf>>
- CBI 2021. Agriculture Sustainable Finance State of the Market <<https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi-brazil-agri-sotm-eng.pdf>>
- CBI 2021. Agriculture Sustainable Finance State of the Market <<https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi-brazil-agri-sotm-eng.pdf>>
- <https://relatorio.rpoboticario.com.br/wp-content/uploads/2021/07/RAP_IMACTO_BOTI/CARIO_12_0707_PORT.pdf>
- BNDES vai reduzir juros para setores que se comprometam com corte de emissões <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/bndes-vai-reduzir-juros-para-setores-que-se-comprometam-com-corte-de-emissoes.shtml?pwgvt=k24kiw0sredvsnxpxuzk5ox6zkpniu538s0o57bkh-9j7fmm&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagit>
- https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/bndes-vai-reduzir-juros-para-setores-que-se-comprometam-com-corte-de-emissoes.shtml?pwgvt=k24kiw0sredvsnxpxuzk5ox6zkpniu538s0o57bkh9j7fmm&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagit
- Resoluções CMN: 4.327/2014; 4.557/2017; e 4.769/2019.
- [65. https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/sustainability-bond-second-opinion-rotoplas_final.pdf?sfvrsn=d424442_3](https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/sustainability-bond-second-opinion-rotoplas_final.pdf?sfvrsn=d424442_3)
- [66. https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/banobras-sustainability-bond-framework_second-opinion-by-sustainability_final-english.pdf?sfvrsn=22c35b99_3](https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/banobras-sustainability-bond-framework_second-opinion-by-sustainability_final-english.pdf?sfvrsn=22c35b99_3)
- [67. https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/10851_bancoldex_bono_social_segunda_opinion.pdf?sfvrsn=9b34d659_](https://mstar-sustops-cdn-mainwebsite-s3.s3.amazonaws.com/docs/default-source/spos/10851_bancoldex_bono_social_segunda_opinion.pdf?sfvrsn=9b34d659_)
- [68. https://sostenibilidad.davienda.com/wp-content/uploads/2020/10/MarcoBonoSocial.pdf](https://sostenibilidad.davienda.com/wp-content/uploads/2020/10/MarcoBonoSocial.pdf)
- [69. https://www.findeter.gov.co/system/files/internas/Informe%20de%20Bonos%20Sostenibles%202019.pdf](https://www.findeter.gov.co/system/files/internas/Informe%20de%20Bonos%20Sostenibles%202019.pdf)
- [70. https://www.idbinvest.org/es/medios-y-prensa/bid-invest-apoya-grupo-bancolombia-en-la-emision-del-primero-bono-sostenible-de-una-entidad](https://www.idbinvest.org/es/medios-y-prensa/bid-invest-apoya-grupo-bancolombia-en-la-emision-del-primero-bono-sostenible-de-una-entidad)
- Protocolo Verde Asobancaria <<https://www.asobancaria.com/wp-content/uploads/2017/12/Protocolo-Verde-Versi%C3%BC3n-firma-presidencia.pdf>>
- [72. https://bycsostenible.byc.com.co/ckfinder/userfiles/files/SUSTAINABILIT%20GUIADANCE%20-%20GRI%20BVC\(U\).pdf](https://bycsostenible.byc.com.co/ckfinder/userfiles/files/SUSTAINABILIT%20GUIADANCE%20-%20GRI%20BVC(U).pdf)
- Press release AES Argentina <<https://www1.aesargentina.com.ar/es/aes-argentina-aporta-al-desarrollo-sostenible-del-pais-con-la-emision-del-primero-bono-verde-en-el>>
- [74. https://www.centralpuerto.com/es/subsidiarias-de-energia-renovable-de-central-puerto-emiten-bono-verde-por-us-50-millones/](https://www.centralpuerto.com/es/subsidiarias-de-energia-renovable-de-central-puerto-emiten-bono-verde-por-us-50-millones/)
- Banco Ciudad 2020 <https://www.byama.com.ar/wp-content/uploads/2021/01/BICIUN-Bono_SVS_Nov-2020.pdf>
- [76. https://www.moody.com/research/Moodys-asigna-la-calificacin-Caa2B1ar-a-las-notas-Clase-XXII-PR-430691](https://www.moody.com/research/Moodys-asigna-la-calificacin-Caa2B1ar-a-las-notas-Clase-XXII-PR-430691)
- Informe de Segunda Opinion <<https://www.byama.com.ar/wp-content/uploads/2020/12/FECOVITA-Segunda-Opinion.pdf>>
- IDB Invest <<https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-group-supports-bice-issue-first-sustainable-bond-argentina>>
- Mercado Libre Sustainability Bond Framework <<https://investor.mercadolibre.com/static/files/cc7fb321-3150-48ae-ae0c-c4e36620f48f>>
- [80. https://www.idbinvest.org/es/medios-y-prensa/bid-invest-promueve-protocolo-de-finanzas-sostenibles-en-argentina](https://www.idbinvest.org/es/medios-y-prensa/bid-invest-promueve-protocolo-de-finanzas-sostenibles-en-argentina)
- [81. https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-aprobo-la-hoja-de-ruta-para-el-desarrollo-de-las-finanzas-sostenibles-en-argentina](https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-aprobo-la-hoja-de-ruta-para-el-desarrollo-de-las-finanzas-sostenibles-en-argentina)
- [82. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market)
- [83. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market)
- [84. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-supports-banco-pichincha-first-issuance-green-bonds-ecuadors-stock-market)
- [85. https://www.pichincha.com/portal/Portals/0/Transparencia/report-framework-green-bond-banco-pichincha-may-2020.pdf?ver=2021-05-26-105545-180](https://www.pichincha.com/portal/Portals/0/Transparencia/report-framework-green-bond-banco-pichincha-may-2020.pdf?ver=2021-05-26-105545-180)
- [86. https://www.greenfinancelac.org/resources/news/ecuador-issues-worlds-first-sovereign-social-bond-with-the-support-of-an-idb-guarantee/](https://www.greenfinancelac.org/resources/news/ecuador-issues-worlds-first-sovereign-social-bond-with-the-support-of-an-idb-guarantee/)
- [87. https://www.finanzas.gob.ec/wp-content/uploads/2019/11/Marco_Bono_Ecuador_ENG.pdf](https://www.finanzas.gob.ec/wp-content/uploads/2019/11/Marco_Bono_Ecuador_ENG.pdf)
- [88. https://sec.report.lux/doc/101464878/](https://sec.report.lux/doc/101464878/)
- [89. https://www.bourse.lu/security/XS2107382157/300153](https://www.bourse.lu/security/XS2107382157/300153)
- [90. https://www.bolsadequito.com/uploads/marcados/emisores/prospectos/A-B/BANCO%20GUAYACUIL/OBLIGACIONES/BCO%20GUAYACUIL%20OBI%202020.pdf](https://www.bolsadequito.com/uploads/marcados/emisores/prospectos/A-B/BANCO%20GUAYACUIL/OBLIGACIONES/BCO%20GUAYACUIL%20OBI%202020.pdf)
- [91. https://www.redceres.com/post/banco-guayaquil-y-bid-invest-apoyan-las-mipyme-del-ecuador-con-un-bono-social-de-us-20-millones](https://www.redceres.com/post/banco-guayaquil-y-bid-invest-apoyan-las-mipyme-del-ecuador-con-un-bono-social-de-us-20-millones)
- [92. https://www.idbinvest.org/en/projects/guayaquil-social-bond](https://www.idbinvest.org/en/projects/guayaquil-social-bond)
- [94. https://www.bolsadequito.com/documentos/marketing/guia_bonos_bvq.pdf](https://www.bolsadequito.com/documentos/marketing/guia_bonos_bvq.pdf)
- [95. https://www.banconcontinental.com.py/Files/Banco%20Continental%20Sustainability%20Bond%20Framework_November2020.pdf](https://www.banconcontinental.com.py/Files/Banco%20Continental%20Sustainability%20Bond%20Framework_November2020.pdf)
- [96. https://www.banconcontinental.com.py/Files/Banco%20Continental%20Sustainability%20Bond%20Framework_November2020.pdf](https://www.banconcontinental.com.py/Files/Banco%20Continental%20Sustainability%20Bond%20Framework_November2020.pdf)
- [97. https://www.sustainability.com/corporate-solutions/sustainable-finance-and-lending/published-projects/project/banco-continental-s-a-e-c-a-banco-continental-sustainability-bond-framework-second-party-opinion/banco-continental-sustainability-bond-framework-second-party-opinion.pdf](https://www.sustainability.com/corporate-solutions/sustainable-finance-and-lending/published-projects/project/banco-continental-s-a-e-c-a-banco-continental-sustainability-bond-framework-second-party-opinion/banco-continental-sustainability-bond-framework-second-party-opinion.pdf)
- [98. http://www.mfs.org.py/es/nosotros/](http://www.mfs.org.py/es/nosotros/)
- [99. https://www.bcp.gov.py/riesgos-ambientales-y-sociales-i657](https://www.bcp.gov.py/riesgos-ambientales-y-sociales-i657)
- [100. https://www.cnv.gov.py/normativas/resoluciones/res_cnv_09-CG-20.pdf](https://www.cnv.gov.py/normativas/resoluciones/res_cnv_09-CG-20.pdf)
- [101. https://semanaeconomica.com/que-esta-pasando/articulos/329667-banco-pichincha-emite-bono-social-por-us-13-millones](https://semanaeconomica.com/que-esta-pasando/articulos/329667-banco-pichincha-emite-bono-social-por-us-13-millones)
- [102. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-caja-arequipa-promote-microenterprises-led-women-peru](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-caja-arequipa-promote-microenterprises-led-women-peru)
- [103. https://www.colfide.com.pe/noticia_detalle.php?id=48](https://www.colfide.com.pe/noticia_detalle.php?id=48)
- [104. https://www.colfide.com.pe/COFIDE/Files/Bono%20sostenible%20COFIDE%20-%2020oct19.pdf](https://www.colfide.com.pe/COFIDE/Files/Bono%20sostenible%20COFIDE%20-%2020oct19.pdf)
- [105. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-banco-promerica-costa-rica-join-forces-issue-sustainable-bonds-panama](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-banco-promerica-costa-rica-join-forces-issue-sustainable-bonds-panama)
- [106. https://www.ifre.com/story/2329243/guatemala-draws-us8bn-in-demand-for-two-part-us12bn-bond-sources-12n2-90sq](https://www.ifre.com/story/2329243/guatemala-draws-us8bn-in-demand-for-two-part-us12bn-bond-sources-12n2-90sq)
- [107. https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-banistmo-subsiidary-bancolombia-group-announce-first-gender-bond-latin](https://www.idbinvest.org/en/news-media/idb-invest-and-banistmo-subsiidary-bancolombia-group-announce-first-gender-bond-latin)
- [108. https://vigeo-eris.com/vigeo-eris-provides-second-party-opinion-on-the-first-gender-bond-issued-in-latin-america-by-banistmo-in-collaboration-with-idb-invest/](https://vigeo-eris.com/vigeo-eris-provides-second-party-opinion-on-the-first-gender-bond-issued-in-latin-america-by-banistmo-in-collaboration-with-idb-invest/)
- [109. https://www.climatebonds.net/resources/press-releases/2020/09/certification-panasolar-155m-green-bond-first-solar-central-america](https://www.climatebonds.net/resources/press-releases/2020/09/certification-panasolar-155m-green-bond-first-solar-central-america)
- [110. https://www.climatebonds.net/resources/reports/green-finance-opportunities-central-america-caribbean-2021-opportunities-de](https://www.climatebonds.net/resources/reports/green-finance-opportunities-central-america-caribbean-2021-opportunities-de)



Elaborado pela Climate Bonds Initiative

Autores: Leisa Souza e Krista Tukiainen

Colaboradores : Julia Ambrosano, Prashant Lonikar, Pedro Masi, Iraís Vazquez, Raquel Bonelli e Valéria Contreras

Sugestão de citação: Análise do Mercado de Finanças Sustentáveis da América Latina e do Caribe 2021, Climate Bonds Initiative, setembro de 2021.

Design: Godfrey Design

© Publicado pela Climate Bonds Initiative, setembro de 2021

www.climatebonds.net



Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da International Finance Corporation

GB-TAP Green Bond Technical Assistance Program



Aviso legal: As informações contidas neste documento não constituem aconselhamento de investimento, e a Climate Bonds Initiative não é uma de investimento. Qualquer referência a uma organização financeira ou instrumento de dívida ou produto de investimento tem finalidade unicamente informativa. Links para websites externos têm finalidade unicamente informativa. A Climate Bonds Initiative não assume qualquer responsabilidade pelo conteúdo de websites externos. A Climate Bonds Initiative não endossa, recomenda ou oferece aconselhamento sobre os méritos financeiros de qualquer instrumento de dívida ou produto de investimento, e nenhuma informação contida neste documento deve ser entendida como tal, e as informações aqui contidas não devem servir de base para a tomada de qualquer decisão de investimento. A certificação segundo o Climate Bond Standard reflete somente os atributos climáticos da destinação dos recursos provenientes de um determinado instrumento de dívida, e não reflete a solvência deste instrumento, nem sua conformidade com leis nacionais ou internacionais. A decisão de investir é unicamente sua. A Climate Bonds Initiative não se responsabiliza de forma alguma pelo investimento realizado por pessoa física ou organização, ou terceiros em nome de pessoa física ou organização, com base nas informações contidas neste documento ou qualquer outro documento público da Climate Bonds Initiative.